

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
UNIDADE ACADÊMICA DE HUMANIDADES, CIÊNCIAS E
EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

GILMARA DUARTE PLÁCIDO

**“CIVISMO E RELIGIÃO CATÓLICA NA CULTURA ESCOLAR
DA E. E. B. PROFESSORA JULIETA TORRES GONÇALVES
– NOVA VENEZA/ SC (1971-1985)”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Giani Rabelo

**CRICIÚMA
2015**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

P698c Plácido, Gilmar Duarte.

Civismo e religião católica na cultura escolar da E.E.B Professora Julieta Torres Gonçalves – Nova Veneza/SC (1971-1985) / Gilmar Duarte Plácido ; orientadora : Giani Rabelo. – Criciúma, SC: Ed. do Autor, 2015.

154 p. : il. ; 21 cm.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Educação, Criciúma, 2015.

1. Educação - História. 2. Educação moral e cívica. 3. Civismo. 4. Igreja católica - Educação. I. Título.

Bibliotecária Eliziane de Lucca Alosilla – CRB 14/1101
Biblioteca Central Prof. Eurico Back - UNESC

GILMARA DUARTE PLÁCIDO

**“CIVISMO E RELIGIÃO CATÓLICA NA CULTURA ESCOLAR
DA E.E.B PROFESSORA JULIETA TORRES GONÇALVES -
NOVA VENEZA/SC”**

Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do Grau de Mestre em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Criciúma, 19 de fevereiro de 2015.

BANCA EXAMINADORA



Prof.ª. Dra. Giani Rabelo
(Orientadora – UNESC)



Prof.ª. Dra. Terciane Angela Luchese
(Membro - UCS)



Prof.ª. Dra. Marli de Oliveira
Costa (Membro – UNESC)

Prof. Dr. Carlos Renato Carola
(Suplente – UNESC)



Prof. Dr. Vidalcir Ortigara
Coordenador do PPGE-UNESC



Gilmara Duarte Plácido
Mestranda

AGRADECIMENTOS

Neste momento de grande alegria, quero externar meus sinceros agradecimentos àqueles/as que de alguma forma contribuíram para a realização desta pesquisa.

Agradeço a Deus pela vida, por me fazer perceber todas as oportunidades e me orientar em mais esta conquista.

A minha orientadora Giani Rabelo, um exemplo de mulher, professora e amiga, a quem admiro muito. Minha eterna gratidão pela confiança, incentivo, dedicação e paciência.

A minha família, meu porto seguro, sem a qual eu não seria quem sou. Ao meu esposo Fabio, pelo companheirismo e compreensão em todos os momentos. Ao meu filho Pedro, minha fonte de inspiração e alegria. Ao meu filho de coração Guilherme, pela alegria e descontração, tão necessárias nos momentos de tensão.

A minha mãe Maria Arlete, pela sua simplicidade e dedicação. As minhas irmãs, Adriana e Miriam, pelo apoio incondicional. As minhas sobrinhas Maria Clara e Lavinia, pelos momentos de alegria e descontração.

Às professoras Marli de Oliveira Costa, minha eterna orientadora, e Terciane Ângela Luchese, por aceitarem o convite para fazer parte desta banca e pelas importantes contribuições para esta pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação-PPGE/UNESC, pelo aprendizado e incentivo na trajetória acadêmica.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa História e Memória da Educação – GRUPEHME, e em especial aquelas que trabalharam para a consolidação do Centro de Memória da Educação do Sul de Santa Catarina – CEMESSC.

Às colegas Vanessa, Cida e Marlise, pelas conversas e trocas de experiência durante as viagens acadêmicas.

Aos colegas das disciplinas do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE/UNESC, Kelli, Daiana, Leonardo, Silvia Pereira, Silvia do Prado, Daniela, Ivone e Susana, pelas conversas e discussões, tão importantes nesta trajetória.

A Elvira Fritzen, pelas informações sobre a E.E.B. Professora Julieta Torres Gonçalves e pela colaboração na identificação das fotos desta escola.

A Vanessa Morona, secretária do PPGE, sempre amável e disposta a esclarecer as dúvidas dos/das mestrandos/as.

A Nadia Couto, pela disposição e atenção dispensada na revisão da dissertação.

Ao PROSUP/CAPES, pelo financiamento desta pesquisa.

“A escola, núcleo resistente da sociedade, espaço feito de tijolos, idéias e virtualidades, mesmo se é “avançada”, mesmo se desfruta de meios de ensino de última geração, mantém seus atores e suas atrizes (ditos por alguns, agentes) em constante atuação, produzindo cenas que são a expressão de um conjunto de normas e regras que a sociedade e essa máquina chamada educação pensaram para eles”.

Lopes e Galvão, 2005.

RESUMO

Durante os anos de 1971 a 1985, a Escola Estadual Básica Prof^a Julieta Torres Gonçalves, localizada no município de Nova Veneza/SC, foi administrada pela Congregação Religiosa das Irmãs Escolares de Nossa Senhora. À época, o Brasil estava vivendo a ditadura civil-militar, instaurada em 1964. Nesse período, diversos setores da sociedade passaram por mudanças, inclusive o sistema educacional. Uma das preocupações dos militares referia-se à formação moral e cívica dos estudantes brasileiros. Em virtude disso, em 1969, a Educação Moral e Cívica foi implantada como disciplina e prática educativa obrigatória nas escolas brasileiras. Para dar subsídios aos professores de EMC, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) publicou, após concurso, um Guia de Civismo (1969), destinado ao Ensino Médio. Além disso, foi estimulada a criação de instituições extraclasse, como os Centros Cívicos Escolares e as Horas Cívicas. Diante deste cenário, o principal objetivo desta dissertação é compreender como se deu a articulação entre civismo e Igreja Católica nas práticas educativas realizadas por meio do Centro Cívico Escolar e Horas Cívicas da E.E.B. Prof^a Julieta Torres Gonçalves durante os anos de 1971 a 1985, bem como a relação destas práticas, enquanto parte da cultura escolar, com o que estava prescrito no *Guia de Civismo (1969)*. A fim de cercar esta problemática, foram estabelecidas algumas questões norteadoras, a saber: qual a trajetória da Congregação das Irmãs Escolares de Nossa Senhora desde sua fundação até a chegada à comunidade de Forquilha? Qual a atuação da Congregação IENS no campo educacional no extremo sul de Santa Catarina? O que motivou a Congregação a assumir a direção da E.E.B. Prof^a Julieta Torres Gonçalves? O que a legislação educacional previa para o ensino e a prática educativa de EMC? Quais eram as ideias básicas que nortearam o *Guia de Civismo*? Em que medida o *Guia de Civismo*, publicado pelo MEC, influenciou as práticas cívicas realizadas pela escola? Como aparece a articulação entre civismo e Igreja Católica nos registros das Atas dos Centros Cívicos e das Horas Cívicas? Para alcançar o objetivo deste estudo foi analisado o Guia de Civismo (1969), entrecruzando-o com dois Livros Atas, a saber: Livro de Atas das Horas Cívicas (1971-1985) e Livro de Atas do Centro Cívico Escolar (1979-1986), ambos pertencentes à referida escola. Estas atas compõem o acervo do Centro de Memória da Educação do Sul de Santa Catarina-CEMESSC. Por se tratar de um estudo que busca compreender as práticas cívicas e religiosas dentro do ambiente escolar, utilizo como referencial teórico os estudos de Dominique Julia (2001) para

compreender a cultura escolar, Roger Chartier (1999) para problematizar as questões referentes à circulação, intenção e apropriação do texto impresso e Michel de Certeau (1985 e 1994), com o intuito de compreender as estratégias, táticas e usos acerca das práticas cívicas instituídas no educandário em questão. As estratégias criadas pelos militares e implantadas no sistema educacional brasileiro tinham o intuito de estimular o patriotismo, o culto aos heróis nacionais e fortalecer o sentimento de unidade nacional em contraposição à ameaça comunista, além de contribuir para o crescimento e desenvolvimento econômico do país, dentro da expectativa dos militares. Para isso, os jovens deveriam ser incentivados a trabalhar para o crescimento do país, participar de atividades cívicas e pautar seu comportamento dentro dos preceitos morais da Igreja Católica. Algumas estratégias se manifestaram no cotidiano da E.E.B. Julieta Torres Gonçalves. As práticas cotidianas implementadas por meio das ações das Horas Cívicas e do Centro Cívico Escolar Duque de Caxias, durante a gestão da Congregação denotaram o fortalecimento das *Idéias Básicas* que norteavam o *Guia de Civismo*, não havendo indícios de resistência aos propósitos do governo militar. É possível perceber que as religiosas se apropriaram e reforçaram as diretrizes nacionais e tentaram disseminar de forma mais capilar, a moral cristã.

Palavras-chave: História da Educação. Cultura Escolar. Civismo. Igreja Católica. Ditadura Civil-Militar.

ABSTRACT

During the years 1971-1985, the State Primary School Professor Juliet Torres Gonçalves, located in Nova Venice / SC, was administered by the Religious Congregation of School Sisters of Notre Dame. At the time, Brazil was living the civil-military dictatorship, established in 1964. During this period, various sectors of society have undergone changes, including the educational system. One of the concerns of the military referred to the moral and civic education of Brazilian students. As a result, in 1969, the Civic and Moral Education was established as a discipline and mandatory educational practice in Brazilian schools. To give subsidies to EMC teachers, the Ministry of Education and Culture (MEC) published by public tender, the Guide to Civility (1969), for the high school. It was also stimulated the creation of extracurricular institutions such as the Civic Center and School Hours Civil. In this scenario, the main objective of this work is to understand how was the relationship between civility and Catholic Church in educational practices carried out through the Civic Center and School Hours Civil BSE Prof. Julieta Torres Gonçalves during the years 1971-1985, and the relationship of these practices as part of the school culture, with what was prescribed in the Guide to Civility (1969). In order to surround this issue, were established some guiding questions, namely: what is the trajectory of the Congregation of the School Sisters of Notre Dame from its foundation to the arrival Forquilha the community? What is the performance of the SSND Congregation in the educational field in the far south of Santa Catarina? What motivated the Congregation to take over BSE Prof. Julieta Torres Gonçalves? What educational legislation provided for teaching and educational practice of EMC? What are the basic ideas that guided the Guide to Civility? To what extent the Civility Guide, published by the MEC, influenced civic practices carried out by the school? As it appears the relationship between civilization and the Catholic Church in the records of the Proceedings of the Civic Center and Civil hours? To achieve the objective of this study was to analyze the Civility Guide (1969), crisscrossing it with two Books Minutes, namely: Minutes Book of the Civil Hours (1971-1985) and School Civic Center Minutes Book (1979-1986), both belonging to that school. These minutes make up the Memory Center Archives of South Santa Catarina Education CEMESSC. Since this is a study that seeks to understand the civic and religious practices within the school environment, I use as a theoretical studies of Dominique Julia (2001) to

understand the school culture, Roger Chartier (1999) to discuss issues relating to the movement, intention and appropriation of printed text and Michel de Certeau (1985 and 1994), in order to understand the strategies, tactics, and uses about the civic practice established in the primary school in question. Strategies by military and deployed in the Brazilian educational system had the purpose of fostering patriotism, the cult of national heroes and strengthen the sense of national unity in opposition to the Communist threat, and contribute to the growth and economic development of the country, in the expectation of the military. For this, young people should be encouraged to work for the growth of the country, participating in civic activities and guide their behavior within the moral precepts of the Catholic Church. Some strategies were encountered on the BSE daily Julieta Torres Gonçalves. Everyday practices implemented through the actions of Civil Hours and School Civic Center Duque de Caxias, during the Congregation management denoted strengthening Basic Ideas that guided the Civility Guide, with no evidence of resistance to the purposes of the military government. You can see that religious appropriated and strengthened national guidelines and tried to spread in a more detailed way, the Christian morality.

Keywords: History of Education. School culture. Civility. Catholic Church. Civil-Military dictatorship.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa de Santa Catarina, destacando o município de Nova Veneza.....	38
Figura 2: Colégio da Congregação das Irmãs Escolares de Notre Dame (Alemanha).....	47
Figura 3: Madre Teresa de Jesus Gerhardinger.....	48
Figura 4: Fachada do Colégio Sagrada Família, Forquilha/SC.....	62
Figura 5: Escola de São Bento Baixo - Nova Veneza/SC.....	66
Figura 6: Ir. Elvira Fritzen, Ir. Zita Pavei, Ir. Vicenta Gatelli e Ir. Noemi Margarida Rech (Década de 1980).....	72
Figura 7: Fachada da escola (Década de 1980).....	73
Figura 8: Multidão se reúne em frente à Catedral da Sé, na região central de São Paulo, durante a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em 19 de março de 1964.	78
Figura 9: Capa do Guia de Civismo.	89
Figura 10: Imagem de Tiradentes.....	107
Figura 11: Hora Cívica em frente à Igreja São João Batista, em São Bento Baixo - Nova Veneza/SC (s/d).....	111
Figura 12: Representação dos Vultos Nacionais Duque de Caxias, Tiradentes e Anchieta durante o desfile da Semana da Pátria no ano de 1972.....	134

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Registros de Atividades do Livro de Atas das.....	116
Horas Cívicas (1971-1985).	116
Quadro 2: Síntese das atividades do ano de 1983 registradas no Livro de Atas das Horas Cívicas.....	117
Quadro 3: Síntese das principais atividades registradas no Livro de Atas das Horas Cívicas (1971-1985).	117
Quadro 4: Registro de atividades do Centro Cívico Escolar Duque de Caxias.....	119
Quadro 5: Professoras responsáveis pelo Centro Cívico Escolar Duque de Caxias.	121
Quadro 6: Denominação das chapas concorrentes ao Centro Cívico Escolar Duque de Caxias.....	121

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AID	Agency for International Development
AMREC	Associação dos Municípios da Região Carbonífera
CADES	Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCE	Centro Cívico Escolar
Cel	Coronel
CELAM	Conferência do Episcopado Latino-Americano
CEMESSC	Centro de Memória da Educação do Sul de Santa Catarina
CFE	Conselho Federal de Educação
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNMC	Comissão Nacional de Moral e Civismo
DEE	Divisão de Educação Extra-Escolar
DNE	Departamento Nacional de Educação
DOU	Diário Oficial da União
EEB	Escola de Educação Básica
EMC	Educação Moral e Cívica
ESG	Escola Superior de Guerra
EUA	Estados Unidos da América
GEs	Grupos Escolares
Gen	General
GRUPEHME	Grupo de Pesquisa História e Memória da Educação
HC	Horas Cívicas
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IENS	Irmãos Escolares de Nossa Senhora
IPES	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
MEB	Movimento de Educação de Base
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MAMF	Museu de Arte Moderna de Florianópolis
MASC	Museu de Arte de Santa Catarina
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
OEA	Organização dos Estados Americanos
PCB	Partido Comunista Brasileiro
Pe	Padre
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação

PROSUP	Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares
SC	Santa Catarina
SE	Secretaria de Educação
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UDN	União Democrática Nacional
UNESC	Universidade do Extremo Sul Catarinense
USAID	United States Agency for International Development

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	31
2 DA ALEMANHA PARA O SUL DO BRASIL: A TRAJETÓRIA DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS ESCOLARES DE NOSSA SENHORA E A ATUAÇÃO NA E.E.B. PROFESSORA JULIETA TORRES GONÇALVES	44
2.1 DE CAROLINA A MADRE TERESA DE JESUS GERHARDINGER: A FUNDAÇÃO DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS ESCOLARES DE NOSSA SENHORA	44
2.2 A ORGANIZAÇÃO DO NÚCLEO DA COLÔNIA DE FORQUILHINHA E AS PRIMEIRAS INICIATIVAS EDUCACIONAIS	49
2.3 A ATUAÇÃO DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS ESCOLARES DE NOSSA SENHORA NO CAMPO EDUCACIONAL DO SUL DE SANTA CATARINA	53
2.4 A CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS ESCOLARES DE NOSSA SENHORA ASSUMINDO A E.E.B. PROFESSORA JULIETA TORRES GONÇALVES	63
3 A ARTICULAÇÃO ENTRE CIVISMO E IGREJA CATÓLICA DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR: ANALISANDO O GUIA DE CIVISMO	75
3.1 ANTECEDENTES DO GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 NO BRASIL	75
3.2 CIVISMO E IGREJA CATÓLICA: TEMAS ENTRELAÇADOS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	80
3.3 ANALISANDO O GUIA DE CIVISMO	87
3.3.1. Democracia brasileira em perigo: a justificativa para o golpe	95
3.3.1.1 A Igreja Católica no combate ao comunismo	99
3.3.1.1.1 <i>Civismo fortalecendo o patriotismo</i>	104
4 CIVISMO E IGREJA CATÓLICA NA CULTURA ESCOLAR DA E.E.B PROFESSORA JULIETA TORRES GONÇALVES: AS INTERSECÇÕES COM O GUIA DE CIVISMO	109
4.1 OS REGISTROS DOS LIVROS DE ATAS DAS HORAS CÍVICAS E DO CENTRO CÍVICO DUQUE DE CAXIAS	110
4.2 O DISCURSO DA SOCIEDADE LIVRE E DEMOCRÁTICA... ..	122
4.3 A IGREJA CATÓLICA PRESENTE NAS PRÁTICAS CÍVICAS E ESCOLARES	130
4.4 O CIVISMO EXALTADO POR MEIO DOS SÍMBOLOS E VULTOS NACIONAIS	133

5 CONCLUSÃO	139
REFERÊNCIAS	143

1 INTRODUÇÃO

As questões relacionadas ao civismo e à religião nas escolas brasileiras vinham sendo discutidas ao longo da história do país. Logo no início da República, os intelectuais republicanos ressaltavam a importância e necessidade de criar elementos que estimulassem o patriotismo entre a população. Porém, durante a ditadura civil-militar¹, a preocupação com a formação cívica dos jovens tornou esta discussão mais contundente. Nesse período, que teve início em 1964 e perdurou até 1985, diversos setores da sociedade passaram por grandes mudanças, inclusive o sistema educacional.

Uma das mudanças na área de educação visava possibilitar a formação moral e cívica do futuro cidadão do país. Neste sentido, inúmeros decretos e leis foram criados com o intuito de implantar uma reforma educacional no país, haja vista que, uma das atribuições da escola era formar mão de obra para suprir as necessidades do mercado de trabalho, bem como educar as crianças e jovens nos valores éticos, morais e cívicos, para construir uma identidade nacional na perspectiva da ideologia militar.

Diante disso, algumas medidas foram adotadas pelo governo, entre elas a implantação de disciplinas obrigatórias no currículo escolar, como por exemplo, a Educação Moral e Cívica (EMC). Esta foi implantada como disciplina e prática educativa no currículo de todas as escolas de 1º e 2º graus do país. Além da obrigatoriedade da EMC, também foi estimulada a criação de instituições extraclasse, como os Centros Cívicos Escolares (CCEs) e as Horas Cívicas (HCs), em todas as instituições de ensino do país².

Tanto a inclusão da disciplina quanto a prática educativa tinham o intuito de inculcar e doutrinar valores morais e cívicos nos/nas estudantes, pois estes valores eram considerados essenciais para a “formação integral do homem”. Portanto, todas as escolas do país deveriam se

¹ Segundo Sanfelice (2008), parte da sociedade civil brasileira participou de forma ativa na implantação e manutenção da Ditadura Militar, portanto a utilização do termo Ditadura Civil-Militar.

² A Educação Moral e Cívica foi instituída como disciplina e prática obrigatória em todas as escolas do país por meio do Decreto- Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969. Em 1971, foi criado o Decreto- Lei nº 68.065, de 14 de janeiro de 1971, que regulamentava a disciplina de EMC, bem como estimulava a criação de instituições extraclasse como os Centros Cívicos Escolares, entre outras providências.

organizar para cumprir as legislações educacionais, desta forma, se tornou comum acontecer comemorações, ensinamentos e práticas cívicas durante o ano letivo. Todas as atividades cívicas realizadas pela escola eram registradas em Livros Atas, para posterior supervisão dos órgãos fiscalizadores.

Ao ter acesso a alguns destes Livros Atas, iniciei esta pesquisa, pois, durante os anos de 1971 a 1985, a Escola de Educação Básica Professora Julieta Torres Gonçalves realizou inúmeras atividades cívicas e religiosas que foram relatadas em dois Livros Atas. Estas atividades faziam parte do calendário letivo, portanto, fizeram parte da cultura escolar deste estabelecimento de ensino. Estas duas organizações escolares, Centro Cívico e Horas Cívicas, foram instituídas por meio de leis e Decretos.

Pesquisar as práticas cívicas e religiosas do educandário em questão implicou compreender parte da cultura escolar produzida por esta instituição de ensino. Para compreender o conceito de cultura escolar, recorri ao autor Dominique Julia (2001, p. 10), que a define como:

[...] poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários, e os demais professores.

Julia (2001) ressalta que tanto as normas e práticas inculcadas pela escola quanto o corpo profissional que dela faz parte são indissociáveis na análise da cultura escolar. Além disso, o autor afirma que a cultura escolar precisa ser analisada em sua relação com outras culturas.

A partir desta discussão posso inferir que nas Atas do Centro Cívico e das Horas Cívicas podem ser encontrados vestígios da cultura

escolar que foi construída na E.E.B. Prof^a Julieta Torres Gonçalves durante os anos de 1971 a 1985. Neste sentido, analiso os registros das práticas cívicas e religiosas da E.E.B. Prof^a Julieta Torres Gonçalves em sua relação com o contexto no qual a escola estava inserida naquele momento, ou seja, no período da ditadura civil-militar em uma escola administrada pela Congregação das Irmãs Escolares de Nossa Senhora.

Meu interesse em pesquisar este tema se deu a partir da minha participação como bolsista de iniciação científica em um projeto de pesquisa que resultou na implantação do Centro de Memória da Educação do Sul de Santa Catarina - Virtual (CEMESSC)³. Ser bolsista neste projeto foi fundamental para minha formação como historiadora, especialmente como pesquisadora na área da história da educação, pois consegui compreender a importância da preservação e guarda dos documentos que compõem o acervo escolar, bem como perceber a amplitude das possibilidades de pesquisa a partir dos documentos encontrados nos arquivos escolares.

Com o intuito de reforçar a importância dos arquivos escolares para a História da Educação, recorro a Maria João Mogarro (2004, p. 72), pois a autora afirma que os arquivos escolares possuem:

[...] informações que permitem introduzir a uniformidade na análise realizada sobre os vários discursos que são produzidos pelos actores educativos – professores, alunos, funcionários, autoridades locais e nacionais têm representações diversas relativamente à escola e expressam-nas de formas diversificadas. O arquivo, constituindo o núcleo duro da informação sobre a escola, corresponde a um conjunto homogêneo e ocupa um lugar central e de referência no universo das fontes de informação que podem ser utilizadas para reconstruir o itinerário da instituição escolar. O cruzamento que se estabelece entre os dados obtidos, através da análise dos documentos de

³ O Cemessc foi um projeto idealizado pelo Grupo de Pesquisa História e Memória da Educação - GRUPEHME, e aprovado em 2009, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), com o intuito de implantar um Centro de Memória da Educação do Sul de Santa Catarina, em meio virtual, composto pelas microrregiões AMREC, AMESC e AMUREL, que formam o sul de Santa Catarina. No referido Centro de Memória foram digitalizados diversos documentos encontrados nos acervos das 27 escolas estaduais mais antigas, uma de cada município das três microrregiões.

um arquivo escolar, permite realizar correlações estreitas entre as diversas informações (também obtidas em fundos documentais externos à escola), revelando um elevado índice de coerência e lógica internas do fundo arquivístico e o papel central dos seus documentos para a compreensão da organização e funcionamento da instituição que os produziu. (MOGARRO, 2004, p. 72)

É importante destacar que a preservação e a pesquisa nos documentos que compõem os arquivos escolares são essenciais para a compreensão das especificidades de cada instituição de ensino. Portanto, os arquivos ocupam um lugar central, de guardião da memória. Sobre este aspecto Mogarro (2005, p. 103) afirma:

Os arquivos escolares constituem o repositório das fontes de informação directamente relacionadas com o funcionamento das instituições educativas, o que lhes confere uma importância acrescida nos novos caminhos da investigação em educação, que colocam essas instituições numa posição de grande centralidade para a compreensão dos fenómenos educativos e dos processos de socialização das gerações mais jovens.

Compreendendo a importância da preservação dos arquivos escolares para as pesquisas em história da educação, a implantação do CEMESSC contribuiu para a preservação da memória e do patrimônio escolar, pois os inúmeros documentos textuais e iconográficos existentes nos arquivos das 27 escolas estaduais do sul de Santa Catarina atualmente compõem o seu acervo e estão à disposição de pesquisadores/as, bem como de toda comunidade escolar. Destes documentos, existe uma parte considerável voltada para as atividades cívicas.

A problematização de algumas destas fontes resultou no meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) para a graduação em História, no ano de 2011, intitulado: “*Experiências Estudantis Inscritas nas Atas dos Centros Cívicos: Santa Catarina (1967-1992)*”. Nessa pesquisa,

analsei cinco Livros Atas pertencentes a quatro escolas⁴ da região carbonífera de Santa Catarina, localizadas no extremo sul do Estado. Destas cinco Atas, quatro eram dos Centros Cívicos Escolares e uma das Horas Cívicas.

As Horas Cívicas e os Centros Cívicos Escolares eram instituições extraclasse, que funcionavam nas escolas brasileiras, com o intuito de inculzir, por meio das práticas cívicas, uma nova concepção de cidadão, pautado em valores morais e cívicos. De acordo com Maia (2014, p. 93), o ideário cívico adotado na ditadura civil-militar é indissociável do conceito de cidadania, porém, o “civismo sobrepõe-se ao ideal de cidadania, definindo prioritariamente os deveres dos cidadãos, qualquer ação do Estado em defesa da nação encontrava-se legitimada”.

Após o término da pesquisa para o TCC surgiram diversas questões acerca da articulação entre civismo e Igreja Católica, evidenciadas em dois Livros Atas, um do Centro Cívico e outro das Horas Cívicas, pertencentes à Escola de Educação Básica Professora Julieta Torres Gonçalves, de Nova Veneza/SC. A presença da Igreja Católica era muito forte nesta escola pública, pois entre os anos de 1971 e 1985 ela foi coordenada pela Congregação das Irmãs Escolares de Nossa Senhora (IENS). Nesse período, todas as atividades cívicas realizadas pela escola também contavam com uma parte religiosa. Estas atividades estão descritas detalhadamente nos dois Livros Atas mencionados.

Cabe ressaltar que esta Congregação já estava na região sul de Santa Catarina desde 1935, quando vieram pela primeira vez ao Brasil para trabalhar no campo educacional em Forquilha/SC, à época um pequeno núcleo de colonização alemã, onde fundaram a sede da Congregação no Brasil e expandiram seus trabalhos para outras cidades do país.

Com o propósito de continuar a pesquisa acerca das práticas cívicas e religiosas realizadas na E.E.B. Profª Julieta Torres Gonçalves, em 2013 ingressei como aluna regular no Programa de Pós-Graduação em Educação/UNESC. Minha intenção era confrontar os relatos contidos nas Atas com os depoimentos de ex-alunos/as e ex/professores e professoras da escola.

Porém, em meio ao rastreamento de produções oficiais de

⁴ As quatro escolas são: E.E.F. Professor Lapagesse, localizada na cidade de Criciúma; E.E.F. Ângelo Izé, de Forquilha; E.E.B. Professora Julieta Torres Gonçalves, de Nova Veneza, e E.E.B. Udo Deeke, de Treviso.

manuais de civismo elaborados para orientar as práticas escolares encontrei o *Guia de Civismo* publicado em 1969 pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), destinado ao Ensino Médio. Este guia encontra-se disponível *online*, e assim que iniciei a leitura percebi que tinha em mãos um documento muito expressivo e que não poderia deixar de analisá-lo também, além das atas do Centro Cívico Escolar e Horas Cívicas.

Portanto, procurei pela cópia impressa e a encontrei em um site de livros novos e usados na internet, onde adquiri um exemplar. O *Guia de Civismo* foi publicado após ser classificado em 1º lugar em um concurso realizado pelo MEC, no ano de 1968. Este é um documento de grande valia, haja vista que foi produzido durante a ditadura civil-militar para nortear as ações morais e cívicas no ambiente escolar. O referido guia é de autoria do Cel. Diniz Almeida do Valle e destinava-se ao Ensino Médio, como já foi mencionado.

Cabe ressaltar que em 1968, quando foi lançado o concurso para a publicação do referido guia, a educação brasileira era norteadada pela Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. De acordo com esta lei, o Ensino Médio era dividido em dois ciclos, o ginásial e o colegial, além dos cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o ensino primário e pré-primário.

Posteriormente, em 1971, foi realizada a Reforma do Ensino de 1º e 2º graus, quando foi sancionada a Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. A partir desta lei, o antigo primário e ginásio passaram a fazer parte do 1º grau, enquanto o ciclo colegial foi denominado 2º grau.

Durante os anos de 1971 a 1985, período delimitado para a realização desta investigação, a E.E.B. Profª Julieta Torres Gonçalves era uma escola de 1º grau e atendia alunos/as do primário e ginásio. Sendo o ginásio parte do Ensino Médio, é possível inferir que o *Guia de Civismo* citado tenha chegado até a escola, haja vista que a produção vencedora, classificada em primeiro lugar, seria editada e distribuída pela Divisão Extra-Escolar de Educação⁵ a todas as instituições de Ensino Médio do país para serem utilizados pelos/as professores/as da disciplina de Educação Moral e Cívica. De acordo com o edital

⁵ A Divisão de Educação Extra-Escolar (DEE) era um órgão subordinado ao Departamento Nacional de Educação (DNE), vinculado ao Ministério da Educação e Cultura. Uma das finalidades da DEE era “estimular, entre as organizações estudantis, as iniciativas de natureza cívica, artística e cultural, prestando-lhe apoio e concorrendo para o seu êxito”. (VIEIRA, 2011, p. 1)

publicado no Diário Oficial da União (1968, p. 2856), a utilização e distribuição do guia seria a seguinte:

O trabalho classificado em 1º lugar será editado e distribuído pela Divisão de Educação Extra-Escolar do Departamento Nacional de Educação do MEC, a todos os Estabelecimentos de ensino médio do Brasil, para utilização na orientação moral e cívica. Será pôsto à venda, por preço de custo, para professores e alunos dos referidos Estabelecimentos. Destina-se, ainda, a ser utilizado, sempre que possível, em trabalhos de tôdas as disciplinas escolares.

No entanto, não é possível afirmar que este documento tenha sido utilizado de fato na instituição em questão, pois não o encontramos no seu acervo. De qualquer modo, isso não anula sua importância, enquanto fonte, no trabalho aqui proposto.

Diante desse percurso investigativo e do encontro com os documentos referidos, decidi estabelecer como objeto de estudo a articulação entre civismo e Igreja Católica, entrecruzando o Livro de Atas das Horas Cívicas (1971-1985), o Livro de Atas do Centro Cívico Escolar (1979-1986) da E. E. B. Profª Julieta Torres Gonçalves, tendo como *lôcus* o CEMESSC e o *Guia de Civismo* (1969) publicado pelo MEC.

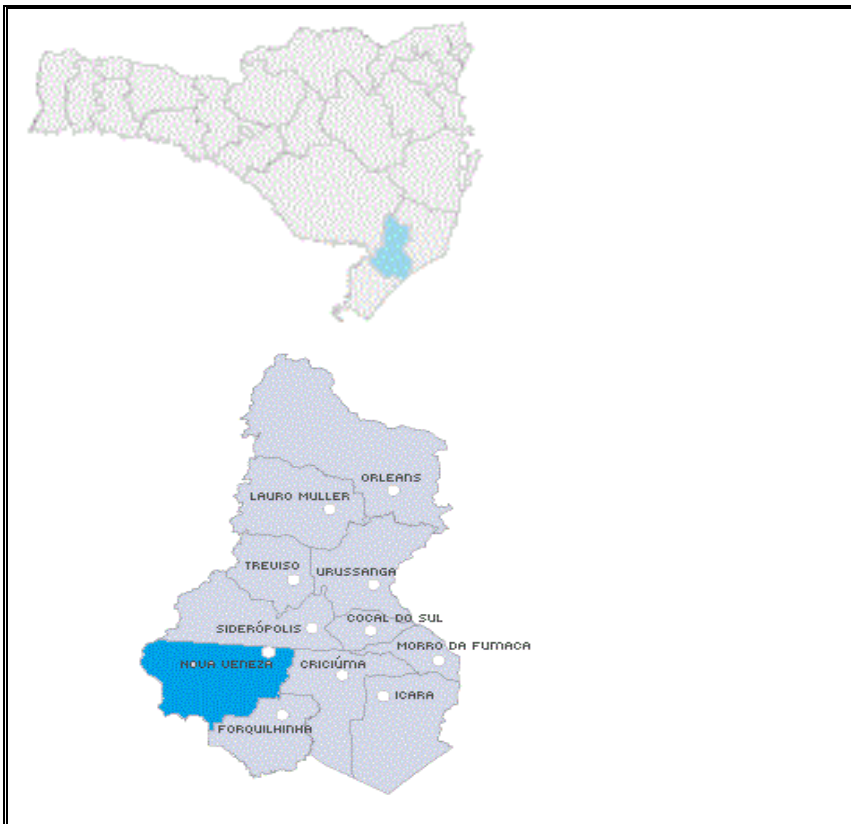
Para analisar estes documentos, foram estabelecidas algumas questões norteadoras, a saber: Qual a trajetória da Congregação das Irmãs Escolares de Nossa Senhora desde sua fundação até a chegada à comunidade de Forquilha? Qual a atuação da Congregação IENS no campo educacional no extremo sul de Santa Catarina? O que motivou a Congregação a assumir a direção da E.E.B. Profª Julieta Torres Gonçalves? O que a legislação educacional previa para o ensino e a prática educativa de EMC? Quais eram as ideias básicas que norteavam o *Guia de Civismo*? Em que medida o *Guia de Civismo*, publicado pelo MEC, influenciou as práticas cívicas realizadas pela escola? Como aparece a articulação entre civismo e Igreja Católica nos registros das Atas dos Centros Cívicos e das Horas Cívicas?

Diante do exposto, o principal objetivo desta pesquisa é compreender como se deu a articulação entre civismo e Igreja Católica nas práticas educativas realizadas por meio do Centro Cívico Escolar e Horas Cívicas da E.E.B. Profª Julieta Torres Gonçalves durante os anos

de 1971 a 1985, bem como a relação destas práticas com o que estava prescrito pelo *Guia de Civismo (1969)*.

O educandário, lócus deste estudo, está localizado no distrito de São Bento Baixo, no município de Nova Veneza/SC, e pertence à rede estadual de ensino. Na época em que as Atas foram produzidas, a escola se chamava “Grupo Escolar Professora Julieta Torres Gonçalves”, porém, com as transformações educacionais, a nomenclatura da escola foi alterada e hoje é denominada Escola Estadual Básica Professora Julieta Torres Gonçalves, e é dessa forma que será referenciada nesta investigação. Na figura que segue é indicada a localização geográfica do município de Nova Veneza (SC).

Figura 1: Mapa de Santa Catarina, destacando o município de Nova Veneza.



Fonte: MAPA AMREC, 2014.

Esta instituição emergiu como escola étnica, sendo criada por imigrantes alemães por volta de 1909. Anos mais tarde, em 1971, as religiosas da Congregação das Irmãs Escolares de Nossa Senhora passaram a coordenar a instituição, até 1985. Por este motivo, a delimitação temporal da pesquisa leva em consideração o período em que as religiosas da Congregação estiveram à frente da coordenação da escola, que compreende os anos de 1971 a 1985.

Priorizei este recorte temporal para a pesquisa, pois, analisando as Atas anteriormente mencionadas, fica evidente que a maior parte das atividades realizadas pela escola aconteceu no período em que as religiosas estiveram na direção da instituição. Além disso, no ano de 1986 foram realizadas apenas duas reuniões do Centro Cívico Escolar (CCE), ambas referiam-se à eleição de uma nova direção.

É importante ressaltar que existem poucos estudos relacionados ao civismo e à Igreja Católica durante a ditadura civil-militar. No entanto, existem algumas pesquisas acadêmicas arroladas sobre o civismo. Um dos trabalhos sobre a disciplina de EMC é a dissertação de mestrado de Juliana Miranda Filgueiras (2006), denominada *A Educação Moral e Cívica e sua Produção Didática (1969-1993)*.

Nessa pesquisa a autora procura mostrar a trajetória da EMC, desde a sua inclusão do currículo escolar em 1969, até a sua retirada em 1993. Como fontes para pesquisa, a autora analisa inúmeros livros didáticos de EMC, os programas curriculares e pareceres da legislação do período, especialmente os disponíveis nas revistas *Documenta*, *Acta* e *Lex*. Segundo Filgueiras (2006), a implantação da disciplina e prática educativa de EMC, em 1969, foi uma forma encontrada pelos militares para lutar diretamente contra o comunismo. A Educação Moral e Cívica “protegia o povo, a moral cristã e os bons costumes”. (FILGUEIRAS, 2006, p. 187).

André Luiz Onghero (2007), em sua dissertação de mestrado intitulada *Moral e Civismo no Currículo das Escolas do Oeste Catarinense: memórias de professores*, procurou mostrar como era a prática dos/das professores/as de EMC no oeste de Santa Catarina. Além dos depoimentos dos/das docentes, são utilizadas como fontes leis, decretos e pareceres referentes à disciplina de EMC e livros didáticos.

Karina Clécia da Silva Guilherme (2011) produziu a dissertação de mestrado denominada *Ditadura Militar e Educação: uma análise do Centro Cívico Escolar (1971-1986)*. Nessa pesquisa a autora analisa o funcionamento do Centro Cívico Escolar, sua finalidade e influência sobre os jovens e a sociedade. A autora analisou os Centros Cívicos de três escolas estaduais localizadas no Vale do Paraíba, em São Paulo. As

fontes utilizadas foram: Atas de reuniões, Código de Honra e Livro Caixa, além de fontes orais, sendo entrevistados 5 (cinco) ex-integrantes dos CCEs das escolas investigadas.

A investigação aqui apresentada está circunscrita na perspectiva da Nova História Cultural, pois como pesquisadora da História da Educação considero importante e fundamental o aprofundamento de questões antes não reconhecidas pela história oficial. Além do alargamento das fontes de pesquisa, a Nova História Cultural ampliou as possibilidades de temas a serem investigados, e com isso trouxe visibilidade aos sujeitos e temas antes esquecidos ou silenciados.

Segundo Pesavento (2005), esta corrente historiográfica, a que chamamos de História Cultural ou Nova História Cultural, surgiu a partir da crise dos paradigmas por volta de 1970. Naquele contexto, as correntes marxistas e *Annales* estavam sendo muito criticadas por não conseguirem mais responder a todas as questões que emergiam da realidade diante da diversidade social, política e cultural. Ainda de acordo com Pesavento (2005, p. 10), a crítica ao marxismo e a corrente dos *Annales* não significou uma ruptura por completo, uma vez que “foi de dentro da vertente neomarxista inglesa e da história francesa dos *Annales* que veio o impulso de renovação, resultando na abertura desta nova corrente historiográfica”.

No final dos anos 1980, a crise dos paradigmas chega ao Brasil, onde até então a produção historiográfica brasileira era, em sua maioria, de viés marxista. Dessa forma, assim como aconteceu em outros países, a Nova História Cultural foi ganhando espaço e abrindo novas possibilidades de pesquisa (PESAVENTO, 2005).

A Nova História Cultural vem influenciando muitos pesquisadores da Educação na investigação de temas considerados “pouco nobres”. Além disso, o alargamento das fontes possibilitou um novo olhar sobre diversos aspectos da História e contribuiu para a valorização dos “sujeitos esquecidos” da História, “como as crianças, as mulheres e as camadas populares”. (LOPES e GALVÃO, 2005, p. 39).

Neste sentido, as fontes documentais e iconográficas analisadas neste trabalho contribuem para dar visibilidade às especificidades desta escola no contexto da História da Educação no Brasil. Muitos Livros Atas foram produzidos por diversas instituições de ensino do país e por meio destes documentos é possível perceber as especificidades de cada escola na realização das comemorações cívicas. Todas as atividades registradas nos Livros Atas são vestígios do passado, portanto são fontes importantes para a reconstrução, mesmo que incompleta, de parte da História da Educação. Sobre a importância das fontes para a

reconstrução do passado, as autoras Lopes e Galvão (2005, p. 77) afirmam:

Em sua inteireza e completude, o passado nunca será plenamente conhecido e compreendido; no limite, podemos entendê-lo em seus fragmentos, em suas incertezas. Por mais que o pesquisador tente se aproximar de uma verdade sobre o passado, apostando no rigor metodológico, permanecem sempre fluidos e fugidios os pedaços da história que se quer reconstruir.

A reconstrução da história da educação se faz por meio de seus vestígios, que por sua vez são as fontes necessárias para que os/as pesquisadores/as deste campo a reconstruam, de forma incompleta, e investiguem aspectos e especificidades das mudanças educacionais. De acordo com Lopes e Galvão (2005, p. 81):

[...] os historiadores da educação incorporaram idéia (sic) de que a História se faz a partir de qualquer traço ou vestígio deixado pelas sociedades passadas e que, em muitos casos, as fontes oficiais são insuficientes para compreender aspectos fundamentais: é difícil, por exemplo, senão impossível, penetrar no cotidiano da escola de outras épocas somente através da legislação ou de relatórios escritos por autoridades de ensino.

Os diversos documentos textuais e iconográficos encontrados nos arquivos das escolas são fontes que devem ser utilizadas pelos/as pesquisadores/as da educação para a compreensão de aspectos da História da Educação ainda desconhecidos ou pouco investigados, específicos de cada instituição e de cada época.

Neste sentido, apresento também algumas fontes iconográficas, com o intuito de problematizar e dar sentido ao passado por meio destes fragmentos cristalizados. Segundo Vidal e Abdala (2005, p. 178), a utilização da fotografia vai além da contemplação, por meio desta fonte é possível:

[...] reconhecer/conhecer o real. Vemo-nos transportados no tempo e no espaço, tocando o passado, eternizado pela ação mecânica da máquina fotográfica. Nesse sentido, poderíamos

afirmar que a importância da fotografia como fonte para a história e a história da educação residiria nesse seu dom de permitir visualizar o ontem e o outro em seus contornos de verdade.

Porém, a problematização destas fontes exige alguns cuidados por parte dos/as pesquisadores/as da educação. Segundo as autoras Vidal e Abdala (2005, p. 191), é necessário reconhecer a influência de alguns fatores na produção fotográfica, a saber: “A subjetividade do fotógrafo, as determinações do contratante e o momento social e histórico de sua materialização”.

É importante destacar que as imagens analisadas nesta pesquisa também foram influenciadas por estes fatores. Estas imagens são produtos de um contexto específico, em que se procurou representar os sujeitos e/ou a escola em determinados acontecimentos. Além disso, é preciso compreender a subjetividade do fotógrafo na escolha dos ângulos, haja vista que, mesmo que imagem seja uma representação do real, é uma imagem produzida para privilegiar algo.

Diante da importância destes documentos, é imprescindível e urgente que se pense na preservação, para que não haja descarte destas importantes fontes. Sabemos que a escola, enquanto instituição, em geral, não possui espaços adequados para a guarda destes documentos, no entanto, além da estrutura física é necessário conscientizar os/as profissionais que nela atuam para a importância da preservação dos acervos, pois estes fazem parte do patrimônio educativo e da memória das pessoas que por ela passaram. Por meio destes documentos, é possível relembrar o passado e fortalecer a identidade, seja individual ou coletiva.

Neste sentido, os arquivos escolares são importantes lugares de memória. Com o intuito de compreender e situar a vinda da Congregação das IENS para o sul de Santa Catarina é necessário entender o contexto de formação dos núcleos de imigração. Para isso, utilizo como referencial teórico os autores Perrot (2008), Silva e Teive (2009) e Lúcio Kreutz (2000 e 2005).

Para compreender a relação entre civismo e Igreja Católica durante a ditadura civil-militar de 1964, sob a perspectiva de documentos impressos e manuscritos, busco aporte teórico em Roger Chartier (1988 e 1999), que discorre sobre o processo pelo qual passaram os textos, bem como discute acerca das intenções dos autores e apropriações dos leitores.

Entendendo que as práticas cívicas e religiosas realizadas pela E.E.B. Prof^a Julieta Torres Gonçalves são parte da cultura escolar desta instituição de ensino, recorro ao conceito de cultura escolar apresentado por Dominique Julia (2001).

Na tentativa de compreender como se deu a articulação entre as prescrições cívicas e religiosas nesta escola, considero importante conhecer a Congregação das Irmãs Escolares de Nossa Senhora, haja vista que esta ordem religiosa coordenou a escola durante 14 anos. Sendo assim, no primeiro capítulo, denominado *Da Alemanha para o Sul do Brasil: a trajetória da Congregação das Irmãs Escolares de Nossa Senhora e a atuação na E.E.B Prof^a Julieta Torres Gonçalves*, apresento uma breve biografia da vida e obra de Madre Teresa de Jesus Gerhardinger, fundadora da Congregação das Irmãs Escolares de Nossa Senhora (IENS), ordem religiosa que surgiu na Alemanha no século XIX.

Posteriormente, apresento a vinda da congregação ao Brasil, em 1935, e sua trajetória na região sul de Santa Catarina, aonde desde a sua chegada a Congregação vem trabalhando nas áreas da educação e saúde nas cidades de Forquilha, Criciúma e Nova Veneza. Dou ênfase ao trabalho educacional realizado nas cidades de Forquilha, por ter sido a primeira sede da Congregação no Brasil, e Nova Veneza, por ser a cidade onde está localizada a E.E.B. Prof^a Julieta Torres Gonçalves, *locus* desta pesquisa.

No segundo capítulo, denominado *A articulação entre civismo e Igreja Católica durante a ditadura civil-militar: analisando o Guia de Civismo*, procuro contextualizar o Brasil com o intuito de mostrar como se deu o golpe civil-militar de 1964. Em seguida, problematizo o entrelaçamento histórico entre a Igreja Católica, o civismo e a educação brasileira. Na sequência, faço uma análise do *Guia de Civismo*, procurando perceber a imbricação entre civismo e Igreja Católica neste documento.

No último capítulo, intitulado *Civismo e Igreja Católica na Cultura Escolar da E.E.B. Prof^a Julieta Torres Gonçalves*, foram estabelecidas três categorias de análise, a saber: democracia, Igreja Católica e civismo, com o intuito de compreender a relação entre a prescrição do *Guia de Civismo* e as práticas educativas desta instituição de ensino, à luz dos conceitos de estratégias e táticas, de Michel de Certeau. Estas práticas fizeram parte da cultura escolar desta escola durante os anos de 1971 a 1985, e estão descritas detalhadamente nos dois Livros Atas mencionados anteriormente.

2 DA ALEMANHA PARA O SUL DO BRASIL: A TRAJETÓRIA DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS ESCOLARES DE NOSSA SENHORA E A ATUAÇÃO NA E.E.B. PROFESSORA JULIETA TORRES GONÇALVES

Neste capítulo apresento a vida de Carolina Francisca Huber Gerhardinger, desde o seu nascimento em Stadtamhof, uma pequena vila ao sul da Alemanha, até tornar-se Madre Teresa de Jesus Gerhardinger, fundadora da Congregação das Irmãs Escolares de Nossa Senhora. Esta Congregação surgiu na Alemanha na primeira metade do século XIX, com o intuito de educar as meninas pobres. Posteriormente, a Congregação foi se expandindo para outras partes do mundo, até chegar ao Brasil em meados de década de 1930.

Em seguida, apresento a trajetória da Congregação no processo de instalação da primeira sede no Brasil, na comunidade de Forquilha, à época pertencente ao município de Criciúma, no sul de Santa Catarina. Procuo mostrar o trabalho desenvolvido pela Congregação no campo educacional, haja vista que as religiosas atuaram não só na escola pública da cidade, mas também criaram uma instituição de ensino particular que existe até os dias de hoje.

Por fim, apresento o trabalho desenvolvido pelas religiosas na E.E.B. Prof^a Julieta Torres Gonçalves, no distrito de São Bento Baixo, em Nova Veneza/SC, onde permaneceram na direção da instituição por 14 anos.

2.1 DE CAROLINA A MADRE TERESA DE JESUS GERHARDINGER: A FUNDAÇÃO DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS ESCOLARES DE NOSSA SENHORA

Segundo Ir. Helena Arns (2012), Carolina nasceu no dia 20 de junho de 1797, em Stadtamhof, uma pequena vila ao sul da Alemanha, situada às margens do Rio Danúbio. Seu pai era o barqueiro Wilibald Gerhardinger e sua mãe Maria Francisca Huber. No mesmo dia em que nasceu a menina foi batizada e recebeu o nome de Carolina Elisabeth Francisca Huber Gerhardinger, mas era chamada simplesmente de Carolina. A família de Carolina era muito religiosa, e desde cedo a menina ajudava a mãe nos afazeres domésticos e nas visitas aos pobres e enfermos. Além disso, Carolina gostava de brincar com as outras crianças às margens do rio Danúbio.

Aos seis anos de idade, Carolina ingressou na escola elementar de Notre Dame⁶, localizada na mesma vila onde a menina vivia com a família. Aos nove anos recebeu a primeira comunhão. No dia 23 de abril de 1809, Carolina viu a cidade de Regensburg, que ficava do outro lado do rio, ser bombardeada pelo exército de Napoleão, que perseguia as tropas austríacas. (NOMOTO, 1987).

Nomoto (1987) afirma que na época em que Carolina nasceu a Europa estava vivendo um período conturbado, pois todos estavam vivenciando os efeitos da Revolução Francesa⁷, iniciada em 1789, e da Guerra Napoleônica⁸. Em virtude disso, igrejas, escolas e conventos foram fechados. Com isso, as crianças ficaram sem escola, porém, o pároco de Regensburg e professor do Seminário, Pe. Wittman, decidiu treinar algumas meninas já formadas para lecionar para as crianças. O padre também pretendia criar uma nova ordem religiosa que atuasse na educação de crianças, e para isso escolheu três meninas, entre elas Carolina, que não se entusiasmou com a ideia, pois seu desejo era viajar com seu pai após sua formatura.

Após a formatura, Carolina fez uma viagem com o pai e este a convenceu a aceitar o pedido do Pe. Wittman. Assim, Carolina, com apenas doze anos, começou a lecionar para as crianças em uma sala do velho convento, depois em uma sala do hospital. Em 1812, Carolina e outras jovens realizaram os exames públicos e receberam o certificado de “Professoras do Reino para escolas de Meninas”. (NOMOTO, 1987).

⁶ O termo Notre Dame significa Nossa Senhora.

⁷ A Revolução Francesa, iniciada em 1789, foi uma “revolução social de massa” decorrente do conflito entre a estrutura e os interesses do antigo regime e a ascendência de novas forças sociais. Esta revolução influenciou a política e a ideologia de diversos países no século XIX. Durante a Revolução surgem dois grupos políticos opostos, a saber: os Girondinos e os Jacobinos, que assumem o poder em momentos distintos. Em 1799, o general francês Napoleão Bonaparte assume o poder e consegue solucionar alguns problemas no país, que em poucos anos passa a ter um Código Civil, uma concordata com a Igreja e o Banco Nacional. A Revolução terminou em 1799 e representou uma melhora nas condições de vida da população francesa. (HOBSBAWM, 2007).

⁸ Após assumir o poder na França, o general Napoleão Bonaparte desejava transformar o país em uma potência econômica e expandir o território francês. Com isso, a França travou uma série de guerras com outros países. Após diversos combates, as tropas napoleônicas foram derrotadas na Batalha de Waterloo, em 1815. Após a derrota, Napoleão Bonaparte é exilado na ilha de Santa Helena, onde morre em 1821. (HOBSBAWM, 2007).

Aos dezoito anos, decidi se preparar para a vida religiosa e dar continuidade à ideia do Pe. Wittman, que desejava criar uma nova ordem religiosa. Porém, os moradores do local não se entusiasmaram com a ideia, pois temiam ter que arcar com as despesas desta nova ordem. Apesar de não contar com o apoio da população, Carolina contou com a ajuda de alguns amigos para tentar realizar o sonho do padre Wittman, que acabara de falecer. (NOMOTO, 1987).

Arns (2012) afirma que Carolina recebeu ajuda de suas novas companheiras, Barbara Weinzierl e Maria Blass, além dos padres Sebastião Job e Mathias Siegert. Então, no dia 24 de outubro de 1833 fundaram em Neunburg vorm Wald, na Alemanha, a “Congregação das Pobres Irmãs Escolares de Notre Dame”. Dentro da Congregação a vida das Irmãs era simples, bebiam apenas água e alimentavam-se basicamente de sopas, frutas e verduras, abstendo-se da carne. A cada dia apareciam novas jovens querendo fazer parte da Congregação, onde aprendiam os afazeres domésticos e trabalhos manuais. Todos os dias, Carolina e suas duas companheiras lecionavam para as alunas.

O número de alunas crescia e a nova ordem religiosa necessitava de apoio financeiro para manter-se. Diante da situação, Carolina recorreu à Rainha Carolina Augusta da Áustria, que lhe deu uma carta de referência e 1000 florins para se encontrar com o Rei da Baviera, Ludovico I. O encontro com o rei aconteceu no dia 22 de março de 1834, e na ocasião Ludovico I aprovou a fundação da ordem religiosa e contribuiu com 1000 florins. (ARNS, 2012).

No dia 26 de março de 1834 o Instituto Religioso das Pobres Irmãs Escolares de Notre Dame de Neunburg vorm Wald recebeu aprovação episcopal do Bispo Franz Xaver Schwabel. No mesmo ano, com a ajuda de outras pessoas, a construção do prédio foi concluída. Neste espaço abrigava a capela, a escola e a residência das irmãs de Notre Dame. (ARNS, 2012).

Aqui fica evidente a relação entre Estado e Igreja Católica, pois somente com o apoio do rei, ou seja, do poder instituído, a nova ordem religiosa conseguiu ajuda financeira e autorização oficial para seu funcionamento.

Figura 2: Colégio da Congregação das Irmãs Escolares de Notre Dame (Alemanha).



Fonte: Colégio Das Irmãs Escolares De Nossa Senhora, 2013.

Com a situação da Congregação resolvida, em 1835 Carolina teve seus votos aceitos pela Igreja Católica e recebeu o nome de Maria Teresa de Jesus, conhecida como Madre Teresa. Em 1847, Madre Teresa e mais quatro Irmãs saíram da Europa e foram para a América do Norte, pois lá havia muitos filhos de imigrantes alemães que necessitavam de auxílio na educação. Um mês após partirem da Alemanha, as Irmãs chegaram ao porto de Nova York, nos Estados Unidos. Madre Teresa permaneceu nos Estados Unidos durante um ano, até a nova ordem estar bem estabelecida, e depois voltou para a Europa. (NOMOTO, 1987).

Figura 3: Madre Teresa de Jesus Gerhardinger.



Fonte: Madre Teresa de Jesus, 2013.

De meados do século XIX, quando a Congregação chegou aos Estados Unidos, até meados do século XX, quando chegaram ao Brasil, o trabalho desenvolvido pela Congregação foi se expandindo para outros países, pois, muitos núcleos coloniais alemães solicitavam o auxílio das religiosas na formação educacional e religiosa dos/das filhos/as dos/das imigrantes. Em 1935, atendendo ao pedido do Pe. Paul Linnatz⁹, a Congregação enviou algumas religiosas para o Brasil. As Irmãs da Congregação chegaram diretamente à comunidade de Forquilha/SC, em outubro do mesmo ano. À época, Forquilha pertencia ao

⁹ Padre alemão, pároco de Forquilha, segundo Arns (1985, p. 132-133), alto, magro, ascético, exigente para consigo e com os outros, de olhos vivos, cabelos brancos, esportivo, organizado, minucioso, imbuído de um idealismo que o levava, às vezes, à obsessão na consecução de suas metas humanas e pastorais. Sempre escolheu empenhos difíceis. Já na Alemanha, em vez de assumir paróquias em que pudesse ter conforto e aproveitar sua inteligência incomum, preferiu dedicar-se à pastoral entre poloneses na Alemanha Oriental, aprendendo-lhes a língua e assumindo a cultura para melhor integrar-se na pastoral então chamada *Diáspora- Seelsorge*. Com igual idealismo integrou-se na comunidade de Forquilha, a pequena Colônia alemã do Sul de Santa Catarina, em 1932.

município de Criciúma, a comunidade era um núcleo de colonização alemã, situado na região sul de Santa Catarina. (ARNS, 2000).

Porém, antes de compreender os motivos que trouxeram as religiosas da Congregação das Irmãs Escolares de Nossa Senhora até Forquilha, é necessário entender como foi organizado tal núcleo de imigrantes alemães, naquela época, e como ocorreu o processo de educação formal em Forquilha, pois foi a partir desta experiência que as religiosas foram para a E.E.B. Professora Julieta Torres Gonçalves, Nova Veneza/SC.

2.2 A ORGANIZAÇÃO DO NÚCLEO DA COLÔNIA DE FORQUILHA E AS PRIMEIRAS INICIATIVAS EDUCACIONAIS

O trabalho educacional desenvolvido pela Congregação das Irmãs Escolares de Nossa Senhora no sul de Santa Catarina iniciou na colônia alemã de Forquilha¹⁰ e expandiu para outras comunidades, como o Distrito de São Bento Baixo, em Nova Veneza/SC. Tanto Forquilha quanto Nova Veneza, pertenciam ao município de Araranguá e posteriormente passaram a pertencer a Criciúma/SC.

Cabe ressaltar que Nova Veneza foi colonizada por imigrantes italianos, porém, a comunidade de São Bento Baixo, localidade onde se situa a E.E.B. Prof^a Julieta Torres Gonçalves, foi fundada por imigrantes alemães, assim como Forquilha. Estes núcleos coloniais são muito próximos, separados apenas pelo Rio Mãe Luzia.

Os imigrantes europeus foram atraídos para o Brasil a partir do século XIX, quando o governo brasileiro passou a investir em propagandas no exterior, com o intuito de trazer imigrantes europeus para trabalhar e povoar as terras brasileiras. A ideia de atrair imigrantes europeus se deu por diversas causas. Segundo Kreutz (2000), os motivos que levaram o governo brasileiro a incentivar a imigração foram os mais diversos, entre eles: o desejo de desenvolvimento das áreas não habitadas, em especial no sul do país; o desenvolvimento de pequenas

¹⁰ Em 1912, chegaram a Forquilha os primeiros imigrantes alemães, que fundaram o núcleo colonial. A época a colônia pertencia ao município de Araranguá/SC. Em 1925, Criciúma se emancipou e Forquilha passa a pertencer ao município. Em 1959, tornou-se Distrito de município de Criciúma/SC, e em 1989 foi criado o município de Forquilha. (PREFEITURA DE FORQUILHA, 2015).

propriedades e progresso das atividades artesanais e manufatureiras, assim como aconteceu nos Estados Unidos, que havia se desenvolvido rapidamente, e a política de branqueamento, ou seja, acreditava-se na superioridade do europeu.

Atraídos pela possibilidade de ter uma vida melhor, diversos imigrantes partiram de seus países e vieram para a América do Sul e, conseqüentemente, para o Brasil. Dentre os imigrantes que vieram para o Brasil, os alemães foram os primeiros a chegar ao país. Kreutz (2000, p. 350) observa:

Os alemães formaram a primeira corrente imigratória para o Brasil de forma mais sistemática a partir de 1824 em São Leopoldo, RS. Anos antes, pequenos grupos haviam se estabelecido nos estados da Bahia e do Rio de Janeiro. Até 1947 entraram no Brasil em torno de 253.846 imigrantes alemães.

Muitos destes imigrantes fixaram moradias na região sul de Santa Catarina, em especial a região carbonífera¹¹. Segundo Ir. Helena Arns (2000), em 1912 os primeiros imigrantes alemães chegaram a Forquilha com suas famílias e fundaram o Núcleo da Colônia de Forquilha¹². Estes imigrantes são provenientes de duas regiões católicas da Alemanha, a saber: Diocese de Trier, Mosela, e Diocese de Münster, Westfália. Porém, cabe ressaltar que estes imigrantes não vieram diretamente da Alemanha para Forquilha, inicialmente estas famílias moraram entre Palhoça, Teresópolis e São Pedro de Alcântara, regiões próximas à atual cidade de Florianópolis. Posteriormente, alguns imigrantes saíram em busca de terras melhores e vieram para o sul do estado, onde fixaram moradia em Capivary e Braço do Norte, de onde saíram novamente para se instalar em Forquilha. (ARNS, 1985).

¹¹ A região carbonífera está localizada no sul de Santa Catarina. Esta região possui minas de carvão mineral, descoberto no século XIX. Porém, a extração do minério teve início na primeira metade do século XX, em virtude das duas guerras mundiais e do desenvolvimento econômico do país a partir de 1930. A extração de carvão fez surgir muitas minas no sul do Estado, e em torno delas se desenvolveram várias cidades, que compõem a região carbonífera, a saber: Criciúma, Cocal do Sul, Forquilha, Içara, Lauro Müller, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Orleans, Siderópolis, Treviso e Urussanga.

¹² A origem do nome de Forquilha deriva da palavra forca, pois a comunidade está localizada próxima à junção dos rios São Bento e Mãe Luzia.

Preocupados com a educação de seus/suas filhos/as, em 1915 imigrantes alemães construíram uma casa de alvenaria onde funcionou a primeira escola. Esta casa possuía apenas uma sala de aula e era frequentada por alunos/as filhos de alemães, brasileiros e italianos. Após as aulas, as crianças alemãs recebiam aula da língua materna. O professor era Jacob Arns¹³, que havia estudado no Seminário dos Franciscanos na cidade de Blumenau/SC. (ARNS, 1985).

Para os imigrantes era importante manter o vínculo com a pátria mãe, desta forma consideravam necessário que as crianças tivessem aulas de língua alemã. Como informa Kreutz (2000), a valorização e preocupação em manter a língua materna e as tradições religiosas, culturais e organizacionais era uma característica dos núcleos de imigrantes localizados em áreas rurais.

Como salienta Otilia Arns (1985), as aulas e as orações eram ministradas em português e em seguida em língua alemã. Porém, com a campanha de nacionalização do ensino, em 1937, a referida língua foi proibida, com isso, as autoridades tentaram remover o professor Jacob Arns para o Vale do Itajaí, mas ele não aceitou e deixou o cargo. As aulas foram transferidas para a casa de um imigrante italiano, onde um professor brasileiro lecionava em português. Porém, as famílias alemãs e algumas famílias brasileiras não mandaram seus filhos para esta escola, possivelmente na tentativa de resistir à nacionalização do ensino, bem como em apoio ao professor Jacob Arns.

Com a implantação do Estado Novo, em 1937, o governo de Getúlio Vargas iniciou o processo de nacionalização do ensino brasileiro. O Estado passou a intervir no funcionamento das escolas étnicas, com o intuito de nacionalizar os estrangeiros, ou seja, torná-los brasileiros. Neste sentido, foram estabelecidas algumas medidas, como a proibição do uso do idioma estrangeiro. (KREUTZ, 2005).

Mas o processo de interdição da língua estrangeira, em solo catarinense, precede a este período. No início do século XX, o campo educacional em Santa Catarina estava passando por algumas transformações, pois o governador Vidal Ramos havia contratado o professor paulista Orestes Guimarães, que desde 1911 estava no Estado implantando mudanças no sistema educacional.

Porém, segundo Nascimento (2009), a situação dos imigrantes, especialmente os de origem alemã, só foi afetada após o Brasil romper relações diplomáticas e declarar guerra à Alemanha, em 1917, quando o

¹³ Jacob Arns estudou no Seminário em Blumenau. De volta a Forquilha, assumiu o cargo de professor na escola da comunidade. (ARNS, 1985)

vapor brasileiro *Paraná* foi torpedeado por submarinos alemães. A partir desta data, diversas medidas foram adotadas, em especial na área educacional, com o intuito de nacionalizar os imigrantes.

Nascimento (2009) afirma que as escolas comunitárias e municipais se tornaram foco das autoridades, pois havia a necessidade de intervir nas escolas étnicas. Com isso, muitos destes estabelecimentos foram fechados. Entretanto, o governo não possuía recursos para abrir novas escolas e contratar professores para lecionar, especialmente nas áreas rurais, isso acabou dificultando o processo de nacionalização das populações estrangeiras. Mas, mesmo com estas dificuldades, a escola de Forquilha foi fechada após intervenção do governo. Porém, a ausência de recursos estatais em diversas comunidades favorecia a abertura de escolas particulares, e foi o que aconteceu em Forquilha.

Diante do fechamento da escola, no dia 15 de julho de 1919, a comunidade decidiu abrir uma escola particular no prédio onde antes funcionava a escola estadual. À época, a escola contava com 35 crianças matriculadas e foi necessário contar com a ajuda financeira dos moradores da comunidade para mantê-la em funcionamento. Para isso, foi criada uma Associação Escolar que contava com a colaboração financeira de seus sócios. Para associar-se era necessário pagar uma taxa de sessenta mil réis e, posteriormente, uma taxa anual de cinco mil réis.

Todos os moradores da comunidade de Forquilha se associaram, inclusive os moradores que não possuíam filhos em idade escolar, e comprometeram-se a pagar as taxas, bem como a quantia de 2,50 mil réis por criança matriculada na escola. As crianças frequentavam as aulas dos sete aos 12 anos. (ARNS, 1985).

Tal comprometimento dos pais em manter seus filhos/as na escola demonstra a importância dada à educação, tanto pelos imigrantes quanto pelos brasileiros que residiam no referido núcleo. Na escola particular, todos os dias os alunos tinham aulas de Alemão, Português e Matemática. Duas vezes por semana, as crianças tinham aulas de Canto, Ginástica, Caligrafia, Ensino Prático, História e Geografia. Além das aulas de Ensino Religioso, nas quais o professor ensinava História Bíblica e Catecismo, pois estes conteúdos eram necessários para a realização de Primeira Comunhão. (SILVA, 1998).

Com o aumento do número de alunos, foi necessário contratar um segundo professor. Foi então que em 1921 o professor Adolfo Back¹⁴,

¹⁴ Adolfo Back era filho de imigrantes alemães, nasceu no dia 26/04/1895, em Teresópolis/São Martinho, SC. Durante os anos de 1917 a 1920 cursou Magistério no Colégio Santo Antônio, em Blumenau/SC, onde também

que havia estudado no Seminário, na cidade de Blumenau/SC, foi contratado. Mais tarde, em 1925, foi construído um novo prédio para escola, com duas salas de aula. (ARNS, 1985).

Em 1935, o prédio escolar estava pequeno para o número de alunos/as matriculados/as. Segundo Back (1995), a escola contava com 120 alunos matriculados, alguns cursando o sexto ano. Porém, a escola possuía apenas duas salas de aula e dois professores, e esta situação estava comprometendo o ensino. Diante disso, uma das salas foi dividida ao meio, permitindo que mais um professor lecionasse.

A época todo país enfrentava uma grande crise política e econômica em decorrência da quebra da bolsa de Nova Iorque, nos Estados Unidos, e da Revolução de 1930, ocorrida no Brasil. Estes problemas também afetaram a colônia de Forquilha, e com o intuito de ajudar no desenvolvimento social e econômico da colônia o Pe. Paul Linnartz pediu ajuda à Europa para a vinda de uma Congregação religiosa que assumisse a educação das crianças e jovens da colônia, haja vista que o Padre desejava contar com a ajuda do professor Adolfo Back para abrir a Sociedade União Colonial. (ARNS, 1985)

Em outubro de 1935, após solicitação do Pe. Paul Linnartz chegou a Forquilha um pequeno grupo de religiosas da Congregação das Irmãs Escolares de Nossa Senhora para trabalhar na escola da comunidade. Porém, a Congregação não restringiu seus trabalhos apenas a Forquilha e expandiu seus trabalhos a outras comunidades.

2.3 A ATUAÇÃO DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS ESCOLARES DE NOSSA SENHORA NO CAMPO EDUCACIONAL DO SUL DE SANTA CATARINA

As primeiras Congregações Religiosas Femininas chegam ao Brasil no final do Império com projetos assistenciais e educativos para atender a população. É importante perceber que foi destinada às Congregações Religiosas Femininas a atribuição educacional e assistencialista, ou seja, cabia às mulheres religiosas cuidar da saúde e

lecionou durante este período no próprio Colégio. De 1921 a 1935 lecionou em Forquilha, onde foi fundador e gerente da Sociedade União Comercial. Foi vereador em Criciúma de 1947 a 1958, ocupando a Presidência da Câmara em 1951. Casou em 12/05/921 com Adélia Arns. Faleceu no dia 15 de agosto de 1972. (BACK, 2014).

educação das pessoas. Neste sentido, fica evidente a divisão sexual do trabalho na Igreja, neste caso, na Igreja Católica. (PERROT, 2008)

Esta divisão sexual é histórica, pois esta instituição contribuiu para a manutenção e fortalecimento das desigualdades entre homens e mulheres, haja vista que toda cúpula da Igreja é formada somente por homens. Às mulheres couberam apenas os trabalhos assistenciais. Para Perrot (2008, p. 84):

O catolicismo é, em princípio, clerical e macho, à imagem da sociedade de seu tempo. Somente os homens podem ter acesso ao sacerdócio e ao latim. Eles detêm o poder, o saber e o sagrado. Entretanto, deixam escapatórias para as mulheres pecadoras: a prece, o convento, das virgens consagradas, a santidade.

Esta divisão é histórica e cultural, de acordo com Perrot (2008, p. 83-84), a relação entre as mulheres e a religião foi e tem sido “ambivalente e paradoxal”, a religião possibilitou e possibilita o acesso das mulheres ao poder, e ao mesmo tempo exerce poder sobre elas, pois:

Poder sobre as mulheres: as grandes religiões monoteístas fizeram da diferença dos sexos e da desigualdade de valor entre eles um de seus fundamentos. A hierarquia do masculino e do feminino lhes parece da ordem de uma Natureza criada por Deus. Isso é verdade para os grandes livros fundadores - a Bíblia, o Corão - e, mais ainda, para as interpretações que são trazidas a esse respeito, sujeitas a controvérsias e a revisões.

A diferença e desigualdade entre os sexos foram estimuladas pelas religiões, pois apenas os homens tinham acesso ao poder e ao saber, as mulheres não deveriam ser instruídas, apenas educadas para serem boas esposas, boas mães e donas de casa. Segundo Perrot (2008, p. 84), diante da submissão aos homens e da proibição do saber, os conventos se tornaram refúgio de muitas mulheres, pois estes locais eram lugares de confinamento, mas também de acesso ao saber. Por isso, a autora afirma que “as vozes das mulheres foram, de início, vozes místicas”.

Durante o período colonial no Brasil, muitas mulheres encontraram nos conventos a alternativa para deixar de ser submissas

aos pais e esposos, além disso, o trabalho realizado nos conventos permitia o acesso ao saber. Porém, esta era uma alternativa para poucas mulheres, pois era necessário possuir um dote para ingressar em um convento. (RIBEIRO, 2003).

No entanto, os conventos também eram reconhecidos como “prisões místicas”, pois muitos pais enviavam suas filhas para o convento, para não ter que dividir seus bens com os futuros genros. Além disso, os conventos abrigavam mulheres que não seguiam os padrões morais da sociedade da época. (RIBEIRO, 2003).

Michelle Perrot (2008, p. 85) afirma que “no século XIX, o desenvolvimento das congregações educativas, dos pensionatos, dos ateliês, e o florescimento das missões abrem para as religiosas horizontes consideráveis”. As Congregações Religiosas foram crescendo e expandindo para os locais onde havia necessidade de auxílio assistencialista, como saúde e educação.

A expansão das Congregações Religiosas pelo Brasil foi uma estratégia para tentar romper com o catolicismo luso-brasileiro, além disso, contribuiu para que as “Congregações Religiosas europeias se protegessem do progresso do laicismo e do liberalismo em andamento na Europa”. (RABELO, 2007, p. 162).

Segundo Otília Arns (2003), entre as Congregações que vieram para o sul de Santa Catarina estavam as Irmãs Escolares de Nossa Senhora. As religiosas desta Congregação chegaram à região sul de Santa Catarina na primeira metade do século XX, mais precisamente no ano de 1935, atendendo a um pedido do Pe. Paul Linnartz.

O padre Paul Linnartz, à época pároco de Forquilha, sentia a necessidade de uma Congregação religiosa para auxiliar na formação das crianças e dos jovens, então entrou em contato com as Irmãs Ursulinas de Fritzlar, na Alemanha. Estas de início aceitaram o convite, mas logo desistiram por considerarem a cidade um lugar pouco desenvolvido. Após a recusa das Irmãs Ursulinas, o padre Linnartz foi pessoalmente à Alemanha e fez o convite para as Irmãs Escolares de Nossa Senhora, que aceitaram o convite, assim que receberam a autorização do Bispo Dr. Berning. Em seguida enviaram para o Brasil um pequeno grupo de religiosas para instalar no país a primeira filial das IENS.

No dia 20 de setembro de 1935, o pequeno grupo composto por cinco Irmãs embarcou no Transatlântico Monte Sarmiento, no Porto de Hamburg-Sud, rumo ao Brasil. As Irmãs que vieram foram: Irmã Maria Adolphine, superiora; Irmã Maria Maximília Kaboth; Irmã Maria Innigo

Likierski; Irmã Thais Cyranka e Irmã Maria Emelina Mahlich. (ARNS, 2003).

No dia 15 de outubro de 1935 o pequeno grupo chegou a Florianópolis e logo foi ao encontro do Arcebispo Dom Joaquim Domingues de Oliveira¹⁵. O Arcebispo não recebeu bem as Irmãs e ordenou que elas voltassem para a Alemanha, pois estava esperando as Irmãs Ursulinas. Esse constrangimento foi causado porque na ansiedade de trazer as Irmãs para Forquilha o Padre Linnartz e o Bispo Dr. Berning não comunicaram ao Arcebispo de Florianópolis sobre a troca de Congregação. Mesmo assim, o Arcebispo autorizou que as Irmãs continuassem a viagem, mas pediu para que aguardassem uma segunda ordem. Este atrito entre os clérigos e as religiosas revela os tensionamentos internos e as disputas de poder existentes dentro da instituição, que mereceriam uma pesquisa, porém este não é o objetivo desta investigação.

No dia 21 de outubro de 1935, as IENS chegaram a Forquilha e foram recebidas com festa pelos moradores. No dia 18 de março de 1936 chegou a Forquilha uma carta do Bispo de Osnabruck comunicando que o Arcebispo de Florianópolis havia autorizado a permanência das Irmãs em Forquilha (ARNS, 2003). Em Forquilha, as religiosas enfrentaram muitas dificuldades, pois a estrutura física da comunidade era precária. Segundo Arns (2003), inicialmente as religiosas da Congregação moraram na casa do professor Adolfo Back durante cinco anos, até a nova casa e o colégio ficarem prontos.

A partir do dia 18 de novembro de 1935, as Irmãs Escolares iniciaram as atividades na escola, que contava com três salas de aula. A Irmã Maria Adolphine ficou responsável pelas aulas de alemão e literatura, pois era formada em Letras. As aulas de Educação Física ficaram a cargo da Irmã Maria Innigo, que dividia os alunos por idade e ensinava os exercícios físicos, além de reunir os jovens aos domingos

¹⁵ Nasceu em Vila Nova de Gaia, Portugal, no dia 04 de dezembro de 1878. Filho de Joaquim Domingues de Oliveira Belleza e Joaquina da Silva Mota. Veio para o Brasil ainda criança e morou em São Paulo, onde estudou em escolas públicas e cursou o ensino secundário no Liceu Coração de Jesus. Em 1898, iniciou seus estudos no Seminário Episcopal de São Paulo. Em 1901, foi ordenado sacerdote. Em 1914, foi nomeado Bispo da Diocese de Florianópolis, que em 1927 foi elevada a Arquidiocese, sendo este o seu primeiro Arcebispo. Faleceu em Florianópolis no dia 18 de maio de 1967. (ARQUIDIOCESE DE FLORIANÓPOLIS, 2014).

para jogar Volkerball¹⁶. A Irmã Maria Maximilia ensinava matemática, música, caligrafia e trabalhos manuais. Junto com as Irmãs também trabalhavam os professores Jacob Arns e Adolfo Back, este último professor de História do Brasil e Geografia. (ARNS, 2003).

De acordo com Arns (2003), o Pe. Paul Linnartz acreditava no potencial econômico da Colônia de Forquilha e para isso queria que o professor Adolfo Back deixasse o cargo de professor para assumir a função de caixa e contador em uma Cooperativa que seria fundada. Para assumir o referido cargo, o professor saiu da escola e as disciplinas que ele lecionava ficaram vagas, pois de acordo com a lei somente brasileiros poderiam dar aulas de História do Brasil e Geografia.

Cabe ressaltar que em Santa Catarina a nacionalização do ensino teve início em 1911 com a Reforma Orestes Guimarães. Porém, a partir de 1937 teve início o Estado Novo no Brasil, período marcado pelo autoritarismo e nacionalismo da Era Vargas. Neste sentido, a Campanha de Nacionalização do Ensino procurava atuar com mais ênfase nos núcleos coloniais de imigrantes, com o intuito de criar uma identidade nacional. Para isso, foi promulgado o Decreto-Lei nº 406, de 04 de maio de 1938, referente à entrada e permanência de estrangeiros em território nacional.

Em 1936, após a inauguração da Sociedade Colonial de Forquilha, Adolfo Back deixou o cargo de professor na escola e assumiu a gerência da cooperativa, pois possuía formação em contabilidade. Com a saída do professor, uma das Irmãs da Congregação assumiu as disciplinas de Religião, Matemática, Canto e Ginástica, porém, como ministrava as aulas em alemão, por vezes contava com a ajuda de Olivia Arns e Erna Arns, principalmente durante as visitas dos Inspectores. Mais tarde, as jovens Olivia e Erna se tornariam freiras da Congregação. (SILVA, 1998).

Ainda de acordo com Silva (1998), as outras disciplinas continuaram sendo ministradas em português, pelos professores Adolfo Back, que se ausentava um tempo da cooperativa para ministrar as aulas, e também pelo professor Jacob Arns, que continuou sendo diretor da escola.

¹⁶ Brincadeira infantil alemã, no Brasil mais conhecida como “queimada”. É um jogo infantil em que as crianças são divididas em dois times, distribuídos em um campo retangular demarcado por linhas retas. Apenas um dos membros de cada time ocupa a linha de fundo. O objetivo do jogo é acertar com uma bola os membros do time adversário. Vence o grupo que obtiver o maior número de prisioneiros dentro de um tempo pré-estabelecido. (QUEIMADA, 2014)

A obrigatoriedade de professores/as brasileiros/as para lecionar as disciplinas de História do Brasil e Geografia era parte do processo de nacionalização do ensino implantado por Getúlio Vargas. No bojo do processo de nacionalização do ensino estava a proibição do uso da língua estrangeira. Segundo Kreutz (2005, p. 163), no final da década de 1930 o governo iniciou a nacionalização compulsória das escolas étnicas por meio de legislação proibitiva:

Em nível federal, o governo publicou, em maio de 1938, o Decreto 406, ordenando que todo material didático usado nas escolas da imigração fosse em português, que todos os professores e diretores nestas escolas fossem brasileiros natos e proibia também o ensino de língua estrangeira a menores de 14 anos. Seguiram-se ainda os decretos de nacionalização n. 1545 de 15/08/39, o de n. 1.006 de 10/12/1939 e o 2.072 de 08/03/1940, impossibilitando o funcionamento das escolas étnicas.

À época o governo brasileiro proibiu que se falassem outras línguas além da portuguesa, pois a diversidade étnica representava um problema para a unificação do Estado nacional brasileiro. Segundo Arns (2003), o arcebispo de Florianópolis, Dom Joaquim Domingues de Oliveira, exigiu que o Pe. Paul Linnartz realizasse um “exame de vigário” em português. Porém, o padre não se sentia em condições de realizar o exame, dessa forma, no dia 29 de outubro de 1935 foi suspenso de suas atividades religiosas.

Esta suspensão acabou gerando um desgaste entre o padre e a Irmã Maria Adolphine, pois em 1936 o Frei Matheus Hoepers comunicou ao Pe. Paul Linnartz que a Irmã havia enviado uma carta ao Arcebispo, via Vigário Geral, Frei Evaristo Schirmann, lamentando a situação religiosa que a colônia de Forquilha estava enfrentando. A atitude da Irmã Maria Adolphine desagradou o padre, que acabou voltando definitivamente para a Alemanha em outubro de 1936.

Os conflitos entre os gêneros masculino e feminino dentro da Igreja não foram exclusividade da comunidade de Forquilha. Segundo Rabelo (2007), na cidade de Lauro Müller as religiosas da Congregação Feminina Instituto Coração de Jesus também se desentenderam com o Padre Hercílio, em virtude de divergências sobre as mudanças no processo de abertura e reforma litúrgica, definidos no Concílio do Vaticano II. Além disso, as religiosas afirmam que o padre

era muito envolvido com a política, e, por realizar sermões ao estilo do político Brizola¹⁷, o padre era chamado de “Brizola de Batina”.

Em novembro de 1936, chega a Forquilha o segundo grupo composto por cinco Irmãs Escolares, vindas da Alemanha. A Irmã Maria Theóphora Krzonkalla veio substituir a Ir. Maria Adolphine, que assumira o cargo no Hospital São José, em Criciúma. Além desta, vieram as Irmãs Maria Honesta Janeck, que durante muitos anos foi responsável pela cozinha do Colégio Sagrada Família; Maria Apolônia Langer, Maria Beredina Wloka e Maria Achillea Bogusch, que foram para o Hospital São José. No ano seguinte, a Irmã Maria Adolphine foi nomeada Vigária do “Vicariato Sul-Brasileiro” das Irmãs Escolares de Nossa Senhora. (ARNS, 2003).

A comunidade de Forquilha aumentava e com isso o trabalho das freiras também, por isso havia a necessidade da vinda de outras Irmãs para o Brasil. Segundo Arns (2003), no dia 29 de maio de 1937 chegou o terceiro grupo de Irmãs Escolares, composto por três Irmãs: Maria Hilda Skrzypczyk, Maria Norberta Ogniewski e Maria Diethilde Mosler. A Ir. Maria Norberta era pedagoga e veio substituir a Ir. Maria Theóphora. Ela trouxe novos conhecimentos da Alemanha e compartilhou com as jovens professoras Olívia Arns e Erna Arns.

Até o momento todas as Irmãs Escolares que trabalhavam no Brasil eram alemãs, diante disso, a Madre Maria Adolphine decidiu levar para a Alemanha duas candidatas ao noviciado. Então, no dia 14 de março de 1938, Elizabeth Back e Verônica Hoepers, junto com Madre Adolphine, foram para Florianópolis, de onde partiram para Hamburgo, na Alemanha, chegando ao destino no dia 12 de abril do mesmo ano. De Hamburgo viajaram até a Silésia, onde permaneceram as noviças.

A Madre Adolphine voltou ao Brasil em julho do mesmo ano. Porém, as noviças permaneceram por dez anos na Alemanha, em virtude da II Guerra Mundial¹⁸. Segundo Arns (2003), na volta ao Brasil, Madre

¹⁷ Leonel Brizola nasceu em 1922, na cidade de Carazinho/RS. Atuou na política brasileira por quase 60 anos. Foi governador do Rio Grande do Sul durante os anos de 1959 a 1963. Governou o estado do Rio de Janeiro em dois mandatos, de 1983 a 1987 e de 1991 a 1994. Faleceu em 2004. (LEONEL BRIZOLA, 2014).

¹⁸ Diante da situação de conflito na Europa e da posição adotada pelo Brasil, as noviças Elizabeth Back e Verônica Hoepers tiveram que permanecer na Alemanha, ambas voltaram ao Brasil somente em 1948, três anos após o fim da guerra.

Adolphine trouxe o quarto grupo, composto por sete Irmãs, a saber: Maria Thoma Maykowski, Maria Gonsala Riedel, Maria Genovefa Sindermann, Maria Raphaela John, Maria Frumentia Wiesner, Maria Dietberga Kubina e Maria Leokrítia Biada.

A Segunda Guerra Mundial teve início em 1939, após a Alemanha invadir a Polônia. Inicialmente, o Brasil manteve-se neutro no conflito, porém, após ter seus navios mercantes naufragados por submarinos alemães, o país decide se posicionar ao lado dos Aliados¹⁹. Diante da posição tomada pelo governo brasileiro, a vida dos imigrantes, especialmente os alemães, se tornou complicada. Temendo uma reação fascista por parte dos imigrantes, o governo passou a vigiar e tomou medidas contra os núcleos coloniais.

As ações do governo também foram sentidas em Forquilha, principalmente na escola local, pois a partir do dia 19 de julho de 1938 todas as aulas deveriam ser ministradas em língua portuguesa. No entanto, Ir. Norberta e Madre Maximilia continuaram lecionando em língua alemã na escola, porém contavam com duas auxiliares, Erna Arns e Olívia Arns, que eram moradoras de Forquilha e falavam a língua portuguesa, para o caso de haver inspeção na escola. Em 1939, as duas auxiliares já haviam realizado os primeiros exames para o Curso Complementar (ARNS, 2000).

Em maio do mesmo ano, a escola recebeu a visita do inspetor escolar que exigiu que a lei fosse cumprida. Desta forma, a língua portuguesa deveria ser a principal disciplina e as aulas em alemão foram proibidas, assim as professoras auxiliares Erna e Olívia deveriam assumir as aulas. No início de 1940, Erna e Olívia decidiram entrar para a vida religiosa.

Desde que haviam chegado a Forquilha, em 1935, o pequeno grupo de religiosas havia aumentado e o trabalho desenvolvido pela Congregação também. Diante da necessidade de possuir um espaço maior para atender a comunidade, as religiosas contaram com o apoio dos moradores de Forquilha para construir a sua sede própria.

Segundo Arns (2000), no dia 15 de novembro de 1939 houve o lançamento da pedra fundamental do primeiro convento das Irmãs

¹⁸Durante a Segunda Guerra Mundial os países se dividiram em dois grupos opostos, a saber: Eixo e Aliados. Os países Alemanha, Itália e Japão formavam o Eixo. O grupo dos Aliados era composto por: Estados Unidos, Reino Unido e União Soviética.

Escolares no Brasil. O evento contou com a presença da Vigária Madre Adolphine, das religiosas: Madre Maximilia, Ir. Norberta e Ir. Honesta, das professoras Erna e Olívia Arns, do mestre de obras Henrique Preis, além de outros convidados e amigos.

Segundo Arns (2003), a construção da casa terminou no dia 18 de agosto de 1940. Esta casa passou por duas ampliações e teve a luz elétrica instalada entre os anos de 1947 e 1948. No ano seguinte, as religiosas da congregação receberam o apoio do prefeito de Criciúma, Addo Faraco, da Sra. Celi Cunha e de outras pessoas para fundar o Curso Normal Regional. À época a Irmã Maria Norberta assumiu a direção e a normalista Hilda Arns era a professora. De acordo com Arns (2000), em meados de 1950 foi construído o prédio da escola e três anos depois iniciou uma nova obra para a construção do prédio do noviciado e de uma capela maior.

Finalizada a estrutura da escola, o atendimento educacional pode ser ampliado. Em 1964 foi fundado o Grupo Escolar Frei Baltazar, e dois anos depois foi implantado o Pré-Primário na escola. Em 1978 foi implantado o 2º grau e a escola foi transformada em Colégio Dom Daniel Hostin. Vinte anos mais tarde, no dia 01 de janeiro de 1998, a escola alterou a denominação e passou a se chamar Colégio Sagrada Família²⁰. (COLÉGIO SAGRADA FAMÍLIA, 2014).

Atualmente o Colégio Sagrada Família atende alunos/as na Educação Infantil, Berçário, Mini Maternal, Jardins I e II, Ensino Fundamental das Séries Iniciais e Finais e Ensino Médio. O Colégio também oferece outras atividades no contraturno, a saber: aulas de culinária, teclado, violão, dança, informática educacional, reforço escolar, oficina psicopedagógica e estudo dirigido. (COLÉGIO SAGRADA FAMÍLIA, 2014).

A foto abaixo mostra a fachada do Colégio Sagrada Família. É importante destacar a arquitetura deste prédio, muito grande e moderno para a época, e o local em que estava inserido. Esta é uma foto recente, porém este prédio foi concluído na década de 1950, época em que esta construção se destacava na paisagem da comunidade de Forquilha.

²⁰ Desde a sua fundação, passaram pelo Colégio as seguintes diretoras: Irmã Maria Norberta Ogniewski, Irmã Izélia Padoin, Irmã Izabel Eyng, Irmã Ana Maria Dal Toé, Irmã Adelinde Westrup, Irmã Veroni Teresinha Madeiros, Irmã Cecília Martinello, Irmã Rosenilde Rosa da Silva Acácio, Irmã Isolene Lofi, e atualmente a diretora é a Irmã Ana Maria Dal Toé. (COLÉGIO SAGRADA FAMÍLIA, 2014).

Também se pode destacar na imagem o jardim muito bem cuidado, demonstrando o zelo com a organização e limpeza da escola.

Figura 4: Fachada do Colégio Sagrada Família, Forquilha/SC.



Fonte: Colégio Sagrada Família, 2014.

Desse modo, tendo materializado no educandário em Forquilha uma proposta de educação que agregava forma disciplinar da pedagogia alemã com as exigências do Estado Novo no Brasil, as religiosas expandiram seus trabalhos para outras comunidades.

Além de trabalharem na escola de Forquilha, as religiosas fundaram outros institutos e foram trabalhar em outras cidades, onde as comunidades desejavam receber o auxílio delas, pois o trabalho desenvolvido pela Congregação se tornou referência. Segundo Topanotti e Urbano (2013), em 1970 foi fundado o Instituto Nossa Senhora de Fátima, na cidade de Terra de Areia, no Rio Grande do Sul. Nesta cidade, além de assumir a direção da Escola Cenesista Hilário Ribeiro, as religiosas também auxiliaram na coordenação da catequese, liturgia e grupos de jovens. Ainda em 1970 foi criado o Instituto Sant'Ana, em Sanga do Engenho, Distrito de Criciúma, Santa Catarina. Em Sanga do Engenho, elas assumiram a escola, a Pastoral da igreja, as celebrações dominicais e auxiliavam os doentes, pois à época não havia atendimento

de saúde na comunidade. Em 1971 a congregação fundou o Instituto Santa Isabel em São Bento Baixo, no Distrito de Nova Veneza, em Santa Catarina. As religiosas assumiram a direção e secretaria da escola pública, bem como auxiliavam a liturgia, a catequese e o grupo de jovens da paróquia local.

A comunidade de São Bento Baixo reivindicava a vinda das Irmãs para a escola havia muito tempo. Isso só aconteceu no início de 1968, quando chegaram as religiosas da Congregação das Irmãs da Divina Providência, porém, no final do ano de 1970, esta Congregação deixou a direção da escola. Em 1971, com a saída das religiosas da Congregação da Divina Providência, as religiosas da Congregação das Irmãs Escolares de Nossa Senhora (IENS), assumiram a direção do Grupo Escolar Professora Julieta Torres Gonçalves, onde permaneceram por 14 anos. (HISTÓRICO, 1984).

2.4 A CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS ESCOLARES DE NOSSA SENHORA ASSUMINDO A E.E.B. PROFESSORA JULIETA TORRES GONÇALVES

A Escola Estadual Básica Professora Julieta Torres Gonçalves está localizada no Distrito de São Bento Baixo, na cidade de Nova Veneza/SC²¹. Esta escola foi fundada em 1909, logo após a chegada dos primeiros imigrantes descendentes de alemães. Assim como grande parte das escolas étnicas localizadas em áreas rurais, foi criada e construída pelos próprios moradores do local, que organizaram este núcleo colonial em torno da igreja, escola e agricultura. Posteriormente, na década de 1970, chegaram à comunidade as religiosas da Congregação das Irmãs Escolares de Nossa Senhora para trabalhar na escola pública e ajudar na paróquia local. Porém, antes de compreender os motivos que levaram as IENS até a comunidade de São Bento Baixo, torna-se necessário saber como surgiu o núcleo de imigrantes e a organização do primeiro educandário.

De acordo com Bortolotto (1992), ao contrário da área central de Nova Veneza, que foi previamente planejada e colonizada por italianos, as terras de São Bento Baixo foram sendo ocupadas gradativamente por imigrantes, em sua maioria alemães vindos do vale do rio Braço do

²¹ Nova Veneza foi fundada por imigrantes italianos em 1891. A época Nova Veneza pertencia ao município de Araranguá e posteriormente passou a pertencer a Criciúma. A emancipação política de Nova Veneza aconteceu em 1958. (PREFEITURA DE NOVA VENEZA, 2015).

Norte. O dia 04 de maio de 1906 é considerado o dia de fundação de São Bento Baixo, haja vista que Antônio Michels, filho de alemães westfalianos, e sua família foram os primeiros moradores a fixar residência no local. A partir da vinda dos primeiros moradores, outros foram chegando e se instalando, pois aquelas terras eram muito férteis.

No entanto, aquelas terras eram habitadas pelos índios Xokleng, que tinham na floresta todos os recursos para sua sobrevivência. Dessa forma, imigrantes e indígenas entraram em conflito pela posse da terra. De acordo com Bif (2009), a empresa de colonização que vendia os terrenos aos imigrantes sabia da presença indígena nas terras de Nova Veneza, no entanto, omitiu essa informação, pois temia que o interesse dos imigrantes diminuísse ao saberem da presença dos indígenas.

Segundo Bortolotto (1992), a região era habitada por indígenas da tribo botocudos²², as terras eram muito férteis e cobertas por matas virgens, onde viviam muitos animais silvestres. O autor afirma que, apesar de não ser agressivos, a presença destes indígenas, chamados pelos imigrantes de “bugres”, causava medo e preocupação nos moradores. Diante disso, em agosto de 1911 vieram oito homens de Araranguá para “caçar” os indígenas que ainda restavam, e com isso os indígenas acabaram sendo mortos.

O embate entre duas culturas distintas em disputa pela terra resultou na expulsão e extermínio dos Xoklengs. De acordo com Bif (2009, p. 29-30), os indígenas não eram tratados como seres humanos, eram considerados “selvagens”. Portanto, “eram tratados sem nenhum respeito e consideração aos seus costumes. Os homens ‘civilizados’ consideravam sua cultura superior com relação à dos indígenas [...]”.

A vinda de imigrantes europeus para o Brasil foi incentivada pelo governo brasileiro. Kreutz (2005) afirma que oficialmente havia incentivo para a formação de núcleos étnicos homogêneos, onde cada família teria uma pequena propriedade, e próximo a elas os imigrantes organizavam uma estrutura comunitária, onde havia igreja, escola, comércio, clube e cemitério.

Em São Bento Baixo não foi diferente, após se estabelecerem nas novas terras, os imigrantes imediatamente se organizaram para a construção da estrutura comunitária. A primeira escola de São Bento

²² Os indígenas chamados de “botocudos” pertenciam ao grupo indígena Xokleng e viviam principalmente entre o litoral e o planalto. Após a chegada dos imigrantes, os indígenas foram se deslocando para o interior das florestas até quase serem dizimados por completo. Atualmente, cerca de 2000 indígenas deste grupo vivem na cidade de José Boiteux, no Vale do Itajaí, SC.

Baixo foi fundada por volta de 1909, e estava localizada na propriedade do Sr. Antônio Warmling, na rua de mesmo nome. A escola era mantida pelos moradores do local, que sentiram a necessidade de educar seus filhos e filhas. Nesta escola, o primeiro professor foi um alemão conhecido por “Velho Yanguê”, que não falava português e segundo Estevão Michels, seu ex-aluno, o professor era de religião Protestante. (HISTÓRICO, 1984). Bortolotto (1992) acredita que o “Velho Yanguê” seja a mesma pessoa mencionada no Jornal República, do dia 14 de junho de 1896, que fala de um professor alemão chamado Theodoro Yanguê, na região de Braço do Norte.

Os moradores do local construíram uma casa de madeira na propriedade do Sr. Gervásio Michels, próximo ao rio Guarapari. Esta casa foi o segundo local onde a escola funcionou. Todos os dias pela manhã havia aula e aos domingos servia de igreja (BORTOLOTTI, 1992).

É possível que os primeiros moradores de São Bento Baixo também fossem católicos, assim como os moradores de Forquilha, pois Otília Arns (1985) afirma que os imigrantes alemães que viviam no vale do Braço do Norte eram católicos vindos de Mosela e Westfália, na Alemanha.

À época não havia serraria no local, sendo assim os moradores Antônio Michels, José Michels, Gerônimo Michels, Alberto Antônio da Silva, Teodoro Waterkemper e Antônio Nuernberg se prontificaram a serrar a madeira e construir a escola. (HISTÓRICO, 1984). Na foto abaixo podemos observar um enquadramento frontal da imagem, destacando o conjunto, ou seja, a escola de madeira construída pelos moradores aparece ao fundo, e em frente à escola duas professoras com os/as alunos/as, que estão separados por gênero, meninas à esquerda e meninos do lado direito. Possivelmente esta foto foi feita em um dia especial ou alguma comemoração, pois todos aparecem bem vestidos e a maioria das crianças usa calçado, algo raro para a época.

Figura 5: Escola de São Bento Baixo - Nova Veneza/SC.



Fonte: Portal Veneza, 2013.

As atividades nesta escola iniciaram em janeiro de 1912. Nela o primeiro professor foi Antônio Michels, e posteriormente Paulo Haman. Ambos ministravam as aulas em alemão, pois poucas pessoas falavam a língua portuguesa. O professor Paulo Haman também ensinava música para as crianças (HISTÓRICO, 1984). Segundo Baldessar (2006), por volta de 1918 a escola já era mantida pelo município de Araranguá²³ e as aulas eram ministradas em português pela professora Guilhermina Schimitz Manique Barreto e depois pelo Sr. Fridolino Michels, que havia estudado em Blumenau/SC.

Durante aproximadamente nove anos esta foi uma escola étnica comunitária, mantida pelos próprios moradores do local. Porém, com a reforma educacional implantada pelo professor Orestes Guimarães, muitas escolas étnicas foram sendo fechadas e outras escolas públicas foram criadas, como mencionado anteriormente. Como assinala Kreutz (2005, p. 164), a abertura de escolas públicas foi vista de forma positiva por muitos imigrantes. Neste sentido o autor afirma:

²³ À época, Nova Veneza era uma vila pertencente a Araranguá. Em 1926 passou a pertencer ao município de Criciúma, e em 1958 foi emancipada politicamente.

[...] é fundamental assinalar que o processo escolar étnico não terminou exclusivamente em função das medidas compulsórias de nacionalização. Estas apressaram o processo, mas neste período já havia bastante pressão por parte de muitos pais de alunos para poderem enviar seus filhos para a escola pública, com o objetivo de aprender melhor o português e se inserir melhor na dinâmica nacional. Também o avanço nos meios de comunicação e de transporte foi quebrando o isolamento anterior dos núcleos rurais, abrindo caminho para transformações bastante profundas.

Em 1927 foi construída uma nova escola de madeira no terreno da atual escola e em 1932 os próprios moradores fabricaram os tijolos e substituíram a escola de madeira por uma construção de alvenaria (BALDESSAR, 2006). De 1927 a 1932 passaram respectivamente pela escola os seguintes professores: Frederico Kuerten, Vanilda Maier e Nilo Michels. A professora Vanilda Maier permaneceu por pouco tempo na escola, possivelmente por ser de religião diferente daquela praticada pelos moradores do local. (HISTÓRICO, 1984).

Em 25 de setembro de 1933, por meio da Portaria assinada pelo Dr. Plácido Olímpio de Oliveira, interino no cargo de Interventor Federal do Estado de Santa Catarina, o Sr. Paulo Preis²⁴ assumiu como professor provisório e ficou na instituição até 30 de abril de 1937. Inicialmente, ainda solteiro, morou com seu irmão Lino na mesma casa onde outros professores moraram. Anos mais tarde, casou-se com Hermínia Bortolotto. (HISTÓRICO, 1984).

A Igreja Católica esteve presente desde o início da colonização do núcleo em São Bento Baixo. É possível perceber a importância e a influência da religião na vida dos moradores nos elogios referentes ao professor. “Paulo Preis, com ótima formação, por ter sido seminarista, esteve à altura de exercer o magistério”. (HISTÓRICO, 1984, p. 06).

A importância da aliança entre escola e Igreja fica evidente na descrição da passagem do jubileu de ouro do professor Paulo Preis, quando no dia 25 de setembro de 1983 aconteceu uma missa em São

²⁴ Paulo Preis nasceu em Imaruí/SC, no dia 05 de abril de 1914. Foi professor primário, Diretor de Grupo Escolar, Inspetor Escolar da Rede Estadual de Ensino, Deputado da Assembleia Legislativa do Estado e Deputado Estadual e Prefeito de Criciúma entre os anos de 1951 e 1955. (PIAZZA, 1985, p. 463)

Bento Baixo em sua homenagem. De acordo com o Histórico (1984, p. 06), o professor foi:

[...] um homem de fé inabalável que além de ser professor também foi catequista, e grande líder na comunidade. Levava a seus alunos a mensagem de fé e amor. Não podemos esquecer a santa e nobre figura do Pároco Cônego Miguel Giacca, que antes de 1930 era vigário de toda região, inclusive de Forquilha. Foi com o apoio daquele saudoso e abnegado sacerdote que, lado a lado, alcançou seu objetivo na escola e na igreja.

Entre 1949 e 1951 a escola deixou de ser Escola Mista Estadual Desdobrada de São Bento Baixo e passou a ser E.E.R.R. Alaíde Tabalipa²⁵, porém em 1956 o número de alunos matriculados era inferior ao número de vagas disponíveis, então a escola foi transferida juntamente com os professores para Esplanada, um balneário pertencente ao município de Içara/SC.

Em virtude da transferência da escola, os poucos alunos/as que residiam na comunidade ficaram sem atendimento escolar. Nesse mesmo ano o professor Valério Zanelatto assumiu a direção e a escola voltou a funcionar como Isolada, atendendo em dois turnos, e possuía entre três e quatro professores. Em 1961 a escola sofreu nova alteração e pelo Decreto S.E 27/12/1961-879 foi denominada E.E.R.R. Rui Barbosa. (HISTÓRICO, 1984).

As diversas denominações da escola dizem respeito à estrutura educacional de cada época. As escolas isoladas eram aquelas com apenas uma turma com um professor ou professora, lecionando de forma multisseriada. As escolas mistas atendiam estudantes do sexo masculino e feminino. As escolas reunidas são aquelas em que havia mais de uma turma, com um professor ou professora para cada classe.

Em 1962, em virtude do aumento do número de alunos, o antigo prédio da escola foi demolido e foram construídas duas salas de aula, um gabinete para a direção, banheiros e uma área coberta. Durante a construção da nova escola, as aulas eram realizadas em dois locais distintos. Alguns estudantes tinham aulas em uma sala nos fundos da

²⁵ Esta escola funciona até os dias de hoje no Balneário Esplanada, em Içara/SC. Porém, atualmente a escola denomina-se Escola de Ensino Fundamental Alaíde Tabalipa. (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, 2015).

casa do Sr. Tellier Warmling, enquanto outros tinham aulas em uma sala ao lado da propriedade do Sr. Cenésio Vitali, no antigo salão de festas da igreja. (HISTÓRICO, 1984).

Segundo Baldessar (2006), em 1967, através do Decreto C. 5610 de 06/07/1967, a E.E.R.R. Rui Barbosa foi transformada em Grupo Escolar Rui Barbosa. Segundo o Histórico da instituição, foram diretores Valério Zanellato e depois Vitória Michels. Em 1969, o professor Valério Zanellato reassume a direção, pois Vitória Michels se afasta para realizar os exames de suficiência no âmbito da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES)²⁶, em Florianópolis.

Em Santa Catarina, os Grupos Escolares foram criados durante o governo de Vidal Ramos (1909-1911) e constituíam-se em construções amplas, bem iluminadas e arejadas, local ideal para o novo modelo de ensino proposto pela Reforma de 1911, que instituiu o ensino simultâneo, em turmas homogêneas e uso do método intuitivo, ou lição de coisas (SILVA e TEIVE, 2009). O método intuitivo, popularmente conhecido como *lições de coisas*, era o que havia de mais moderno no ensino. Este método consistia em “- lições pelas coisas, pelos olhos, pelos ouvidos, pelo tato, pelo cheiro e pelo gosto -, este método se constituía no carro-chefe do modelo de escolarização em massa que vinha sendo implementado nos Estados Unidos e nos principais países da Europa”. (SILVA e TEIVE, 2009, p. 44).

De acordo com Silva e Teive (2009), inspirado nos pressupostos da Pedagogia Moderna, os grupos escolares tinham a função de “integrar, nacionalizar, higienizar e racionalizar o homem e a polis”. Para isso, deveriam alfabetizar, ensinar conhecimentos básicos e preceitos morais e cívicos. Os grupos escolares tiveram grande representação na educação catarinense. A este respeito, Silva e Teive (2009, p. 32) sublinham:

[...] os GEs representaram até o início da década de 1970 - quando, por força da Lei 5.692/71, foram substituídos pela escola de 1º grau - o ideal de escola: ensino graduado e racionalizado, classes divididas por idade, sexo e grau de

²⁶ Com o objetivo de elevar o nível do ensino secundário, o Presidente Getúlio Vargas instituiu por meio do Decreto nº 34.638, de 17 de novembro de 1953, a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES). (PINTO, 2011).

adiantamento das crianças, prédios, instalações e mobiliários construídos segundo os modernos preceitos higienistas, predomínio de disciplinas de caráter enciclopédico, aulas de ginástica, música e trabalhos manuais, método de ensino e materiais didático-pedagógicos para o ensino intuitivo, e a prática das lições e coisas, ícones chave da pedagogia moderna.

Por meio do Decreto N. SE. 02/03/1968 foi criado o Ginásio Normal Professora Gerda Becke Machado, funcionando em anexo ao Grupo Escolar Rui Barbosa com a direção da Irmã Stella Elmundina Tironi, pertencente à Congregação das Irmãs da Divina Providência.²⁷ Neste mesmo ano, o prédio da escola passou por uma ampliação e o Ginásio Normal, que possuía duas séries, funcionou na Cooperativa Agropecuária e na cozinha do Salão Paroquial. Após a saída da Irmã Stella, em 1968, quem assume a direção do Ginásio Normal é a Irmã Inês Kauling, também pertencente à mesma congregação, permanecendo na função até 1970. Ainda em 1968, o prédio da escola foi ampliado, e em virtude disso o Ginásio Normal, que possuía duas séries, funcionou na Cooperativa Agropecuária e na cozinha do salão paroquial até que a obra fosse concluída. (HISTÓRICO, 1984).

Em 1971, com a saída das Irmãs da Divina Providência, vieram para a escola as Irmãs Escolares de Nossa Senhora, e através do Decreto S.E 17/12/1971 - 10.454 o Grupo Escolar Rui Barbosa e o Ginásio Normal Gerda Becke Machado foram convertidos em Escola Básica Julieta Torres Gonçalves²⁸, sob a direção da Irmã Augustina Tondin. Em

²⁷ A Congregação das Irmãs da Divina Providência foi fundada pelo Padre Eduardo Michellis, no dia 03 de novembro de 1842, em Munster, na Alemanha, com o objetivo de oferecer aos órfãos um lar e educação. O Padre encontrou algumas jovens que se dispuseram voluntariamente ao serviço dos mais necessitados. Em março de 1895, vieram para o Brasil as primeiras Irmãs da Congregação e se estabeleceram na cidade de Tubarão, Santa Catarina, expandindo-se para outras regiões do Brasil. (CONGREGAÇÃO DIVINA PROVIDÊNCIA, 2011).

²⁸ A escola recebeu este nome em homenagem à professora Julieta Torres Gonçalves, que nasceu no dia 14/09/1891, na cidade de São José /SC, seus pais eram Estevam Gonçalves e Joana Torres Gonçalves. Julieta estudou na Escola Normal Catarinense, onde se formou professora normalista. Iniciou sua carreira docente na Escola Feminina de Vila Brusque, na cidade de Brusque/SC, no ano de 1910. Também foi diretora do Grupo Escolar Dias Velho, em Florianópolis, no qual também se encarregou de receber e conservar as peças pertencentes ao

1974 assume a direção a Irmã Maria Conceição Della Giustina e posteriormente, em 1977, assume a Irmã Noemi Margarida Rech, esta permanece na direção da instituição até o fim de 1985, quando a congregação deixa a escola. Durante o período em que a congregação esteve à frente da coordenação da escola trabalharam como secretárias as Irmãs Leonira Vergínia Perotto e Elvira Fritzen. Em 1979, o professor Valério Zanelatto compôs o hino da escola, a pedido da diretora Irmã Noemi Margarida Rech. (HISTÓRICO, 1984).

Abaixo aparecem quatro religiosas no jardim da casa em que as Irmãs residiam, em São Bento Baixo. De acordo com Elvira Fritzen²⁹: da esquerda para a direita, Ir. Elvira Fritzen, secretária da escola; Ir. Zita Pavei, cozinheira da comunidade das IENS; Ir. Vicenta Gatelli, responsável pelo cuidado com o jardim e a horta da casa, e Ir. Noemi Margarida Rech, diretora da escola. Ainda segundo Elvira Fritzen, a Congregação enviava as religiosas para trabalhar nos locais onde havia solicitação, geralmente o pedido era feito pelos próprios moradores ou autoridades locais à Madre Superiora da Congregação.

Museu de Arte Moderna de Florianópolis (MAMF), criado por meio do Decreto 433, de 18 de março de 1949, e instalado provisoriamente naquele estabelecimento de ensino. A partir de 1970, o museu foi transformado em Museu de Arte de Santa Catarina (MASC). Sempre muito elogiada pelo seu desempenho e dedicação à docência, a professora se aposentou em 1953. (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, 2001).

²⁹ Elvira Fritzen foi uma das freiras da Congregação das Irmãs Escolares de Nossa Senhora, trabalhou como secretária da E.E.B. Professora Julieta Torres Gonçalves durante 16 anos. Posteriormente, trabalhou no Hospital São José, onde adoeceu e decidiu deixar a Congregação para cuidar da sua saúde. Durante 35 anos, Elvira Fritzen fez parte da congregação.

Figura 6: Ir. Elvira Fritzen, Ir. Zita Pavei, Ir. Vicenta Gatelli e Ir. Noemi Margarida Rech (Década de 1980).



Fonte: Acervo E.E.B. Julieta Torres Gonçalves. Cópia digitalizada CEMESSC.

Segundo Baldessar (2006), em julho de 1981 a escola passou por uma reforma e também foi construída uma praça de esportes. A fotografia abaixo mostra a amplitude do prédio escolar. O ângulo escolhido pelo fotógrafo demonstra a intenção em mostrar tanto a frente quanto a lateral da escola. Na parede pintada em tinta azul, constam a denominação e escudo da escola, à época denominada Colégio Estadual Professora Julieta Torres Gonçalves.

Figura 7: Fachada da escola (Década de 1980).



Fonte: Acervo E.E.B. Julieta Torres Gonçalves. Cópia digitalizada CEMESSC.

Em 1986, após a saída das IENS, assumiram a direção da escola os professores Valério Zanelatto e Arcângelo Nuernberg. Neste ano, por meio da Portaria E 226/86 e do Decreto nº 21.402, de 17/02/1984, foi autorizado o funcionamento do 2º grau, neste sentido, a Escola Básica foi transformada em Colégio Estadual Julieta Torres Gonçalves. Em 1989, a Secretaria de Educação, através da Portaria E 259/89 e do Decreto nº 21.402, de 17/02/1984, reconhece o Curso Técnico em Agropecuária, que funcionou de 1986 a 1996, formando oito turmas. Através da Portaria E 078/96, Decreto nº 014, de 23/02/1995, a Secretaria Estadual de Educação autoriza o funcionamento do curso de Ensino Médio, tendo sido reconhecido em 2002, quando a escola já se chamava Escola de Educação Básica Julieta Torres Gonçalves. (HISTÓRICO, 1984).

Este capítulo buscou mostrar a relação entre a constituição da Congregação das Irmãs Escolares de Nossa Senhora e os municípios do extremo sul catarinense, Forquilha e Nova Veneza, onde expandiram seus trabalhos educacionais a partir de 1935.

Com o intuito de compreender como se deu a articulação entre civismo e Igreja Católica nas práticas educativas realizadas pelo Centro Cívico Escolar e pelas Horas Cívicas na E.E.B. Profª Julieta Torres

Gonçalves, durante os anos de 1971 a 1985, período em que esta escola pública foi dirigida pela Congregação das IENS, é que apresento, a seguir, um panorama geral da articulação entre educação, civismo e religião no Brasil, haja vista que a discussão acerca do entrecruzamento destes três aspectos não foi exclusividade do regime militar de 1964. Posteriormente, analiso o *Guia de Civismo* com o intuito de perceber como se deu a articulação entre civismo e Igreja Católica no ambiente escolar. Cabe salientar que o referido guia foi publicado pelo MEC em 1969 e tinha como objetivo nortear o ensino do civismo e as práticas cívicas escolares.

Este guia deveria ser utilizado pelos/as professores/as da disciplina de EMC, que havia sido instituída, por meio do Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, como disciplina e prática educativa obrigatória em todas as escolas de todos os níveis do país. Esta disciplina foi regulamentada por meio do Decreto nº 68.065, de 14 de janeiro de 1971.

3 A ARTICULAÇÃO ENTRE CIVISMO E IGREJA CATÓLICA DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR: ANALISANDO O GUIA DE CIVISMO

Antes de entrar na análise do *Guia de Civismo*, publicado pelo MEC em 1969, apresento um breve contexto político e educacional do Brasil anterior ao golpe de Estado de 1964 e no decorrer da ditadura civil-militar. Em seguida, apresento as transformações ocorridas na educação brasileira após as Reformas Educacionais de 1968 e 1971, principalmente após a Reforma de 1º e 2º graus, instituída em 1971. Além disso, recorro à legislação educacional referente à inclusão das práticas morais e cívicas no currículo das escolas brasileiras.

Por último, faço a análise do *Guia de Civismo*, destinado aos professores e professoras do Ensino Médio. Este é um documento de grande relevância, pois mostra qual era o modelo de cidadão que se pretendia para o Brasil. No entanto, como o objetivo desta pesquisa é perceber a articulação entre civismo e Igreja Católica dentro do ambiente escolar, farei análise apenas dos pontos onde estes conceitos aparecem com maior ênfase.

3.1 ANTECEDENTES DO GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 NO BRASIL

A década de 1960 no Brasil foi marcada por uma profunda crise política e econômica. À época o presidente do Brasil era Jânio Quadros, que assumiu o governo no dia 31 de janeiro de 1961, num momento em que a inflação e a dívida externa brasileira atingiam altos índices. O presidente Jânio Quadros adotou uma política externa independente, reatando relações diplomáticas com a União Soviética e a China comunista, opondo-se aos Estados Unidos contra a invasão de Cuba.

Essa política externa descontentou os Estados Unidos, parte dos chefes militares brasileiros e líderes da União Democrática Nacional (UDN), partido que o havia apoiado durante as eleições para presidente. Diante das pressões que vinha sofrendo, no dia 25 de agosto de 1961 Jânio Quadros renunciou à Presidência da República, deixando o cargo para o vice-presidente João Goulart, o Jango, que estava na China em viagem oficial. A renúncia de Jânio Quadros foi uma tentativa de golpe. A este respeito Toledo (2004, p. 18) afirma:

Goulart foi empossado em setembro de 1961, após a fracassada tentativa golpista de Jânio Quadros.

Com sua inesperada renúncia, JQ visava, contudo, o fechamento do Congresso que lhe fazia oposição. Não tendo o povo saído às ruas para exigir dos militares a volta do renunciante, o golpe se frustrou. A emenda parlamentarista, imposta ao Congresso nacional pela junta militar, pode ser interpretada como um “*golpe branco*”. O Congresso, acuado e ameaçado pela espada, reformou a Constituição sob um clima pré-insurrecional, contrariando, assim, dispositivos constitucionais da Carta de 46.

Com essa reforma constitucional, João Goulart assumiu a presidência sob um regime parlamentarista, no qual assumiria a presidência, mas teria seus poderes controlados por parlamentares. No entanto, em 1963, com o apoio de diversos setores empresariais, de alguns setores políticos nacionalistas e conservadores, o presidencialismo foi retomado e o presidente João Goulart passou a governar efetivamente. (TOLEDO, 2004).

Porém, João Goulart era visto com certo receio pelas elites políticas e econômicas, haja vista que, mesmo sendo um latifundiário, defendia a classe trabalhadora, sindicatos e sindicalistas. Além disso, desejava criar reformas em benefício de algumas camadas da população e propôs projetos que mudariam diversos setores da sociedade. Estes projetos foram as chamadas Reformas de Base. De acordo com Chiavenato (1994), as Reformas de Base abarcariam diversas áreas, a saber: administrativa, eleitoral, urbana, tributária, bancária, universitária, cambial e agrária. Para o autor, a proposição das Reformas de Base dividiu as opiniões da sociedade do seguinte modo:

De um lado estava o governo, apoiado pelos nacionalistas e pelas esquerdas, esperançoso na força do povo e confiante na capacidade de manipulação dos sindicatos. Do outro, juntaram-se as elites econômicas e a direita política, patrocinadas pelo capital estrangeiro. No meio, mas pendendo rapidamente para a direita, encontrava-se a classe média: os seus setores mais politizados alinhavam-se com a política reformista; os mais conservadores, temendo a comunicação do país, aceitavam a retórica da Igreja e a propaganda direitista. Os militares

seriam o fiel da balança. (CHIAVENATO, 1994, p. 15)

Esta divisão da sociedade evidencia o clima de tensão que o país estava vivenciando. O temor das elites políticas e econômicas, bem como parte da classe média, se dava em virtude da iminência da perda de poder, político e econômico, caso as Reformas de Base fossem concretizadas. Além disso, o apoio dos Estados Unidos³⁰ ao país demonstra a preocupação com uma possível ascensão do comunismo. Essa articulação da direita com o capital estrangeiro dá indícios de que o golpe de 1964 já estava sendo organizado. A crise política que levou ao golpe de 64 se agravou a partir do comício na Central, onde o presidente João Goulart anunciou o plano para as Reformas de Base. Os jornais intensificaram os boatos de que o presidente, “com o apoio do PCB³¹, do CGT³² e das forças políticas nacionalistas — preparava um golpe de Estado”. (TOLEDO, 2004, p. 23).

No entanto, as Reformas de Base beneficiariam outras camadas da população que apoiavam o presidente. Segundo Germano (2005), as mobilizações populares em favor das reformas de base se intensificaram e o conflito entre capital e trabalho acentuou-se, agravando a crise de direção política do Estado. As mobilizações populares repercutiam nos setores de educação, cultura e também no campo religioso, afetando não só a política interna, mas também externa. Nesse contexto de mobilizações internas a Igreja também se fez presente, e nesse sentido Germano (2005, p. 50) acrescenta:

Greves, mobilizações, assembléias, crescimento das organizações sindicais, surgimento das Ligas Camponesas e dos Sindicatos Rurais faziam parte do contexto político da época. Até mesmo a Igreja Católica preocupava-se com a situação social e política e, temendo perder o controle do seu “rebanho”, organizou sindicatos rurais, concorrendo com o PCB (Partido Comunista

³⁰ Existem estudos acerca das relações internacionais entre Brasil e Estados Unidos no período da ditadura civil-militar, a exemplo: FICO, Carlos. **O Grande Irmão: da operação Brother Sam aos Anos de Chumbo. O governo dos Estados Unidos e a Ditadura Militar Brasileira.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

³¹ Sigla do Partido Comunista Brasileiro.

³² Sigla do Comando Geral dos Trabalhadores.

Brasileiro) e com as Ligas Camponesas. A Igreja chegou a criar um sistema de radiodifusão educativa com o MEB (Movimento de Educação de Base) e envolveu-se em campanhas eleitorais em favor de candidatos cristãos.

Diante das mobilizações populares, parte dos empresários e dos militares, apoiados pela ala conservadora da Igreja e das camadas médias, acusava o presidente de ser cúmplice do comunismo internacional. No dia 19 de março de 1964, autoridades civis e religiosas realizaram em São Paulo a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, uma passeata contra as reformas de base propostas pelo governo.

De acordo com Chauí (2004), o movimento para derrubar João Goulart da presidência do Brasil foi preparado nas ruas com o movimento “Tradição, família e propriedade” com o intuito de responsabilizar as esquerdas pela desagregação da nação, cujos valores deveriam ser defendidos “a ferro e fogo”.

Figura 8: Multidão se reúne em frente à Catedral da Sé, na região central de São Paulo, durante a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em 19 de março de 1964.



Fonte: Marcha da Família com Deus Pela Liberdade, 2014.

Segundo Germano (2005), o golpe foi saudado por parte das camadas médias urbanas, lideradas por setores da Igreja Católica,

responsável pela realização da referida Marcha, precedendo a deposição de João Goulart. Com a justificativa de que estavam salvando o país do comunismo e para preservar a democracia, os militares, com o apoio de parte da Igreja e parte da classe média, derrubaram o presidente João Goulart por meio de um golpe de Estado no dia 31 de março de 1964. Assim, no dia seguinte, o general Castelo Branco assumiu o poder, iniciando a ditadura civil-militar no Brasil.

Porém, a justificativa de salvar a democracia não é o que se vê no decorrer dos acontecimentos. Sobre isso Germano (2005, p. 53-54) ainda afirma:

Assim, não obstante o golpe ter sido desferido em nome da democracia, o que de fato ocorre é uma implantação gradual de uma ditadura militar, cujo suporte doutrinário é a Ideologia da Segurança Nacional, cunhada na Escola Superior de Guerra. Tal ideologia é fortemente influenciada pelos valores e interesses dos EUA, expressos em conformidade com os pressupostos da Guerra Fria, qual seja, o da existência de um intransponível antagonismo Leste-Oeste, entre as “democracias ocidentais-cristãs” e o “comunismo”. Além disso, é evidente que os militares foram influenciados pelo pensamento autoritário brasileiro.

Segundo Correia (2007), a filosofia da doutrina de Segurança Nacional surgiu nas dependências da Escola Superior de Guerra (ESG)³³, do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e tratava-se de estabelecer uma guerra interna, pois a ameaça não vinha de fora, mas de setores como sindicatos de esquerda, estudantes, intelectuais, professores e organizações representativas locais e nacionais.

Durante os 21 anos de ditadura o país foi governado por cinco militares e uma Junta Militar, a saber: Gen. Castelo Branco (1964 a

³³ A ESG foi criada pelo presidente Eurico Gaspar Dutra, por meio da Lei nº 785/49, de 20 de agosto de 1949, para ser um instituto de altos estudos, subordinado ao Chefe do Estado Maior das Forças Armadas. A ESG tinha o intuito de desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e para o planejamento da segurança nacional. Integram a ESG membros da sociedade civil e militar. (BRASIL, 2014)

1967), Gen. Arthur da Costa e Silva (1967 a 1969), Gen. Emilio Garrastazu Médici (1969 a 1974), Gen. Ernesto Geisel (1974 a 1979) e Gen. João Baptista Figueiredo (1979 a 1985). Nesse período a população brasileira conviveu com o autoritarismo, censura e repressão do Estado, causando diversas mudanças em vários setores da sociedade brasileira.

3.2 CIVISMO E IGREJA CATÓLICA: TEMAS ENTRELACADOS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Durante os anos em que o país esteve sob o comando dos governos militares, a escola foi utilizada como meio de ensinar e inculcar valores morais, religiosos e cívicos nos/nas alunos/as. A educação cívica foi uma das formas encontradas para constituição de um novo modelo de nação que se pretendia construir, pois estava centrada na formação de cidadãos patriotas e religiosos, que valorizassem a família, a moral e trabalhassem para o crescimento da nação.

No entanto, este tipo de educação não foi preocupação exclusiva dos governos militares. A educação baseada em preceitos morais e cívicos vinha sendo discutida e implementada no país há muito tempo. Segundo Filgueiras (2006), a participação do Estado nas discussões sobre educação, visando a uma educação moral e cívica dos cidadãos, estava presente nos discursos oficiais desde o início da República. À época, a educação cívica era laica, opondo-se à educação vinculada à religião que vigorava durante a monarquia no Brasil.

Cabe ressaltar que, apesar do discurso republicano enfatizar a emergência da educação laica, baseada nos pressupostos da ciência, esta separação entre Estado e Igreja nunca ocorreu efetivamente. A República brasileira foi proclamada no fim do século XIX e entre os intelectuais, políticos e membros da elite havia preocupação quanto ao desenvolvimento do país, considerado atrasado em comparação a outros países da Europa, bem como dos Estados Unidos.

Os intelectuais republicanos atribuíam grande parte do atraso do país à educação brasileira, pouco desenvolvida durante o Império. Diante disso, a educação passou a representar uma das soluções para grande parte dos problemas brasileiros. Sobre o assunto, Souza (1998, p. 26-27) aponta:

A crença no poder redentor da educação pressupunha a confiança na instrução como

elemento (con) formador dos indivíduos. Potência criadora do homem moral, a educação foi atrelada à cidadania e, dessa forma, foi instruída a sua imprescindibilidade para a formação do cidadão. Articulada com a valorização da ciência e com os rudimentos de uma cultura letrada, ela se apresenta como interpretação conciliadora capaz de explicar os motivos do atraso da sociedade brasileira e apontar a solução para o mesmo. Nas últimas décadas do século XIX, intelectuais, políticos, homens de letras e grandes proprietários rurais enfrentaram e debateram intensamente os problemas do crescimento econômico do país, a transição para o trabalho livre, a construção de uma identidade nacional, a modernização da sociedade e o progresso da nação.

Atribuía-se à escola a instrução e a formação moral do cidadão, além disso, o atraso da sociedade brasileira era vinculado à escola precária e arcaica existente no Império. Era necessário então romper com o velho e inaugurar um novo modelo de educação em consonância com os novos tempos, privilegiando a ciência e opondo-se à religião. Em conformidade com Souza (1998), nessa época a educação popular foi vista como necessidade social e política, por isso foi desenvolvido um grande projeto civilizador baseado em princípios científicos, de valorização da educação moral e cívica e na preparação para o trabalho. Além disso, este projeto visava homogeneizar e civilizar a população.

Tomando o modelo paulista como referência, algumas disciplinas foram introduzidas no currículo das escolas. Segundo Souza (1998), a partir de 1892 as Escolas Preliminares paulistas adotaram algumas disciplinas que já faziam parte do currículo das escolas europeias e dos Estados Unidos. Dentre as disciplinas estavam incluídas: moral prática, educação cívica e leitura sobre a vida dos grandes homens da história. Souza (1998, p. 173) ressalta que a escola laica “substituiu a moral religiosa pelo civismo republicano que se torna a moral prática sobre a qual se fundamentaria a formação do cidadão”. As disciplinas de educação cívica e moral eram consideradas as bases da formação do cidadão republicano. Estas disciplinas ensinavam noções sobre os direitos e deveres dos cidadãos, deveres para com a pátria, organização política do Estado, símbolos nacionais, regras de civilidade e bons costumes (SOUZA, 1998).

É importante perceber o modelo de educação que estava sendo

disseminada no país, uma educação pautada em conteúdos que privilegiavam o conhecimento científico em detrimento da religião, e em conteúdos de ordem moral e cívica. Estes conteúdos e práticas visavam à formação de um novo modelo de cidadão para um país que estava em desenvolvimento. Segundo Vieira (2012, p. 327), a escolarização do civismo cumpria as seguintes finalidades: “formar cidadãos, a desenvolver sentimentos patrióticos, transmitir sistemas de valores ou a oferecer conhecimentos necessários para a livre prática da liberdade do cidadão na vida pública”.

No livro “Pátria, Civilização e Trabalho”, publicado em 1990, a autora Circe Bittencourt faz uma análise sobre o ensino de História nas escolas paulistas durante o período republicano. No capítulo intitulado *As “Tradições Nacionais” e o ritual das festas cívicas*, a autora afirma que a disciplina de História ultrapassou o espaço das salas de aula, pois a “memória histórica” veiculada pelo Estado se fez presente também nas atividades práticas das festas comemorativas. As escolas primárias e secundárias passaram a incluir em seus programas de ensino diversas atividades com o intuito de institucionalizar uma memória nacional. Neste sentido, Bittencourt (1990, p. 163-164) comenta:

As atividades programadas para a escola oficial compunham-se de comemorações relacionadas às “datas nacionais”, de rituais para hasteamento da bandeira nacional e hinos pátrios, além de uma série de outras festividades que foram englobadas sob o título de “cívicas”, compondo com as demais disciplinas do cotidiano escolar. Acompanhando o cuidado com que as autoridades educacionais organizaram e fiscalizaram tais práticas escolares e seguindo o conteúdo das denominadas “festas cívicas”, é possível verificar que o ensino de História do Brasil não era conteúdo exclusivo da ação dos professores em sala de aula. Além da “História da Pátria” ser tema preferencial de livros de leitura e das músicas escolares, havia outros recursos de comunicação, com rituais e símbolos construídos para a institucionalização de uma memória nacional.

A preocupação em cristalizar uma memória nacional reflete a mudança política que o país estava vivenciando, pois havia deixado de

ser Império para se tornar República. Desta forma, os intelectuais republicanos desejavam consolidar o novo regime político e criar uma identidade nacional em consonância com o novo modelo republicano. A comemoração de datas importantes e a homenagem a heróis e símbolos nacionais era uma forma de criar laços de identidade com a nação. Portanto, a escola era a instituição ideal para difundir e inculcar as “novas tradições” brasileiras. Porém, esta não era uma questão simples, pois de acordo com Bittencourt (1990, p. 167):

A tarefa da escola pública tornava-se mais complexa ao se ver obrigada a introduzir, para alunos provenientes de diferentes setores sociais, formas de socialização comuns a todos, e contraditoriamente inculcar um conteúdo alicerçado nos feitos das “elites”, únicos agentes dignos de figurar no rol dos construtores da nação. A missão da escola relativa ao ensino das tradições inventadas, preferencialmente a coesão nacional em torno de um passado único, construtor da nação, justificava a preocupação na organização das atividades cívicas criadas para reforçar essa memória. As tradições nacionais não poderiam, dentro deste contexto, ser tratadas apenas pelos livros didáticos acompanhados de preleções dos professores em sala de aula. As festas e comemorações, discursos e juramentos tornaram-se partes integrantes e inerentes da educação escolar.

Enfim, desde o início da República os programas de ensino das escolas passaram por transformações com o intuito de difundir e inculcar noções, valores e práticas cívicas com a finalidade de homogeneizar a população brasileira. Além disso, estas práticas contribuíam para reproduzir e reforçar a história de um único grupo da sociedade, ou seja, da elite brasileira.

Mais tarde, no início da década de 1960, as discussões acerca do civismo foram retomadas e tornaram-se mais contundentes. Segundo Onghero (2007), por meio do Decreto nº 50.505 de 26 de abril de 1961, o presidente Jânio Quadros instituiu de forma obrigatória a prática de atividades extracurriculares de natureza moral e cívica em todas as escolas do país. Ainda de acordo com o artigo 2 do mesmo Decreto, eram atividades obrigatórias a execução do Hino Nacional; Hino à

Bandeira; hasteamento da Bandeira; comemoração das datas cívicas; estudo de biografias dos personagens históricos; divulgação dos dados da realidade socioeconômica e progresso do país; princípio da Constituição Federal, dos direitos e garantias individuais.

Todas estas atividades deveriam ser realizadas pela escola, e tinham o intuito de estimular e fortalecer o patriotismo nos/nas alunos/as. Esta característica era considerada necessária para fortalecer a unidade nacional e contribuir para o progresso da nação. Para isso, as escolas se organizavam na realização de desfiles, apresentações e estudos dos vultos nacionais, estes eram considerados modelos a serem seguidos.

Mais tarde, após o golpe civil-militar de 64, a educação passou a ser uma das prioridades dos governos militares. Com isso, diversas leis e decretos foram criados e a educação passou por grandes reformas. A educação passou a adotar a tendência tecnicista, privilegiando a educação técnica e profissionalizante com o objetivo de suprir a demanda de mão de obra para o mercado de trabalho. Neste sentido, Marilena Chaui (2004, p. 41-42) afirma que desde o golpe de 64 a ditadura deu a si mesma algumas tarefas, a saber:

[...] a integração nacional (a consolidação da nação contra sua fragmentação e dispersão em interesses regionais), a segurança nacional (contra o inimigo interno e externo, isto é, a ação repressiva do Estado na luta de classes) e o desenvolvimento nacional (nos moldes das nações democráticas ocidentais cristãs, isto é, capitalistas). A difusão dessas idéias foi feita nas escolas com a disciplina de educação moral e cívica, na televisão com programas como “Amaral Neto, o repórter” e os da Televisão Educativa, e pelo rádio por meio da “Hora do Brasil” e do Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização), encarregado, de um lado, de assegurar mão de obra qualificada para o novo mercado de trabalho e, de outro, de destruir o Método Paulo Freire de alfabetização.

Porém, assim como a economia, o sistema educacional brasileiro vinha enfrentando uma grave crise que resultou em medidas para conseguir recursos para investir na educação. Neste sentido, uma das medidas adotadas pelo Governo para arrecadar fundos para a educação

foi a instituição da Lei 4.440, de 27 de outubro de 1964, criando o salário-educação. Segundo Romanelli (2001), o referido salário destinava-se a completar os recursos do poder público, Estadual e Federal, para a expansão do ensino primário. As medidas adotadas pelo governo tinham o intuito de reformar todos os níveis de ensino, desde o primário até a Universidade.

Outra medida adotada foi o acordo com a AID - Agency for International Development, dos Estados Unidos. Este acordo ficou conhecido como MEC-USAID. Segundo Correia (2007), o acordo MEC-USAID adaptou a educação brasileira aos princípios técnico-burocráticos sugeridos pelos norte-americanos, dando maior valor à formação técnica e à preparação para o trabalho através da implantação da educação profissionalizante, por meio da Lei 5692, de 1971.

No entanto, antes de iniciar a reforma de ensino da educação básica, o governo militar instituiu a reforma educacional do ensino superior. Esta reforma iniciou em 1968, com a implantação da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Neste sentido, Germano (2005) afirma que a reforma do ensino foi uma “manobra pelo alto”, pois em 1968 o Estado iniciou a reforma do Ensino Superior e em 1971 a reforma do Ensino Primário e Médio. Os militares pretendiam atender parte da sociedade excluída dos benefícios concedidos pelo Estado e por meio do discurso de valorização da educação obter o apoio da população. Segundo Ferreira Jr e Bittar (2008, p. 335), as reformas educacionais implantadas durante a ditadura tinham por objetivo:

[...] estabelecer uma ligação orgânica entre o aumento da eficiência produtiva do trabalho e a modernização autoritária das relações capitalistas de produção. Ou seja, a educação no âmbito do regime militar foi concebida como instrumento a serviço da racionalidade tecnocrática, com o objetivo de se viabilizar o slogan “Brasil Grande Potência”.

Neste sentido, as mudanças na educação brasileira visavam formar novos profissionais para suprir a demanda do mercado de trabalho, haja vista que o setor industrial brasileiro estava em pleno desenvolvimento. Além disso, a educação foi utilizada para difundir os preceitos morais e cívicos, considerados fundamentais para a formação dos/das estudantes brasileiros/as.

Diversas leis e decretos foram criados objetivando a Reforma Educacional em todos os níveis de ensino. Neste sentido, houve reestruturação do currículo e algumas disciplinas foram excluídas ou aglutinadas, para privilegiar a inclusão de novas disciplinas. Por exemplo, a exclusão da disciplina de Filosofia e a junção das disciplinas de História e Geografia, que passou a ser chamada de Estudos Sociais.

Nesta reestruturação curricular, a Educação Moral e Cívica é implantada como disciplina e prática educativa por meio do Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969. Em 1971, durante o governo do Gen. Emilio Garrastazu Médici, a EMC foi regulamentada pelo Decreto nº 68.065, de 14 de janeiro de 1971. Este mesmo Decreto também estimulou a criação de instituições extraclasse como os Centros Cívicos Escolares em todas as escolas do país. Tanto a inclusão da EMC no currículo das escolas quanto a criação dos CCEs foram dispositivos criados pelo governo e passaram a fazer parte do cotidiano dos/das estudantes, com o objetivo de inculcar valores morais e cívicos, além de controlar e restringir a autonomia dos/das alunos/as.

Segundo Costa (1973), o Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, foi o marco inicial de toda uma política educacional, principalmente de moral e civismo. O referido Decreto também criou a Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC), um órgão normatizador subordinado ao Ministério da Educação e Cultura, que juntamente com o Conselho Federal de Educação (CFE) orientava e supervisionava a educação do país. Em 1971 foi criada a Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixava as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus. Dessa forma:

Art. 1º O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania.

§ 1º Para efeito do que dispõem os Arts. 176 e 178 da Constituição, entende-se por ensino primário a educação correspondente ao ensino de primeiro grau e por ensino médio, o de segundo grau.

§ 2º O ensino de 1º e 2º graus será ministrado obrigatoriamente na língua nacional.

Visando alcançar este objetivo, o Ministério da Educação e Cultura lançou um concurso para a publicação de um *Guia de Civismo* para nortear os/as professores/as de EMC. Para que houvesse uma boa formação cívica dos/das estudantes, era necessário investir na formação dos/das professores/as. Neste sentido, em 1968, o Ministério da Educação e Cultura abriu um concurso para a publicação de um material sobre Civismo, destinado ao Ensino Médio. À época o ministro da Educação era o coronel Jarbas Passarinho³⁴. O guia apresenta aspectos que interessam a este estudo, principalmente no que diz respeito ao entrelaçamento entre civismo e Igreja Católica.

3.3 ANALISANDO O GUIA DE CIVISMO

A elaboração e publicação de um *Guia de Civismo* destinado aos professores/as do Ensino Médio foi uma das estratégias encontrada pelo MEC para que todos os/as estudantes brasileiros/as fossem instruídos no sentido de desenvolver o patriotismo, por meio das práticas cívicas, e combater o ateísmo, por meio da religião cristã. À época, havia grande preocupação por parte dos militares com a formação dos jovens brasileiros, haja vista que o futuro do país estaria nas mãos destes estudantes.

Portanto, a ideia era elaborar um material norteador para os/as professores/as de EMC. Este material deveria ensinar princípios morais considerados básicos para a “formação do caráter humano”. Além disso, deveria estimular o patriotismo por meio das ações cívicas. A ideia era dar subsídios aos professores de EMC para que o maior número de jovens fosse instruído com bases morais cristãs e cívicas. Portanto, o livro impresso seria o material ideal para levar aos estudantes os valores considerados essenciais para a formação do futuro cidadão brasileiro.

Em virtude dessa preocupação, em 1966, por meio do Decreto nº 58.023, de 21 de março de 1966, o presidente Castelo Branco instituiu

³⁴ Jarbas Passarinho nasceu no dia 11 de janeiro de 1920, na cidade de Xapuri, no Acre. Estudou na Escola Militar do Realengo, RJ. cursou a Escola de Oficiais e a Escola do Comando e Estado-Maior do Exército, ambas no RJ. Na política exerceu inúmeros cargos e mandatos, a saber: Governador do Pará (1964-1965); Senador da República em três mandatos; Ministro do Trabalho (1967-1969); Ministro da Educação (1969-1974); Líder do Governo no Senado (1979-1980); Presidente do Congresso Nacional e do Senado Federal (1981-1982); Ministro da Previdência e Assistência Social (1983-1985) e Ministro da Justiça (1990-1992). (JARBAS PASSARINHO, 2014).

na Divisão de Educação Extra-Escolar o setor de Educação Cívica, que juntamente com o Serviço de Organização e Orientação, com a Campanha Nacional de Material de Ensino e outros órgãos do Departamento Nacional de Educação (DNE) deveria trabalhar no desenvolvimento de atividades relacionadas à prática do civismo. Este decreto ainda previa a organização e realização de seminários para formação de professores, publicação de livros e monografias referentes ao civismo, e concursos com premiação em dinheiro para publicações acerca de temas fundamentais. (FILGUEIRAS, 2006)

Atendendo a este Decreto, em 1968 o MEC lançou um concurso para a publicação de um *Guia de Civismo*. O edital referente a este concurso foi publicado no Diário Oficial no dia 08 e abril de 1968 e trazia esclarecimentos quanto à importância do material, suas finalidades, ideias básicas e as condições de realização do concurso. O guia classificado em primeiro lugar seria editado pela Divisão de Educação Extra-Escolar (DEE), órgão vinculado ao Departamento Nacional de Educação. (DIÁRIO OFICIAL, 1968, p. 2856).

A elaboração do *Guia de Civismo* foi norteadas pelas Ideias Básicas das Instruções Reguladoras, construídas por uma Comissão Organizadora composta pelo General Moacir Araújo Lopes, pelo comandante Lywal Salles e pelos professores José Camarinha Nascimento, Ruy Vieira da Cunha, Walter Ramos Poyares e Jorge Boaventura de Souza e Silva. Essas “Ideias Básicas” foram aprovadas pelo Ministro da Educação e Cultura Tarso Dutra e foram publicadas no Diário Oficial da União no dia 08 de abril de 1968. (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 1968).

Quanto ao processo de seleção daqueles/as que se candidataram ao concurso, inúmeros textos passaram pelo processo de avaliação e seleção, antes da aprovação. Após a avaliação das obras inscritas, foram classificados trabalhos dos/as seguintes professores/as: em 1º lugar foram classificados dois trabalhos, um de autoria de Paulo Silva de Araújo e outro do Cel. Diniz Almeida do Valle; em 2º lugar também se classificaram dois trabalhos, um de Maria Terezinha Tourinho Saraiva e outro de Dr. Ciro Vieira da Cunha; em 3º lugar, Major Hélio Casatle da Conceição. (VALLE, 1969).

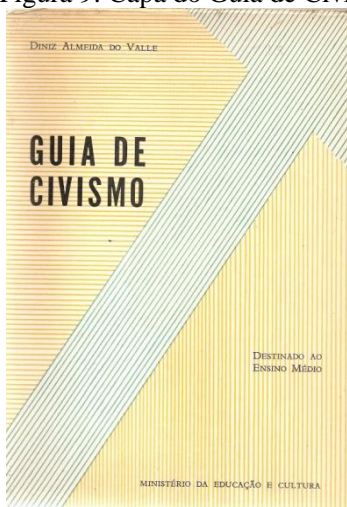
É importante ressaltar que em 1968, época em que foi lançado o edital de abertura do concurso para a publicação do *Guia de Civismo*, a educação brasileira era regida pela Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que denominava os níveis de ensino da seguinte forma: pré-primário, primário, ensino médio e secundário. Ainda de acordo com a lei, o ensino médio funcionava em dois ciclos, a saber: o ginásial e o

colegial. Também abrangia os cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o pré-primário e primário. Porém, após a implantação da Lei 5692, de 11 de agosto de 1971, o Ensino Primário e Secundário passaram a se chamar 1º Grau e o Ensino Colegial foi denominado 2º Grau (FILGUEIRAS, 2006).

Neste sentido, suponho que o referido guia também deveria ser utilizado pelos/pelas professores/as da E.E.B. Profª Julieta Torres Gonçalves, tendo em vista que durante os anos de 1971 a 1985, período investigado nesta pesquisa, esta era uma escola de 1º grau.

Nesta pesquisa analisei um dos trabalhos classificados em primeiro lugar, o *Guia de Civismo*, de autoria do Cel. Diniz Almeida do Valle. Este documento está inserido em suporte material que mede 23 cm de comprimento por 16 cm de largura. Possui capa amarela com linhas verticais, horizontais e diagonais nas cores amarela e azul. Na capa consta apenas o título do livro e nome do autor, bem como os dizeres: destinado ao Ensino Médio e Ministério da Educação e Cultura. O *Guia de Civismo* possui 313 páginas. O referido guia era dividido em quatro tomos, além de um volume de anexos.

Figura 9: Capa do Guia de Civismo.



Fonte: Acervo da pesquisadora

O suporte material dos textos passou por algumas transformações ao longo do tempo. Segundo Chartier (1998), os suportes nos quais estão dispostos os textos, sejam estes textos manuscritos, impressos ou

eletrônicos, são importantes para a construção dos sentidos. Segundo Chartier (1998, p. 8-9), há uma hierarquia acerca dos formatos dos impressos que indicam o uso do livro. O autor afirma:

[...] o grande in-fólio que se põe sobre a mesa é o livro de estudo, da escolástica, do saber; os formatos médios são aqueles dos novos lançamentos, dos humanistas, dos clássicos antigos copiados durante a primeira vaga do humanismo, antes de Gutenberg; e o *libellus*, isto é, o livro que se pode levar no bolso, é o livro de preces e de devoção, e às vezes de diversão.

Neste sentido, é importante perceber que o processo de materialização do livro passou por algumas transformações ao longo do tempo, até chegar ao formato que conhecemos atualmente. Nessa perspectiva, segundo Chartier (1998), o processo de reprodução de textos passou pelas mãos de copistas até a chegada das máquinas, que possibilitaram a reprodução de textos em larga escala, permitindo um maior acesso à cultura escrita, antes restrita a poucas pessoas. Porém, até chegar às mãos dos leitores o texto impresso passa por inúmeros estágios.

Nesse processo encontra-se a intenção do autor, a utilização e apropriação do impresso por parte do leitor, os diferentes suportes e a função dos editores. Os autores e editores de livros têm funções distintas no processo de materialização de uma obra, “o autor é reconhecido como detentor de uma propriedade imprescritível sobre as obras que exprimem seu próprio gênio”. Enquanto os editores são aqueles que moldaram “a figura do autor proprietário” (CHARTIER, 1998, p. 49). Portanto, os autores escrevem os textos, enquanto os editores, juntamente com impressores, tipógrafos, ilustradores e revisores os transformam em livros. Neste sentido, Abreu (2003, p. 9) afirma que “diferentes mãos intervêm nas formas materiais assumidas pelo texto convertido em livro e cada uma das decisões tomadas atua sobre a leitura que dele se fará”.

Esta intervenção pode ser percebida também no *Guia de Civismo* analisado, pois para escrever este texto o autor seguiu as orientações elaboradas pela comissão da Divisão de Educação Extra-Escolar. As ideias elaboradas por esta comissão revelam a preocupação com a valorização e preservação dos valores morais e cívicos, expressa na página de apresentação do *Guia de Civismo*. A apresentação deste

impresso é feita pela Diretora da Divisão Extra-Escolar, a senhora Alma Albertina de Castro Figueiredo. Segundo Figueiredo (apud VALLE, 1969, p. III), estes valores eram representados por instituições base para o desenvolvimento do país. Neste sentido o autor enfatiza:

A fase atual da evolução brasileira, fortemente influenciada pelo pragmatismo, pelo materialismo e pelas correntes socialistas-radicais, exige grande esforço dos líderes no sentido da preservação e projeção dos valores espirituais e morais, tradicionalmente cristãos, da nossa cultura milenar. Só assim poderemos orientar a formação do caráter do indivíduo e o comportamento do brasileiro, com a manutenção, em toda a sua pureza, das instituições basilares da nacionalidade – Família, Escola, Trabalho, Justiça, Fôrças Armadas, Pátria - e o necessário desenvolvimento sócio-econômico do Brasil.

No excerto acima fica evidente a preocupação com o avanço das ideias socialistas influenciadas pela corrente marxista. O comunismo representava uma ameaça às elites políticas e econômicas brasileiras. Neste sentido as ideias básicas que norteavam o *Guia de Civismo* enalteciam a importância dos valores morais, baseados nos pressupostos católicos e cívicos, importante para a formação do cidadão patriota. Além de mostrar a importância da prática de ações cívicas, o guia enfatiza a necessidade de estimular entre os/as estudantes a crença em Deus e o culto à religião. No entanto, apesar de reconhecer que o Brasil é um país laico, o autor afirma que o catolicismo é predominante no país. Portanto, era fundamental “desenvolver o civismo em sentido amplo, isto é, tendo como agente o Homem moralmente sadio, capaz de renúncias pelo bem comum, e imbuído da mística da ação pela grandeza da Pátria” (FIGUEIREDO, apud VALLE, 1969, p. III).

Entre as ideias, algumas merecem destaque, a saber: princípios filosóficos e religiosos da Constituição Brasileira; fundamentos democráticos constitucionais; orientação à cidadania visando ao desenvolvimento do país; importância da família e da mulher na formação cívica; ênfase nas expressões de civismo, como o voto e o serviço militar; evolução nacional baseada nas tradições cristãs; bom

uso da liberdade e crítica ao materialismo³⁵; combate à subversão e ideologias exóticas, além de enfatizar três aspectos fundamentais para o civismo: caráter, patriotismo e ação. Eram considerados exemplos de civismo o exercício do voto, a prestação de serviço militar e o culto aos vultos e símbolos nacionais. (FIGUEIREDO apud VALLE, 1969).

As ideias que norteavam o guia estavam em consonância com as finalidades da disciplina de EMC. De acordo com o artigo 2º do Decreto-Lei nº 869/69, de 12 de setembro de 1969, a disciplina de EMC tinha por finalidade:

- a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus;
- b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;
- d) o culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história;
- e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade;
- f) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio-político-econômica do País;
- g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum;
- h) o culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade.

A EMC tinha por finalidade preservar, preparar, fortalecer, defender e ensinar diversos aspectos considerados fundamentais para a

³⁵ “O materialismo histórico é a ciência filosófica do marxismo que estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, de sua evolução histórica e da prática social dos homens, no desenvolvimento da humanidade. O materialismo histórico significou uma mudança fundamental na interpretação dos fenômenos sociais que, até o nascimento do marxismo, se apoiava em concepções idealistas da sociedade humana” (TRIVIÑOS, 1987, p. 51).

formação dos cidadãos e cidadãs. No entanto, torna-se paradoxal pensar que em um período de grande repressão, censura e autoritarismo o Estado criasse uma disciplina para disseminar valores como democracia e liberdade.

Aqui fica evidente a distância entre o discurso do estado e a prática executada, pois segundo Germano (2005) o Estado necessitava de bases de legitimação, de apoio de parte dos intelectuais e da sociedade, portanto o Estado falava em liberdade e democracia, quando na verdade imperava a repressão neste sentido.

É evidente que tanto o *Guia de Civismo* quanto a EMC enfatizavam a importância do desenvolvimento dos valores morais e cívicos na formação do caráter dos cidadãos e cidadãs, pois era uma forma de doutrinar e homogeneizar os sujeitos, a fim de torná-los/as cidadãos e cidadãs dóceis, capazes de renunciar a suas individualidades pelo bem comum, ou seja, pelo bem da Pátria.

A intenção do autor ao escrever um texto é fazer com que os leitores compreendam suas ideias, porém, a apropriação que o leitor faz do texto não é única, cabe à compreensão e interpretação do leitor. Segundo Chartier (1988, p. 123), “a leitura é prática criadora, atividade produtora de sentidos singulares, de significações de modo nenhum redutíveis às intenções dos autores de textos ou fazedores de livros”.

Em outras palavras, os leitores podem se apropriar de uma mesma obra de formas distintas, pois há que se considerar o tempo, o espaço e as transformações da escrita e da leitura. Acrescenta Chartier (2003, p. 44-45) que “cada forma, cada suporte, cada estrutura da transmissão e da recepção do escrito afeta profundamente seus possíveis usos e interpretações”. Neste sentido, Chartier (1998, p. 77) afirma:

A leitura é sempre apropriação, invenção, produção de significados. Segundo a bela imagem de Michel de Certeau, o leitor é um caçador que percorre terras alheias. Apreendido pela leitura, o texto não tem de modo algum – ou ao menos totalmente – o sentido que lhe atribui seu autor, seu editor ou seus comentadores. Toda história da leitura supõe, em seu princípio, esta liberdade do leitor que desloca e subverte aquilo que o livro lhe pretende impor. Mas esta liberdade leitora não é jamais absoluta. Ela é cercada por limitações derivadas das capacidades, convenções e hábitos que caracterizam, em suas diferenças, as práticas

de leitura. Os gestos mudam segundo os tempos e lugares, os objetos lidos e as razões de ler.

Portanto, com o intuito de fazer com que os estudantes adotassem os preceitos cívicos e religiosos, considerados fundamentais para a formação do futuro cidadão, o autor do guia escreveu este documento com base nos principais conceitos referentes à disciplina de EMC. Visando atender as finalidades da referida disciplina, o guia apresentava 22 conceitos referentes ao civismo, à religiosidade, cidadania e ao Estado.

1. *Democracia Representativa*, com Deus, é a forma ideal de vida das nações.
2. *Liberdade com religião* e não totalitarismo materialista.
3. *Trabalho, Religião e Civismo* realizam o desenvolvimento integral e a felicidade de uma Nação.
4. *O Brasil é uma Democracia Representativa*, alicerçada em *tradições cristãs*.
5. Nosso país está no limiar da *Era Tecnológica*.
6. A soberania de uma *nação* exige a *Segurança Nacional*.
7. As *Fôrças Armadas Brasileiras* são fator de *segurança, civismo e desenvolvimento*.
8. Cultuar os *vultos nacionais* é praticar *civismo*. Revela caráter e patriotismo e leva à *ação*, pelo exemplo.
9. *Educação e cultura*, com *Deus*, têm formado a base dos povos felizes.
10. O *Estado* existe para o *Homem*, que deve cumprir os seus deveres para com a Pátria.
11. O *Serviço Militar* obrigatório é básico para a *Segurança Nacional*.
12. As *Instituições Pátrias – Família, Escola, Justiça*, etc. -, protegidas pelo Estado, garantirão o futuro da Nação.
13. A *juventude* é a esperança da Pátria.
14. A *Constituição do Brasil* afirma a liberdade.
15. Todo brasileiro tem direito à *igualdade de oportunidade* na educação e à *livre escolha de trabalho digno*.
16. A *livre iniciativa* constrói o desenvolvimento do país.

17. O *desenvolvimento integral* do homem brasileiro – espiritual, moral e material – é *Objetivo Nacional*.
18. *Votar* é ato de *civismo*.
19. A prestação do *Serviço Militar* dignifica o cidadão. É *expressão de civismo*.
20. A *Evolução do Brasil* fundamenta-se nas *tradições cristãs*.
21. A *juventude brasileira* estuda, trabalha e constrói a grandeza da Pátria.
22. É necessário compreender os jovens e encaminhá-los para as sendas do civismo, na sua tríplice expressão de *caráter, patriotismo e ação*.

Todos estes conceitos expressam um modelo de cidadão ideal para o futuro do país. Os valores considerados necessários para a formação do caráter dos/das estudantes são alicerçados na moral, na religião e no civismo. Além disso, alguns conceitos destacam a importância das Forças Armadas, da Segurança Nacional, do voto, da liberdade, da igualdade e da democracia representativa.

Cabe ressaltar que o próprio golpe de 1964 foi um desrespeito à democracia e após o golpe os governos militares impuseram diversas ações com o intuito de coibir qualquer manifestação contrária à ação militar. Porém, para os militares era importante obter apoio da população e legitimar a ação deles no poder. Neste sentido, as discussões em torno da democracia perpassam diversos capítulos do *Guia de Civismo*.

3.3.1. Democracia brasileira em perigo: a justificativa para o golpe

É evidente a preocupação do autor em mostrar que a democracia é o modelo ideal de sociedade. Neste sentido, enfatiza que o Brasil é um país de democracia representativa, que respeita todos os direitos dos cidadãos estabelecidos tanto pela Constituição Brasileira quanto pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. Além dos documentos citados, o autor recorre também à Carta Magna, promulgada em 1969, à Organização dos Estados Americanos (OEA) e à Bíblia para legitimar seus argumentos.

No primeiro capítulo, intitulado “O Homem e o Estado”, Valle (1969) discute sobre a origem da democracia, a atuação dos Estados democráticos e o papel dos cidadãos na sociedade democrática. O autor

procura mostrar os benefícios desta sociedade, onde os cidadãos têm direitos iguais e são livres, e lembra que toda democracia necessita de regras e leis para um bom funcionamento. Estas leis e regras são criadas por representantes do povo, eleitos pelo povo.

Valle (1969) inicia este capítulo discorrendo sobre a origem da democracia, surgida em Atenas, na Grécia, e ressalta que a experiência ateniense foi breve, porém deixou um grande exemplo de civismo que ainda perdura nas sociedades. Para o autor, a democracia é baseada em preceitos de igualdade, liberdade e fraternidade. Estes fundamentos permitem que os cidadãos exerçam seus direitos e participem do processo de eleição dos seus representantes. Segundo Valle (1969, p. 3), o processo eleitoral é o mais importante preceito democrático. O autor afirma:

O governo da maioria apóia-se na opinião popular, o que implica, efetivamente, na existência de um mecanismo para a escolha dos governantes, com reconhecimento de um dissenso ou minoria que possa pleitear o direito de subir pacificamente ao poder. Êste (sic) é o mais genuíno fundamento da *Democracia*. Naturalmente, os Estados (sic) totalitários recorrem a sofismas de toda espécie, anulando a oposição, ou pelo uso da violência ou suborno.

Portanto, em uma sociedade democrática os cidadãos têm direitos iguais e são livres para expressar suas opiniões, crenças e posições políticas. Somente neste modelo de sociedade os governantes são eleitos pelo povo, logo são os representantes do povo. Ainda segundo Valle (1969), o processo de eleição dos governantes pode variar de acordo com as circunstâncias, ou seja, a eleição pode ser direta ou indireta, sufrágio universal ou limitado, obrigatório ou facultativo.

No entanto, o autor não reconhece que naquele momento os cidadãos brasileiros não tinham o direito de eleger seus representantes que haviam assumido o poder por meio de um golpe militar. Valle (1969, p. 10) afirma que “no regime democrático atual do País, República Federativa, o cidadão exerce o direito de voto e sua vontade tem representação, além de garantia constitucional”. O autor acrescenta: “Além do direito de votar, o cidadão pode ser votado e eleito, inclusive para o mais alto cargo da República, a Suprema Magistratura”.

Toda democracia necessita de regras e leis que precisam ser respeitadas. De acordo com Valle (1969, p. 1), estas regras são os

limites criados pela sociedade, pois, “se todos são iguais perante a Lei, essa igualdade tem um limite, isto é, os limites fixados pela sociedade, a fim de que o excesso de liberdade não atinja os direitos de outrem”. Em defesa da própria democracia, os direitos de liberdade e igualdade dos cidadãos possuem limites criados pela própria sociedade. Valle (1969, p. 4) explica:

A autodefesa se baseia na afirmação de que a *Democracia* admite todas as liberdades – exceto a que procura destruí-la. É uma sociedade aberta, mas deve estar preparada e adequadamente armada para defender-se, principalmente do totalitarismo, que tanto a ameaça, através de ideologias subversivas, traições e toda série de provocações à segurança da Nação.

Neste sentido, em nome da defesa da democracia do país, os militares tomaram o poder a partir do golpe de Estado de 1964 e impuseram medidas restritivas drásticas à população. Com a justificativa de conter a ameaça comunista e as ideias subversivas, a liberdade dos cidadãos foi cerceada. Porém, de acordo com Valle (1969, p. 30), “a Revolução de 31 de março de 1964 veio sanar este (sic) estado de coisas no Brasil, levando a todo cidadão os benefícios de um Estado democrático, livre de opressão totalitária”.

Apesar de naquele momento o país estar vivenciando a ditadura civil-militar, o autor afirma que o Brasil é um país democrático onde seus cidadãos são livres e têm seus direitos respeitados. Valle (1969, p. 3) afirma que “nos últimos cinquenta anos, observou-se o desrespeito dos direitos pessoais, com a implantação dos regimes totalitários, limitando-se ou extinguindo-se os direitos políticos, a liberdade de opinião, e, até mesmo, o direito à vida”. Entretanto, o autor afirma que o Brasil é um país de democracia representativa, no qual todos os direitos dos cidadãos, assegurados pela Constituição Brasileira, são respeitados. Valle (1969, p. 8) afirma:

Nassa (sic) gente goza de liberdade total, inclusive a de consciência, a de exercer culto religioso que melhor lhe convenha, a de pensar (sic) e manifestar seu pensamento, a de convicção política ou filosófica, a de exercer qualquer trabalho, ofício ou profissão. Tem direito de ir e vir, de casar-se e constituir família, de defender-se

contra acusações, de publicar livros, jornais e revistas, de possuir domicílio e propriedade, de requerer *habeas corpus* e mandado de segurança, etc.

O autor não reconhece que naquele momento, início da década de 1970, época em que foi publicado o guia, o país passava por um período de extrema violência contra os direitos dos cidadãos. Naquele momento, a Constituição brasileira não estava sendo respeitada, como o autor afirma. A população não tinha liberdade para manifestar-se e expressar seus pensamentos. Havia censura aos meios de comunicação e repressão às manifestações populares contra o regime.

Com a justificativa de defender a suposta democracia, o Estado adota uma postura repressiva. Valle (1969, p. 16) afirma:

As democracias modernas adotaram, então, um novo conceito de liberdade, considerado mais restrito, porém mais lógico e justo: o indivíduo pode fazer tudo que quiser, desde que não prejudique a terceiros (sic), não atue contra o regime político-social em vigor e não difunda idéias nocivas à ordem pública.

Ou seja, o cidadão possui uma liberdade limitada, ele pode manifestar suas ideias, desde que não conteste o regime político e as ações do estado. Os meios de comunicação não sofrerão censura, desde que não publiquem nada contrário ao regime. Os cidadãos não serão punidos com prisões, torturas e mortes, desde que se mantenham obedientes ao regime militar. O autor procura deixar claro que o Brasil, apesar de ser um país em desenvolvimento, é uma democracia representativa que respeita os direitos dos/das seus/suas cidadãos/ãs. Além disso, enaltece o capitalismo e faz crítica aos Estados Totalitários e ao comunismo.

Nas sociedades democráticas os cidadãos são livres e possuem seus próprios ideais, “quem trabalha pode enriquecer, ter sua própria casa, fazenda ou sítio, ou colocar num banco o produto do seu trabalho”. No entanto, nos regimes totalitários, “não há empresas particulares, não há fazenda de um só proprietário. Tudo é coletivo: a propriedade, a colheita, a produção” (VALLE, 1969, p. 7). O autor procura mostrar que em uma sociedade democrática capitalista as pessoas são livres para fazer suas escolhas, podem trabalhar e adquirir seus bens, ao contrário da sociedade comunista, onde “não são permitidas eleições livres,

trabalho livre, liberdade de expressão, liberdade de escolha e tantas outras liberdades características da democracia”.

Diante disso, o autor afirma que “é fácil escolher entre a liberdade e materialismo. Graças a Deus, o Brasil é um País de liberdade, é uma Democracia”. (VALLE, 1969, p. 25). É importante perceber que a crítica ao materialismo, e por consequência ao comunismo, foi uma estratégia adotada pelo Estado, para combater o comunismo, bem como justificar o golpe militar, pois, à época, o mundo estava vivenciando a guerra fria, período em que o mundo foi dividido em dois blocos antagônicos, que disputavam por hegemonia política, econômica e militar. De um lado, liderado pelos Estados Unidos, estavam países em defesa do capitalismo, e de outro, liderados pela União Soviética, estavam os países que defendiam o socialismo, e por consequência o comunismo.

3.3.1.1 A Igreja Católica no combate ao comunismo

Assim como o civismo, a inclusão do Ensino Religioso (ER) no currículo das escolas públicas brasileiras também foi motivo de discussão entre as autoridades educacionais. Segundo Cunha (2007), em alguns momentos a articulação entre civismo e religião se fez presente na grade curricular das escolas públicas do país, em virtude de pressões externas ao campo educacional. O autor afirma que durante os anos de 1931 a 1997 tanto o civismo quanto a religião procuraram expressar seus sentidos por meio do campo educacional. Durante os anos de 1961 a 1993, civismo e religião concentraram-se na disciplina de Educação Moral e Cívica.

À época a formação dos/das jovens brasileiros/as era uma das prioridades dos governos militares, haja vista que se temia o avanço do comunismo no país, em virtude da influência marxista e do regime socialista da União Soviética. Neste sentido, a reforma educacional desempenhava um grande papel, pois, por meio de algumas medidas adotadas, pretendia-se conter o aumento de adeptos do materialismo histórico. Neste sentido, a educação cívica aliada à formação moral, com bases religiosas, especialmente no catolicismo, era fundamental para controlar o avanço comunista, uma vez que, por princípio, o comunismo tem bases ateístas.

De acordo com a teoria elaborada por Karl Marx, para que a sociedade seja mais justa e igualitária deveria haver uma revolução social que culminaria com a extinção do capitalismo. Porém, para isso é necessário que os cidadãos tenham conscientização política. Neste

sentido, Marx faz uma crítica à religião, pois para ele a religião impossibilita as transformações sociais, ela torna o homem alienado. Santos (2008, p. 44) esclarece o sentido da frase em que Marx afirma que “a religião é o ópio do povo”, pois:

Associando a religião a uma substância, o ópio, que faz com que as pessoas entrem em um estado de paralisia e percamos o fio condutor que as ligam com a realidade, foi a forma encontrada por Marx para, em poucas palavras, definir o efeito e a essência da religião. Com efeito, para ele a religião é eminentemente ideologia, ou seja, consolação e justificação de uma realidade onde reinam a opressão e a exploração.

De acordo com Cunha (2007), durante a ditadura militar membros da Igreja Católica participaram ativamente no ensino e na elaboração de materiais didáticos, bem como a base religiosa católica foi explicitamente utilizada na disciplina de Educação Moral e Cívica. O relator encarregado de atribuir as diretrizes para o programa disciplinar da EMC foi o Arcebispo Luciano José Cabral Duarte³⁶. De acordo com Cunha (2007, p. 296):

³⁶ Dom Luciano José Cabral Duarte nasceu em 21 de janeiro, 1925, na cidade de Aracaju/SE, filho de José de Góes Duarte (in memória) e Célia Cabral (in memória). Em 1936, aos onze anos de idade, ingressou no Seminário Menor na Diocese de Aracaju, hoje atual Colégio Arquidiocesano, onde estudou seis anos. Realizou seus estudos secundários em Aracaju e os superiores em Olinda/PE, onde cursou Filosofia e Teologia. Em 1945, o seminarista parte para São Leopoldo/RS, onde conclui seus estudos. No dia 4 de agosto de 1946 se tornou diácono, e foi ordenado sacerdote no dia 18 de janeiro do mesmo ano. Antes de se tornar Bispo, trabalhou como Assistente Eclesiástico da Juventude Universitária Católica, Diretor Espiritual do Seminário Menor de Aracaju, Presidente da Câmara de Ensino Superior do Conselho Estadual de Educação, liderando o trabalho para a constituição da Fundação Universidade Federal de Sergipe, foi enviado de forma especial para a cobertura das Sessões do Concílio Vaticano II e para cobertura do Congresso Internacional Eucarístico de Bombaim. Durante o episcopado, se tornou Bispo Auxiliar de Aracaju (1966-1971), Presidente Nacional do MEB (1971-1977), foi membro do Conselho Federal de Educação (1974-1986), Presidente do Departamento de Ação Social do “CELAM” (1972- 1978), também foi membro da Comissão Pastoral da CNBB (1979-1983), primeiro Vice-Presidente do CELAM (1979-1983) e por

Apesar do parecer dizer que a EMC deveria ser aconfessional, ele proclamou que a religião era a base da moral a ser ensinada. Para escapar do paradoxo, o Arcebispo Duarte lançou mão do conceito de “religião natural”, isto é, aquela que leva o conhecimento de Deus pela luz da razão, o que subentendia a racionalização teológica da tradição judaico-cristã.

Segundo Valle (1969), as novas gerações representavam um problema para o país, pois eram facilmente influenciadas pelo ateísmo marxista. Em virtude disso, havia grande preocupação em inculcar nos jovens princípios da moral cristã, pois era uma forma de combater o comunismo. Portanto, para inculcar e estimular os valores cristãos, dos 22 conceitos do guia, apresentados anteriormente, sete referem-se ou mencionam a moral baseada em preceitos religiosos cristãos, a saber:

Democracia Representativa, com Deus, é a forma ideal de vida das nações; *Liberdade com religião* e não totalitarismo materialista; *Trabalho, Religião e Civismo* realizam o desenvolvimento integral e a felicidade de uma Nação; *O Brasil é uma Democracia Representativa*, alicerçada em tradições cristãs; *Educação e cultura*, com Deus, têm formado a base dos povos felizes; *O desenvolvimento integral* do homem brasileiro – espiritual, moral e material – é *Objetivo Nacional*; *A Evolução do Brasil* fundamenta-se nas tradições cristãs.

Por meio destes conceitos fica evidente que a moral e o civismo eram indissociáveis, ou seja, a religião e as práticas cívicas estavam articuladas para cumprir seu papel de formadoras do caráter integral dos/das cidadãos/ãs. As tradições cristãs e a crença em Deus são consideradas fundamentais para o bom desenvolvimento e funcionamento da nação. Além disso, fica evidente a crítica ao materialismo, considerado uma ameaça à democracia brasileira. De acordo com os conceitos apresentados acima, é fundamental para o bom

desenvolvimento de qualquer nação o funcionamento de uma democracia representativa, baseada em valores religiosos e na crença em Deus. Para a “formação integral do homem” é necessário o desenvolvimento dos valores morais, cívicos e de valorização do trabalho, pois o crescimento de uma nação depende da manutenção destes valores.

Estes conceitos expressam a preocupação que havia em torno do desenvolvimento de valores considerados essenciais à formação do caráter dos estudantes, pois eles seriam os futuros cidadãos do país. Esta preocupação com a formação moral dos/das cidadãos/ãs fica evidente em diversos capítulos do guia, quando a religião é mencionada como fator importante.

Segundo Valle (1969, p. 15), o homem foi feito “à imagem de Deus” e pode aperfeiçoar-se por meio de dois caminhos, ou seja, com ou sem religião. No entanto, o autor afirma que a formação humana sem bases religiosas é prejudicial, pois abre espaços para a corrupção, subversão e acaba com as tradições cristãs.

O autor acrescenta que para que as liberdades sejam respeitadas pelo Estado o homem precisa desenvolver sua consciência religiosa, que o libertará do materialismo. Somente a consciência moral, com bases religiosas, fará com que os/as cidadãos/ãs saibam utilizar a liberdade com responsabilidade. Dessa forma, a democracia será preservada e não será necessário o uso de meios repressivos. (VALLE, 1969). Aqui fica evidente o uso da religião, especialmente a religião cristã, para combater o comunismo, considerado subversivo. O autor procura mostrar que, para os comunistas, os valores morais e religiosos não são importantes. De acordo com Valle (1969, p. 24), “o ateísmo não é só um elemento acessório do marxismo, mas fundamental”.

Segundo Valle (1969), o Brasil é um país laico, onde existem diversas religiões que se respeitam mutuamente. No entanto, analisando o guia, fica evidente a influência do cristianismo na educação. Para Valle (1969, p. 76):

[...] o Cristianismo é a maior força (sic) social, pois exige de cada membro da sociedade um procedimento altruísta, conducente ao bem comum, à felicidade geral. Satisfazendo os seus deveres sociais o homem está cumprindo os seus deveres religiosos, segundo os ditames da consciência cristã.

Estimular a crença em Deus e a devoção à religião cristã era uma forma de combater o ateísmo comunista e tornar os cidadãos comprometidos com as leis da sociedade. Neste sentido, Valle (1969, p.76) afirma:

Daí o verdadeiro religioso ser o melhor cidadão: seu código se constitui dos Dez Mandamentos. O Estado não precisa forçar-lhe a conduta, não precisa temer-lhe os passos: é um homem integrado em princípios milenares de ordem, respeito à autoridade, à Lei, a todos os cânones da perfeita e verdadeira sociedade.

O autor procura mostrar que a religião desempenha um papel muito importante tanto na formação humana quanto no desenvolvimento da sociedade. Para Valle (1969, p. 65), “a integração total do homem compreende a harmonia entre o espírito e carne, proclamada pelos sagrados preceitos do Cristianismo”. Na sua interpretação, a religião é tão importante que não há povos sem religião, inclusive:

Vêmo-lo na Rússia, nos países satélites do comunismo, em cujas populações, apesar de toda propaganda atéia, apesar de todos os métodos de repressão, não conseguiram extirpar, até agora, essa presença divina peculiar ao homem, feito à imagem de Deus. (VALLE, 1969, p. 75).

A repetição é uma forma de imprimir sentidos por meio das palavras. Portanto, há uma incessante repetição do discurso cristão com o intuito de incutir nos estudantes valores morais e com isso, combater o comunismo.

Além da educação moral e cívica, a família desempenhava um papel muito importante na formação dos jovens. Segundo Valle (1969, p. 34), a família deveria ser a base, o exemplo para que os jovens não se percam em meio às novas ideologias, pois “a propaganda atéia do comunismo e a ação do pragmatismo ocidental agem de modo direto sobre a mente, promovendo liberdade e moral materialista, com exaltação intensa de sexo e engrandecimento de tudo que o dinheiro pode adquirir”.

No discurso promovido pelo *Guia de Civismo*, a escola, a família e a religião cristã desempenhavam um papel muito importante na formação dos jovens almejados pelo sistema político em andamento,

pois por meio da união destas instituições os “futuros cidadãos” do país poderiam aprender e cultivar valores cívicos, religiosos e morais. Portanto, para a “formação integral do homem” era necessário estimular nos jovens o culto aos preceitos cristãos, bem como o patriotismo, estimulado por meio das práticas cívicas.

3.3.1.1.1 Civismo fortalecendo o patriotismo

Com o propósito de estimular o patriotismo, as práticas cívicas passaram a fazer parte do calendário escolar. Nas escolas, o culto aos símbolos e vultos nacionais passou a fazer parte das atividades práticas durante as comemorações cívicas. Nestas comemorações, as escolas deveriam organizar a festa onde os/as alunos/as apresentavam as atividades alusivas à data em questão.

Para contribuir com o estímulo ao patriotismo, em 1968 foi instituída a Lei nº 5.443, de 28 de maio de 1968, que dispunha os Símbolos Nacionais. Portanto, esta é a legislação utilizada pelo autor do guia como referência. Segundo Valle (1969, p. 295), “o artigo 38 da Lei nº 5.443/1968 tornou obrigatório o ensino do desenho da Bandeira Nacional e do canto do Hino Nacional”. O artigo 39 da referida Lei adverte que “ninguém poderá ser admitido no serviço público sem demonstrar conhecimento do Hino Nacional”.

Em 1971, a Lei nº 5.443, de 28 de maio de 1968, foi revogada pela Lei dos Símbolos Nacionais, sob o nº 5.700, de 1º de setembro de 1971. De acordo com esta lei, os símbolos nacionais brasileiros são: a Bandeira Nacional, o Hino Nacional, as Armas Nacionais e o Selo Nacional. Segundo Hobsbawm (1997), com o processo de formação dos Estados Nacionais foram criados novos símbolos e acessórios, como o Hino Nacional e a Bandeira Nacional, com o intuito de personificar a nação.

Na linha de pensamento de Hobsbawm (1997, p. 9), tanto os símbolos quanto os rituais que os envolvem são “tradições inventadas”. O autor explica que este termo possui um sentido amplo e compreende “tanto as ‘tradições’ realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo [...]”.

Neste sentido, os rituais das comemorações cívicas podem ser considerados tradições criadas com o propósito de fortalecer a identidade nacional. Com este intuito, o culto aos símbolos e vultos nacionais era estimulado tanto nas aulas de EMC quanto nas práticas cívicas. Cantar o Hino Nacional e hastear a Bandeira Nacional fazia

parte do ritual cívico, que também contava com apresentações dos/das alunos/as. Para Hobsbawm (1997, p. 9), as “tradições inventadas” podem ser entendidas como:

[...] um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado.

Portanto, o ritual das comemorações cívicas contribuía para inculcar nos estudantes valores considerados fundamentais para a “formação integral do cidadão”, ou seja, durante as comemorações cívicas os/as alunos/as expressavam o patriotismo e os preceitos cristãos por meio das apresentações, sendo assim, o ritual funcionava como estratégia para que os estudantes incorporassem e concretizassem as práticas patrióticas.

A exaltação dos símbolos nacionais fazia parte dos rituais cívicos, pois estes elementos são importantes para a constituição da identidade nacional. Portanto, o *Guia de Civismo* possui um capítulo referente aos símbolos nacionais. Neste capítulo, o autor fala da importância destes símbolos para a Pátria e apresenta os três símbolos brasileiros, a saber: a Bandeira, o Hino Nacional e as Armas da República. Além disso, o guia traz na íntegra a letra do Hino Nacional, Hino à Bandeira e a Oração à Bandeira, esta de autoria de Olavo Bilac. Além dos símbolos nacionais, o Guia de Civismo apresenta a biografia de brasileiros ou brasileiras falecidos/as, considerados/as heróis ou heroínas do país em virtude de seus feitos. Estas pessoas eram chamadas de “vultos nacionais” e serviam de modelo a ser seguido pelos jovens.

Para contribuir com a formação cívica dos estudantes, alguns materiais didáticos foram publicados logo no início do período republicano. Vieira (2012) analisa aspectos do civismo publicados em dois livros escolares datados deste período, e aponta a ênfase à biografia dos vultos nacionais, utilizada como exemplos a serem seguidos.

Os “vultos nacionais” apresentados no guia são: Araribóia, André Vidal de Negreiros, Antônio Felipe Camarão, Henrique Dias, Tiradentes, Maria Quitéria, Antônio João, Osório, Caxias, Ana Néri,

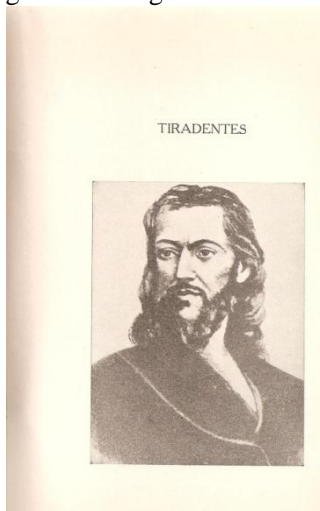
Tamandaré, Pedro II, Mauá, Deodoro, Carlos Gomes, Floriano, Rio Branco, Olavo Bilac, Rui Barbosa, Osvaldo Cruz, Santos Dumont e Rondon (VALLE, 1969). A apresentação segue a seguinte ordem: uma breve biografia precedida por uma foto ou imagem de cada um. Os dados biográficos remetem a um passado glorioso, com exemplos de patriotismo e heroísmo.

Dos 22 “vultos nacionais” apresentados no guia, há apenas duas mulheres consideradas heroínas. A primeira delas é a baiana Maria Quitéria, considerada a primeira mulher soldado do Brasil e heroína por ter lutado em defesa do país. A outra mulher apresentada é a enfermeira, também baiana, Ana Néri. Esta, após ficar viúva, foi trabalhar como enfermeira voluntária durante a Guerra do Paraguai. Um dos “vultos nacionais” apresentados no guia é o mineiro Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. Por meio da Lei nº 4.897, de 9 de dezembro de 1965, Tiradentes foi declarado patrono cívico da nação brasileira. De acordo com o Art. 2º da referida lei, fica determinado que:

As Fôrças (sic) Armadas, os estabelecimentos de ensino, as repartições públicas e de economia mista, as sociedades anônimas em que o Poder Público fôr (sic) acionista e as empresas concessionárias de serviços públicos homenagearão, presentes os seus servidores na sede de seus serviços a excelsa memória dêsse (sic) patrono, nela inaugurando, com festividades, no próximo dia 21 de abril, efeméride comemorativa de seu holocausto, a efigie do glorioso republicano.

Segundo Valle (1969), Tiradentes foi mascate, minerador, dentista e alferes. Lutou pela liberdade do país e foi condenado à morte por ter conspirado contra o Reino. Ainda de acordo com Valle (1969, p. 198), “seu heroísmo extraordinário elevou-o à categoria dos grandes mártires universais, imolados para a salvação de suas pátrias. Não somente para os brasileiros, mas para todos os povos, seu nome significa *Liberdade*”.

Figura 10: Imagem de Tiradentes.



Fonte: *Guia de Civismo* (1969, p. 195).

A associação da figura de Tiradentes com a liberdade foi muito bem explorada pelos republicanos. Para Carvalho (1990), durante o processo de transição da monarquia para a república no Brasil o poder político necessitava da criação de novos valores republicanos no imaginário popular, e para legitimá-los foram construídos símbolos, alegorias, rituais e mitos do novo regime. Entre os símbolos criados ou apropriados pela república, alguns tiveram grande aceitação popular, como Tiradentes. No imaginário popular sua figura é associada a Jesus Cristo, haja vista que Tiradentes “sacrificou” sua vida em benefício do futuro da nação. (MICELI, 1994)

Ainda de acordo com José Murilo de Carvalho (1990), Tiradentes não foi criado pela República, mas sua figura foi apropriada pelos republicanos, pois o novo regime necessitava de uma figura forte que apagasse o então herói da monarquia D. Pedro I. Os republicanos trataram de conferir um rosto a Tiradentes, pois ele não havia deixado retratos, e assim criaram bustos, quadros e data comemorativa. Ele foi representado como Jesus Cristo ou elegante em sua vestimenta de alferes, porém o que importava era o ideal que ele representava.

Os heróis simbolizam ideias e aspirações, servem de referência e identificação coletiva. Portanto, servem para legitimar ações políticas. Neste sentido, não há regime político que não promova o culto de seus heróis e não possua seu panteão cívico. (CARVALHO, 1990). A

utilização pedagógica das biografias dos vultos nacionais tinha o intuito de servir de exemplo para os/as alunos/as. Neste sentido, Vieira (2012, p. 326) afirma que “relembrar feitos e palavras de grandes protagonistas teria a finalidade de fornecer exemplos de conduta política, ética e moral. Esta história como “colar de exemplos” exerceu importante papel na formação cívica dos cidadãos do mundo antigo”.

Além de cultivar os símbolos e vultos nacionais, os atos de votar nas eleições e prestar serviço militar são considerados atos de civismo. Neste sentido, estas ações deveriam ser estimuladas entre os jovens. Portanto, a criação e o funcionamento dos Centros Cívicos nas escolas era uma forma de mostrar aos jovens a importância de exercer o voto (VALLE, 1969). Os rituais cívicos no período em questão foram intensificados no calendário escolar, nestes momentos havia não só o envolvimento do corpo docente e discente, mas muitas vezes de toda a comunidade escolar.

No próximo capítulo apresento a análise das práticas cívicas e religiosas registradas no Livro de Atas das Horas Cívicas (1971-1985) e no Livro de Atas do Centro Cívico Escolar (1979-1986), pertencentes à E.E.B. Prof^a Julieta Torres Gonçalves. Procuo mostrar a relação destas práticas desenvolvidas nesta escola pública, com a prescrição do Guia de Civismo (1969), publicado em um momento em que a política educacional apelava para a religião cristã, de forma estratégica, para inculcar valores morais e cívicos na juventude brasileira.

4 CIVISMO E IGREJA CATÓLICA NA CULTURA ESCOLAR DA E.E.B PROFESSORA JULIETA TORRES GONÇALVES: AS INTERSECÇÕES COM O GUIA DE CIVISMO

Com o intuito de perceber a relação entre a prescrição do *Guia de Civismo* e as práticas cívicas da E.E.B. Profª Julieta Torres Gonçalves, neste capítulo analiso o Livro de Atas das Horas Cívicas (1971- 1985) e Livro de Atas do Centro Cívico Escolar (1979-1986), com ênfase aos temas democracia, religião e civismo no âmbito da cultura escolar desta instituição de ensino durante os anos de 1981 a 1985, período em que a escola foi administrada pelas religiosas da Congregação das Irmãs Escolares de Nossa Senhora. Além das atas, utilizo também documentos iconográficos que retratam as práticas cívicas desta escola. Tais documentos foram encontrados nos arquivos da própria instituição de ensino e, posteriormente, digitalizados para compor o acervo do CEMESSC.

É importante ressaltar a importância dos arquivos escolares para a História da Educação. Como afirma Farge (2009), o arquivo nos remete a um mundo desconhecido, pois, diferente dos textos impressos que têm maior circulação, os documentos de um arquivo ficam restritos, guardados. Ainda de acordo com Farge (2009, p. 14), o arquivo é:

[...] uma brecha no tecido dos dias, a visão retraída de um fato inesperado. Nele, tudo se focaliza em alguns instantes de vida de personagens comuns, raramente visitados pela história, a não ser que um dia decidam se unir em massa e construir aquilo que mais tarde se chamará história.

Neste sentido, cabe ao/à historiador/a-pesquisador/a embarcar nesta viagem ao desconhecido e construir partes do passado por meio do questionamento destas fontes importantes, dando visibilidade a aspectos desconhecidos, que nos fazem refletir sobre o passado. Porém, segundo Farge (2009, p. 35), é possível que:

[...] o arquivo não diga a verdade, mas ele diz *da* verdade, tal como entendia Michel Foucault, isto é, dessa maneira única que ele tem de expor o Falar do outro, premido entre relações de poder e ele mesmo, relações às quais ele se submete, mas que também concretiza ao verbalizá-las.

Sendo assim, é importante perceber que os documentos analisados nesta pesquisa são fragmentos do passado, produzidos a partir de relações de poder entre Estado, Igreja Católica e Escola. Nestes documentos estão registradas as atividades realizadas a fim de atender a legislação educacional vigente à época.

Como foi anunciado, para compreender as práticas cívicas, estabeleço três categorias de análise, a saber: **democracia, Igreja Católica e civismo**, tendo em vista que são os três conceitos que perpassam todo conteúdo do *Guia de Civismo* e aqui pretendo percebê-los nas práticas extraclasse promovidas pelas Horas Cívicas e pelo Centro Cívico Escolar. Utilizo como referenciais teóricos o conceito de documento de Jacques Le Goff, bem como o autor Michel de Certeau, com o intuito de compreender as estratégias, táticas e usos acerca das práticas cívicas instituídas no educandário em questão.

4.1 OS REGISTROS DOS LIVROS DE ATAS DAS HORAS CÍVICAS E DO CENTRO CÍVICO DUQUE DE CAXIAS

A instituição das Horas Cívicas e do Centro Cívico Escolar fazia parte do processo de escolarização do civismo e estas organizações se materializaram por meio de atividades extraclasse. Como sublinha Onghero (2007), dentro da proposta de inclusão da disciplina e prática educativa de EMC durante a ditadura militar foram prescritos conteúdos e atividades extraclasse como as Horas Cívicas e os Centros Cívicos. Ainda para o autor, as Horas Cívicas eram momentos em que:

[...] alunos e professores eram reunidos, geralmente no pátio da escola, em formação de filas organizadas por série e divididas entre meninos e meninas, vestindo o uniforme da escola. Então, hasteavam bandeiras, cantavam o hino e apresentavam jograis e poemas exaltando a pátria, os símbolos nacionais ou heróis. (2007, p. 151).

Na E.E.B. Prof^a Julieta Torres Gonçalves as Horas Cívicas aconteciam com frequência. Nestes momentos, o corpo docente reunia os/as alunos/as para a realização da prática cívica, que sempre contava com uma parte religiosa. Nesta escola, estas atividades aconteciam no pátio da escola, na igreja ou pelas ruas da comunidade. A foto abaixo registra uma destas Horas Cívicas em frente à igreja.

Figura 11: Hora Cívica em frente à Igreja São João Batista, em São Bento Baixo - Nova Veneza/SC (s/d).



Fonte: Acervo E.E.B. Profª Julieta Torres Gonçalves. Cópia Digitalizada CEMESSC.

Nesta fotografia é possível perceber que todos/as os/as estavam vestidos com uniformes específicos para datas especiais, pois as alunas usam vestidos brancos e os alunos calça social escura e camisa branca com gravata. Possivelmente estes estudantes frequentam a mesma série, pois aparentam ter a mesma idade. Ainda dentro dessa organização é possível perceber uma separação por gênero, onde se encontram meninas de um lado e meninos de outro. Atrás dos estudantes está uma das religiosas da Congregação, juntamente com algumas mulheres e crianças da comunidade, e à frente dos estudantes encontra-se uma das freiras da Congregação.

É importante destacar que durante os anos de 1971 e 1978 todas as práticas cívicas foram registradas exclusivamente no Livro de Atas das Horas Cívicas, pois, apesar dos CCEs terem sido instituídos em 1971, a partir do Decreto nº 68.065/71, que regulamentava a disciplina de EMC e instituíva atividades extraclasse, nesta escola o Centro Cívico foi criado só em 1979, como foi relatado no Livro de Atas do Centro Cívico Escolar (Ata nº 1/79, p. 1):

Aos dezesseis dias do mês de maio de mil novecentos e setenta e nove, realizou-se na Escola Básica “Julietta Torres Gonçalves”, uma reunião com o fim de fundar o Centro Cívico Escolar. Tomaram parte da mesa o corpo docente e discente da escola, juntamente com a diretora que, as quatorze horas, deu início a reunião tomando a palavra e definindo o que é o Centro Cívico, quais os seus objetivos, quem faz parte dele, como seria organizada a diretoria do Centro Cívico e quais as responsabilidades de cada membro, dentro do seu cargo. Falou também sobre as reuniões que se farão e citou algumas sugestões de atividades que o Centro Cívico Escolar poderá desenvolver.

O excerto acima evidencia o caráter formal da reunião de fundação desta instituição extraclasse. Além disso, demonstra a preocupação em esclarecer aspectos de funcionamento e finalidades do CCE para todos/as os/as presentes. De acordo com o artigo 31 do Decreto nº 68.065/71, que dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória nas escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino no País, além de outras providências, em todas as escolas deveria ser estimulada a criação de atividades extraclasse de natureza cultural, jurídica, disciplinar, assistencial e artística, com o intuito de transformar a escola em uma sociedade democrática em miniatura.

Segundo o artigo 32 do referido Decreto, os Centros Cívicos funcionariam em todos os níveis de ensino de escolas públicas e particulares. Além disso, funcionaria sob a orientação de um/a professor/a orientador/a designado/a pelo/a diretor/a da escola e diretoria eleita pelos/a alunos/as. Ainda segundo § 2º do Art. 32 do referido Decreto, os Centros Cívicos deveriam:

- a) considerar o civismo, nos três aspectos fundamentais: caráter, com base na moral, tendo como fonte Deus nos termos do Preâmbulo da Constituição do Brasil; amor à Pátria e às suas tradições, com capacidade de renúncia; ação intensa e permanente em benefício do Brasil;
- b) projetar-se sobre as atividades de classe e extraclasse enumeradas no Art. 31 e seu parágrafo único;

- c) elaborar o Código de Honra do Aluno, nos níveis primário e médio, e o Código de Honra do Universitário, no nível superior;
- d) Empregar modernos processos didáticos de comunicação e explorar o desejo natural do educando em realizar novas experiências.

O artigo 32 evidencia os dispositivos de controle criados pelo governo, pois a criação dos CCEs veio substituir os Grêmios Estudantis, proibidos de funcionar desde 1968. Os Grêmios Estudantis eram instituições ativas dentro da escola, ao contrário dos Centros Cívicos, que eram supervisionados por um/a orientador/a previamente escolhido/a pelo/a diretor/a da escola. Segundo Borges (2002), o Centro Cívico era a inversão do Grêmio Estudantil, pois não estimulava a participação e discussão dos/das alunos/as em questões acerca do cotidiano escolar.

O CCE foi uma instituição criada para centralizar as atividades dos/as alunos/as em defesa do civismo, da disciplina e do patriotismo. Neste sentido, tanto o CCE quanto as HCs foram estratégias criadas pelo Estado para incutir uma concepção de cidadão, amparada em valores morais e cívicos.

Segundo Michel de Certeau (1994, p. 101), as estratégias são frutos da relação de força empregada por um sujeito detentor de poder, que produz, mapeia e impõe regras. Em contrapartida, as táticas são consideradas ações desviacionistas que fazem parte do cotidiano da cultura ordinária. O autor ressalta que “a tática é determinada pela *ausência de poder* assim como a estratégia é organizada pelo postulado de um poder”. Da relação deste binômio entre forte e fraco, ou seja, estratégia e tática, esta resulta em efeitos imprevistos, criando novas formas de fazer, que são os meios criados pelos sujeitos para fugir do controle imposto pelos detentores de poder. (CERTEAU, 1994).

As táticas e as estratégias são manifestações das práticas cotidianas. O autor analisa as práticas cotidianas a partir de três elementos considerados fundamentais, a saber: o caráter estético, o caráter ético e o caráter polêmico. O caráter estético trata de uma *arte de fazer*. O caráter ético é a “recusa à identificação com a ordem ou com a lei dos fatos”. Por fim, o caráter polêmico acontece à medida que “as práticas cotidianas se inscrevem como intervenções em um conflito permanente, em uma relação de força” (CERTEAU, 1985, p. 7-8).

Neste sentido, apesar de todo aparato legal criado pelo Estado acerca das práticas cívicas como estratégias, esta escola criou suas

próprias *maneiras de fazer* na realização das atividades cívicas. Cabe ressaltar que, mesmo tendo sido fundado tardiamente, as atribuições destinadas ao CCE parecem ter sido cumpridas pela escola, por meio das Horas Cívicas instituídas anteriormente. No entanto, após a criação do Centro Cívico, seus membros passaram a ser os responsáveis pela realização das atividades cívicas que aconteciam em determinadas datas, como a Semana da Pátria.

Nestas ocasiões, os/as alunos/as apresentavam jograis, poesias, teatros, danças, entre outras apresentações alusivas à data, além de hastear a bandeira e entoar o hino nacional. Outra atividade desenvolvida era o estudo da biografia dos vultos ou heróis nacionais. Estas atribuições estavam explícitas no item 2.6 das ideias básicas do Guia de Civismo (1969, p. 07) ao enfatizar que a escola deveria:

ressaltar a necessidade de a evolução nacional ser fundamentada nas tradições cristãs brasileiras, dando ênfase à língua (sic), aos símbolos nacionais, às tradições culturais (inclusive folclore), ao papel das etnias formadoras e às biografias sintéticas de brasileiros, já falecidos, cuidadosamente selecionados, que se hajam constituído modelo (sic) de virtudes morais e cívicas.

Tanto as *Idéias Básicas do Guia de Civismo* quanto às atribuições das instituições extraclasse e da disciplina de EMC pareciam convergir para um mesmo objetivo, ou seja, formar cidadãos e cidadãs com base na moral cristã e no civismo, com ênfase às tradições e símbolos nacionais. Dessa forma, a análise das atas evidenciou a relação entre a prescrição oficial e prática executada na escola. Os registros deixados nas atas são vestígios da cultura escolar e revelam aspectos da organização e realização das práticas cívicas e religiosas, evidenciando a aliança entre Estado, Igreja Católica e a E.E.B. Prof^a Julieta Torres Gonçalves. A fim de compreender a materialização desta cultura escolar analiso estes documentos a partir da perspectiva de Jacques Le Goff (2003, p. 538), que afirma que o documento é um monumento, pois:

Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo

documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo.

Por conseguinte, o documento tem caráter de monumento à medida que “é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder”. (LE GOFF, 2003, p. 537-538). Portanto, compreendo o documento não como verdade absoluta, mas sim como produto de um contexto carregado de significados que precisam ser interrogados, problematizados e compreendidos em seu contexto.

Antes de partir para a análise das práticas cívicas e religiosas prescritas nos dois Livros de Atas, apresento informações acerca da materialidade destes documentos. Os suportes utilizados para descrever as atividades são muito semelhantes, pois ambos foram manuscritos em cadernos brochura medindo 30 cm de comprimento por 21 cm de largura, contendo 50 páginas cada. As capas não possuem identificação, pois foram encapadas com papel nas cores branco e dourado.

A identificação de ambos os documentos encontra-se na folha de rosto. As folhas brancas e pautadas, que atualmente possuem manchas amareladas em decorrência do desgaste do tempo, foram manuscritas na frente e no verso, sendo que um dos aspectos que diferencia ambos os documentos é o número de páginas escritas.

Outros aspectos são a data de criação e finalidade de cada documento, pois o Livro de Atas das Horas Cívicas foi iniciado em 1971, com o intuito de relatar todas as atividades cívicas realizadas pela escola. Dentre as atividades cívicas também constam as atividades religiosas, culturais, comemorativas, campanhas beneficentes e esportivas. Neste documento as comemorações cívicas, solenidades religiosas, campanhas e atividades esportivas e culturais realizadas durante os anos de 1971 a 1985 foram descritas minuciosamente.

Já o Livro de Atas do Centro Cívico Escolar instituído em 1979 servia para lavrar as atas das reuniões, bem como registrar as atividades realizadas, como o processo de eleição e tomada de posse das diretorias. Além disso, neste documento constam os nomes de todos/as os/as professores/as, bem como de todos/as os/as alunos/as que participaram como membros ou eleitores/as do Centro Cívico durante os anos de 1979 a 1985.

Para compreender melhor o funcionamento desta instituição extraclasse, apresento alguns dados, demonstrando a quantidade de atividades realizadas pela escola e registradas no Livro de Atas das

Horas Cívicas. É possível perceber uma oscilação no número de registros.

Quadro 1: Registros de Atividades do Livro de Atas das Horas Cívicas (1971-1985).

Ano	Nº de Registros
1971	10
1972	7
1973	8
1974	5
1975	2
1976	--
1977	1
1978	15
1979	11
1980	8
1981	3
1982	6
1983	43
1984	4
1985	9
Total	132

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Educação do Sul de Santa Catarina.³⁷

Os dados apresentados demonstram que em alguns anos houve muitas atividades, como no ano de 1983, e em outros anos pouca ou nenhuma atividade registrada, como no ano de 1976. No ano de 1983 foi registrada uma síntese de todas as atividades realizadas, como demonstra o quadro que segue.

³⁷ Nota: Quadro elaborado pela pesquisadora Gilmar Duarte Plácido.

Quadro 2: Síntese das atividades do ano de 1983 registradas no Livro de Atas das Horas Cívicas.

Atividades	Nº de atividades
Horas Cívicas	10
Campanhas	6
Comemorações	11
Celebrações	5
Atividades Culturais	5
Atividades Esportivas	4
Atividades Formativas	2

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Educação do Sul de Santa Catarina.³⁸

Cabe observar que as primeiras atividades registradas neste documento eram especificamente cívicas e/ou religiosas, no entanto, com o passar dos anos outras atividades foram anotadas, como: campanhas beneficentes, concursos culturais e atividades esportivas. O quadro a seguir apresenta uma síntese das atividades que aconteciam com maior frequência nesta escola.

Quadro 3: Síntese das principais atividades registradas no Livro de Atas das Horas Cívicas (1971-1985). (continua)

Atividades Cívicas	Atividades Religiosas	Campanhas	Festas	Atividades Diversas
Semana da Pátria	Missas	Agasalho	Dia das Mães	Semana da Comunidade
Dia da Bandeira	Campanha da Fraternidade	Flagelados da Enchente	Dia dos Pais	Semana do Meio Ambiente
Proclamação da República	Dia de Ação de Graças	Missões	Dia da Criança	Semana do Livro

³⁸ Nota: Quadro elaborado pela pesquisadora Gilmar Duarte Plácido.

(continuação)

Vultos Nacionais	Dia de São Pedro	Evasão Escolar	Dia do Professor	Semana da Saúde
Aniversário da “Revolução”	Dia de São Francisco de Assis	Material Escolar	Páscoa	Dia do Índio
Sesquicentenário da Independência		Nordeste Urgente	Festa Junina	Dia do Trabalho
Descobrimto do Brasil			Festa da Primavera	Fundação de Brasília

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Educação do Sul de Santa Catarina.³⁹

É importante destacar que todas as práticas cívicas registradas iniciavam com o Hino Nacional e hasteamento da Bandeira. Em geral, nestas atividades a diretora ou alguém representando o corpo docente fazia uma fala alusiva à data ou tema comemorado, e em seguida os/as alunos/as apresentavam poemas, danças, teatros, jograis, desfiles, cartazes e leitura de textos e biografias. Além disso, na maioria das vezes havia uma parte religiosa, que poderia ser a leitura de um trecho da Bíblia, uma fala sobre a campanha da Fraternidade, alguma oração ou missa na igreja da comunidade.

A partir de 1979 os membros do CCE passaram a ajudar na organização das atividades cívicas, festas e campanhas realizadas na escola. O quadro abaixo apresenta o número de reuniões e atividades registradas no Livro de Atas do CCE Duque de Caxias.

³⁹ Nota: Quadro elaborado pela pesquisadora Gilmara Duarte Plácido.

Quadro 4: Registro de atividades do Centro Cívico Escolar Duque de Caxias.

Registros do Centro Cívico Escolar Duque de Caxias	
Ano	Nº de Registros/Reuniões
1979	1
1980	7
1981	4
1982	3
1983	5
1984	6
1985	10
1986	2
Total	38

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Educação do Sul de Santa Catarina.⁴⁰

Durante os oito anos de funcionamento do CCE foram registradas no livro de atas 38 reuniões. Destes registros, grande parte foi para discutir a organização da campanha das chapas concorrentes e eleição da diretoria do CCE, que ocorriam anualmente. Em alguns momentos houve reunião do Centro Cívico para discutir a organização e realização de comemorações cívicas e festas, como o Dia das Mães, Festa Junina e Festa do Ancião. O processo eleitoral do CCE obedecia às regras estabelecidas pelas Diretrizes da Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC). Neste sentido, as eleições ocorriam anualmente, após um período de campanha das chapas concorrentes. Todos/as os/as alunos/as participavam da votação e posteriormente a chapa vencedora tomava posse.

O funcionamento das eleições do CCE da E.E.B. Prof^a Julieta Torres Gonçalves foi definido na primeira reunião do ano de 1980. Os participantes da reunião estabeleceram “o modelo de título, os alunos com direito o voto e pais, professores e cidadãos que poderão votar, uma vez fazendo o título modelo da Escola”. Além disso, nessa mesma

⁴⁰ Nota: Quadro elaborado pela pesquisadora Gilmara Duarte Plácido.

reunião foi definido também “o tempo de campanha eleitoral e como deveriam proceder”. (ATA Nº 1/80, p. 3).

A análise das atas do CCE revelou que havia uma indicação prévia dos nomes dos/as alunos/as que poderiam concorrer às eleições, pois, de acordo com a Ata nº 1/82, no dia 2 de abril de 1982 aconteceu uma reunião entre a diretoria do CCE, a diretora da escola e professores/as responsáveis pelo CCE, para definir, entre outros assuntos, a “indicação de nomes de alunos, que possuem liderança, para formarem as chapas que irão concorrer a direção do CCE”. (LIVRO DE ATAS CCE, 1979-1985, p. 32). Aqui fica evidente a interferência e controle por parte do corpo docente e direção escolar, haja vista que somente alguns alunos e alunas poderiam fazer parte da diretoria do CCE, que era composta por: Presidente, Vice-Presidente, Secretário, 2º Secretário, Tesoureiro, 2º Tesoureiro, Diretor Social, Diretor Cultural, Diretor Esportivo, Departamento e Orador. A partir de 1983 foi criado o cargo de Diretor Religioso.

A criação do cargo de Diretor Religioso evidencia a forte presença da Igreja Católica nesta escola pública, pois à época era administrada por uma Congregação Religiosa. Além disso, naquele período a aliança entre Estado e Igreja refletia com mais ênfase sobre o sistema educacional. A influência da Igreja Católica na educação brasileira é evidenciada no *Guia de Civismo*, pois Valle (1969, p. 76) afirma que “a religião católica apostólica romana, com a República, deixou de ser a religião oficial do Estado, sem, por isso, perder a proteção constitucional necessária às suas atividades na formação religiosa do brasileiro”.

A composição da diretoria do CCE evidencia a questão hierárquica, pois cada aluno/a possuía uma função específica e deveria exercê-la com responsabilidade, pois eram muito cobrados pelos/as orientadores/s do CCE, em reuniões posteriores. Participavam das reuniões o professor ou professora responsável, a diretoria composta por alunos/as e representantes de turma. Algumas vezes o diretor ou diretora da escola também comparecia, geralmente na primeira reunião do ano letivo e nas tomadas de posse. Durante os oito anos de funcionamento do CCE sete professores/as foram responsáveis pela orientação desta instituição extraclasse, como demonstra o quadro abaixo.

Quadro 5: Professoras responsáveis pelo Centro Cívico Escolar Duque de Caxias.

Ano	Professora Orientadora do CCE
1979	Marlene Zilli Cruz; Salute Minotto e Sidney Bonotto Rampinelli
1980	Ledenir Búrigo e Marlene Zilli Cruz
1981	Ledenir Búrigo e Maria Vieira
1982	Leony Elza Peplau Kauling e Maria Marli Vieira
1983	Leony Elza Peplau Kauling e Maria Marli Vieira
1984	Leony Elza Peplau Kauling e Maria Marli Vieira
1985	Leony Elza Peplau Kauling
1986	Neusa Nuernberg Duarte

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Educação do Sul de Santa Catarina.⁴¹

O quadro seguinte demonstra o número de eleições e de chapas concorrentes à diretoria do CCE durante os oito anos de registro das atividades.

Quadro 6: Denominação das chapas concorrentes ao Centro Cívico Escolar Duque de Caxias.

Ano	Chapas concorrentes		Chapa Vencedora
1979	--		--
1980	Patriotas	Escolar	Patriotas
1981	Batalhadores	Unidos	Unidos
1982	Os Bandeirantes	Juvenil	Os Bandeirantes
1983	Catarinense	Defensores	Defensores
1984	Olímpicos	Amizade	Olímpicos
1985	Paz e Amor	--	Paz e Amor
1986	Executiva	JUBA	Executiva

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Educação do Sul de Santa Catarina.⁴²

⁴¹ Nota: Quadro elaborado pela pesquisadora Gilmara Duarte Plácido.

⁴² Nota: Quadro elaborado pela pesquisadora Gilmara Duarte Plácido.

A definição de alguns nomes das chapas referencia o momento vivenciado pelos/as alunos/as, ou seja, o período da ditadura civil-militar, época em que os estudantes não tinham autonomia e deveriam respeitar a hierarquia. Sendo assim, a escolha do nome parece ser reflexo daquilo que se apregoava na escola. Percebe-se a referência ao civismo na escolha de alguns nomes, como: Patriotas, Defensores, Bandeirantes e Batalhadores. No entanto, outros nomes demonstram outros aspectos importantes para os estudantes, como: a Amizade, a União, o esporte na escolha do nome Olímpicos e a ideia de Paz e Amor, coincidindo com o período de abertura política.

Muitas atividades foram registradas nestes documentos, portanto, analiso a seguir os registros em que se percebe uma aproximação maior entre o que era prescrito no *Guia de Civismo*, tendo como categorias de análise os conceitos de democracia, religião e civismo.

4.2 O DISCURSO DA SOCIEDADE LIVRE E DEMOCRÁTICA

O discurso sobre Democracia destaca-se no *Guia de Civismo*, e também é proeminente nos registros das atividades cívicas desenvolvidas na escola. Por meio das práticas de civismo ensinadas nas escolas o governo militar tentou homogeneizar e disciplinar os/as estudantes, evitando oposições à política adotada pelo governo e justificando o golpe militar, considerado por eles uma “Revolução”, necessária naquele momento, pois a democracia brasileira estava ameaçada pelo avanço comunista, na visão dos militares.

Além disso, por meio da educação pretendia-se suprir a demanda do mercado de trabalho através do ensino profissionalizante. Segundo Germano (2005), do ponto de vista teórico, a política educacional do regime militar era baseada na economia da educação de cunho liberal, a mesma que elaborou a teoria do capital humano, estabelecendo relação direta e de subordinação da educação à produção. Diversas medidas foram adotadas para que a educação brasileira cumprisse o papel de difusora e formadora de cidadãos ideais para o novo modelo de Brasil que se pretendia construir, de acordo com Filgueiras (2006, p. 3377-3378):

Os militares utilizaram a educação de forma estratégica, controlando-a política e ideologicamente. A concepção de educação do regime militar estava centrada na formação de capital humano, em atendimento as necessidades

do mercado e da produção. A escola era considerada uma das grandes difusoras da nova mentalidade a ser inculcada - da formação de um espírito nacional. A reforma do ensino propôs um modelo de socialização, que tinha como estratégia educar as crianças e jovens nos valores e no universo moral conformando os comportamentos do homem, da mulher e o vínculo familiar.

Ao analisar as Atas das Horas Cívicas fica evidente tanto a ideia de “revolução” quanto a importância da formação profissional, pois nesta escola seria implantado o MOBREAL⁴³. O projeto foi criado com o intuito de alfabetizar jovens e adultos, pois o analfabetismo representava um entrave ao desenvolvimento do Brasil. Segundo Saviani (2008), após o golpe militar a educação pública foi vinculada aos interesses e necessidades do mercado, com isso, a “teoria do capital humano” foi incorporada às reformas educacionais. Ainda segundo Saviani (2008, p. 296), esta concepção pedagógica privilegiava:

[...] educação como formação de recursos humanos para o desenvolvimento econômico dentro dos parâmetros da ordem capitalista; na função de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho atribuída ao primeiro grau de ensino; no papel do ensino médio de formar, mediante habilitações profissionais, a mão de obra técnica requerida pelo mercado de trabalho; na diversificação do ensino superior, introduzindo-se cursos de curta duração, voltados para o atendimento da demanda de profissionais qualificados; no destaque conferido à utilização dos meios de comunicação de massa e novas tecnologias como recursos pedagógicos; na valorização do planejamento como caminho para racionalização dos investimentos e aumento de sua produtividade; na proposta de criação de um amplo programa de alfabetização centrado nas ações das comunidades locais.

⁴³ A sigla MOBREAL significa Movimento Brasileiro de Alfabetização. O MOBREAL foi um projeto criado por meio da Lei nº 5.379, de 15 de Dezembro de 1967, no qual estava prevista a alfabetização funcional e educação continuada de jovens e adultos. (BRASIL. LEI Nº 5.379/67)

Sob esta perspectiva, as reformas educacionais adotaram a tendência tecnicista, privilegiando a formação profissionalizante com o intuito de suprir a demanda de mão de obra para o mercado de trabalho. Adotando um discurso otimista em relação ao desenvolvimento e futuro econômico do país, os militares pretendiam também legitimar a “Revolução de 1964”. De acordo com Saviani (2008), o golpe de 1964 foi articulado entre empresários e militares com o intuito de garantir a continuidade da ordem socioeconômica.

Durante os anos de 1971, 1973 e 1978 a escola realizou atividades cívicas em comemoração ao “Aniversário da Revolução”. Nestas comemorações, os/as estudantes apresentaram números culturais alusivos à data. Por meio de poesias, jograis, teatros, música, entre outras formas de apresentações culturais, a escola intentava cumprir o papel que lhe fora atribuído, ou seja, formar cidadãos e cidadãs patriotas que trabalhassem pelo crescimento, progresso e ordem do país.

Neste sentido, no dia 31 de março de 1971 aconteceu na escola uma Hora Cívica em comemoração ao aniversário da “Revolução de 1964”. Nesse dia, a diretora da escola, Irmã Augustina Tondim, proferiu uma palestra alusiva à data, em seguida ao som do Hino Nacional foi hasteada a Bandeira Nacional. Posteriormente, o professor Arídio Luiz Daminelli falou a respeito da data e o professor Valério Zanelatto explicou como iria funcionar o MOBRAL na escola. Depois das explicações os/as alunos/as fizeram as apresentações que foram descritas na Ata nº 2/1971, do livro de Atas das Horas Cívicas (1971-1985, p. 04), seguindo esta programação:

- 5) A aluna Zilda Zanelatto fêz (sic) a leitura de um trecho que falava sôbre (sic) o Brasil; 6) Os alunos do Ginásio entoaram o canto: Estudante do Brasil; 7) Jogra: Pátria, por seis alunos do oitavo grau; 8) Poesia: Pátria, pela aluna Valnir Nuernberg; 9) Canto “Eu te amo meu Brasil” acompanhado do disco; 10) Os Mandamentos Cívicos, lido por um grupo de alunos; 11) Hino à Bandeira; 12) Encerramento, conclusão prática do civismo. Esta hora constou também de uma parte religiosa, feita na igreja. 1) Disco – Música; 2) Introdução e sentido daquela hora; 3) Disco: Balada da Caridade; 4) Celebração da Fraternidade; 5) Disco: Coração aberto para amar; 6) Leitura de um trecho da Bíblia; 7) Canto: Fraternidade; 8) Prece dos fiéis; 9) Oração: Quem és tu Senhor?, feita por um

jovem; 10) Música: Meu rosto é alegria; 11)
Canto final: Damos graças ao Senhor.

Por meio das atividades descritas no excerto acima é possível perceber uma forte aliança entre Estado e Igreja Católica. O título dos poemas, as orações, o hino, os mandamentos cívicos e as músicas demonstram a imbricação entre o cívico e o religioso. Uma das músicas mencionadas é “Eu te amo meu Brasil”, gravada em 1970 pela dupla Dom e Ravel, e também pela banda Os Incríveis. A letra dessa música exalta o Brasil e suas riquezas e belezas naturais, bem como atribui a Deus as coisas boas do país. Segue a letra da música:

As praias do Brasil ensolaradas
O chão onde o país se elevou
A mão de Deus abençoou
Mulher que nasce aqui
Tem muito mais valor
O céu do meu Brasil tem mais estrelas
O sol do meu país mais esplendor
A mão de Deus abençoou
Em terras brasileiras
Vou plantar amor

Eu te amo meu Brasil, eu te amo
Meu coração é verde, amarelo, branco, azul anil
Eu te amo meu Brasil, eu te amo
Ninguém segura a juventude do Brasil

As tardes do Brasil são mais douradas
Mulatas brotam cheias de calor
A mão de Deus abençoou
Eu vou ficar aqui
Porque existe amor

No carnaval os povos querem vê-las
No colossal desfile multicolor
A mão de Deus abençoou
Em terras brasileiras
Vou plantar amor

Adoro meu Brasil de madrugada
Na hora em que estou com meu amor

A mão de Deus abençoou
A minha amada vai comigo aonde eu for

As noites do Brasil, tem mais beleza
A hora chora de tristeza e dor
Porque a natureza sopra e ela vai-se embora
Enquanto eu planto o amor
(EU TE AMO MEU BRASIL, 2015).

Esta música foi gravada no início da década de 1970, à época o país estava sendo governado pelo general Emilio Garrastazu Médici (1969-1974). Esse período ficou conhecido como “anos de chumbo”, por se tratar do período mais repressivo e violento da ditadura civil-militar. No entanto, segundo Almeida (2009, p. 16), “a ESG⁴⁴ recorre à ação psicológica, cujo trabalho visa a elevar o moral da população”, neste sentido, inúmeras propagandas, músicas e hinos de caráter ufanista foram criados.

Em 1973, a Hora Cívica em comemoração ao nono aniversário da “Revolução” teve início pela manhã com o Hino Nacional e hasteamento da Bandeira. Em seguida, duas bandeiras nacionais velhas foram incineradas. De acordo com a Ata nº 3/73 do Livro de Atas das Horas Cívicas, (1971-1985 p. 21-22), naquela ocasião a Hora Cívica contou com as seguintes apresentações:

2. A Bandeira Brasileira, pela primeira série.
 3. Acabou a anarquia, jogral, também apresentado pela primeira série.
 4. Poesias: Nossa escola e A Liberdade, pelos alunos da segunda série.
 5. O Brasil, poesia declamada por alguns alunos da terceira série.
 6. Jogral: Brasil, por alguns alunos da quarta série A.
 7. Cantos: Nosso Brasil, Marchar e Cantar, por todos os alunos da quarta série B.
 8. Poesia: O Espertalhão, por um aluno da quarta série C.
- Pela tarde foi realizado com todos os alunos da quinta a oitava série, o arreamento da Bandeira tendo como programa:
1. Jogral: Exaltação, por todos os alunos da sexta série A.
 2. Leitura de um trecho: O que é o Brasil, pela aluna Natércia Damiani, da sexta série B.

⁴⁴ Escola Superior de Guerra.

3. O mapa do Brasil: Jogra! executado pela sétima série A. [...].

Disseminar a ideia de que a “Revolução” era necessária para conter o comunismo que “ameaçava” a democracia brasileira, era importante para obter o apoio popular e legitimar o golpe. Neste sentido, as apresentações feitas pelos/as alunos/as procuravam mostrar que naquele momento o país era “livre e democrático” e salvo dos subversivos e perturbadores da ordem, como indica o título do jogra! “Acabou a anarquia”.

Todas as apresentações feitas pelos estudantes tinham cunho cívico, religioso e/ou político, pois era necessário fortalecer o patriotismo nos/as alunos/as, porque este era o modelo de cidadão que se desejava para o Brasil naquele momento. A ideia era formar brasileiros e brasileiras comprometidos/as com o crescimento do país, porém, obedientes e pacíficos/as, que não questionassem as ações tomadas pelo governo. Para isso, era preciso criar meios de fortalecer a identidade e unidade nacional. O papel da escola era formar cidadãos dispostos a trabalhar pelo futuro da nação. Nesse sentido, a disciplina de Educação Moral e Cívica tornava-se fundamental para que os/as alunos/as aprendessem os preceitos da moral cristã e do civismo.

De acordo com Filgueiras (2006), a discussão em torno do civismo era uma das preocupações dos militares, pois o cidadão fazia parte de um organismo maior e precisava fazer sua parte para contribuir com o fortalecimento e crescimento desse organismo. Dessa forma a disciplina de EMC também contribuía para disciplinar os estudantes, dificultando o avanço dos movimentos estudantis. Neste sentido Filgueiras (2006, p. 39) afirma que “a formação moral e cívica era considerada necessária para impedir que as idéias (sic) subversivas tomassem conta dos jovens, além de prepará-los para uma futura participação na sociedade, de acordo com a proposta do regime militar”.

A ideia era combater a subversão homogeneizando os corpos, ou seja, estimular o patriotismo foi o método utilizado na tentativa de construir o modelo de cidadão em conformidade com o ideal militar. Além de disciplinar, a escola era o local ideal para que as crianças e jovens pudessem ser preparados para trabalhar para o progresso do país. Mantê-los por mais tempo dentro do espaço escolar era uma forma de controlá-los e vigiá-los constantemente, evitando que movimentos estudantis e oposições ao regime militar aumentassem.

Para reforçar o controle e orientar as ações estudantis foi criada a Lei nº 4464/64, conhecida como Lei Suplicy. Esta lei dispunha sobre o

funcionamento e as atribuições das entidades estudantis. Ao analisar a lei Suplicy, Santana (2007, p. 65), afirma:

[...] a sua real intenção era a extinção do movimento estudantil, visto que suas imposições tentavam acabar com a participação política dos estudantes e destruir a autonomia e representatividade de suas entidades em todos os níveis, transformando estas últimas em simples apêndices do Ministério da Educação.

Certamente, as ações do Centro Cívico Escolar, das Horas Cívicas e de Educação Moral e Cívica procuravam conter algo que estava latente, ou seja, o movimento estudantil de contestação. Era muito importante para a manutenção do regime militar disseminar entre os estudantes a ideia de que o Brasil era um país democrático, dessa forma este tema deveria permear as ações escolares. Uma destas ações aconteceu no dia 21 de abril de 1972, em comemoração ao Sesquicentenário da Independência do Brasil⁴⁵, e foi registrada na Ata nº 5/72, do Livro de Atas das Horas Cívicas:

Não havendo possibilidades de instalar um aparelho de televisão, para ver e ouvir as palavras do Presidente Médici, a concentração cívica teve lugar no próprio estabelecimento, com início as dezessete horas e trinta minutos. Dando abertura a hora cívica, o professor Valério Zanellato, proferiu algumas palavras alusivas à data. A diretora fez um apelo aos presentes para que o acontecimento fosse comemorado em espírito de civismo e na vida prática procurássemos realizar os ideais de uma nação democrática. Em seguida fez-se o hasteamento da bandeira nacional ao som do hino nacional, entoado pelos presentes. Houve também a participação dos alunos, que se referiram à data, com poesias, jograis e cantos. Acabada a concentração Cívica, teve lugar, na

⁴⁵ As comemorações ao Sesquicentenário da Independência iniciaram em abril de 1972 e se estenderam até o dia 7 de setembro do mesmo ano. A programação das comemorações incluía diversas atividades, como saraus, exposições, competições esportivas, concurso de monografias, paradas militares, entre outras. (SOSNOSKI, 2013)

igreja matriz a parte religiosa, com a Celebração Eucarística. No final da mesma foi entoado o Hino de Ação de Graças, por ser a nação brasileira livre. (ATA Nº 5/72 E.E.B. Julieta Torres Gonçalves, 1972, p. 14).

É importante ressaltar que nesse dia, 21 de abril de 1972, o general Emilio Garrastazu Médici fez um pronunciamento de abertura das comemorações, que foi transmitido via rádio e televisão para todo país⁴⁶. Mesmo não tendo assistido ao pronunciamento do presidente Médici, é possível perceber que as apresentações e atividades cívicas desenvolvidas nesse dia estavam em conformidade com o discurso feito pelo presidente, no qual ele ressalta a ideia de país democrático e livre, bem como a importância do patriotismo e da fé em Deus para o crescimento da nação.

Em 1972, a Semana da Pátria contou com uma programação extensa, pois todos os dias houve uma Hora Cívica com o Hino Nacional e a Bandeira foi hasteada por um membro da comunidade, além de apresentações costumeiras feitas pelos/as alunos/as. Nesta semana também foi inaugurada a Banda da Escola, que teve como padrinho o Sr. Antônio Cavaller, eleito pelos/as alunos/as. As comemorações encerraram no dia sete de setembro com uma missa às 7h30, e em seguida teve início o desfile pelas ruas da comunidade. Ainda de acordo com a Ata nº 6/72 (p. 17), a programação foi a seguinte:

Hino Nacional com o hasteamento da Bandeira feito pelo Sr. Alfredo Bortoluzzi, representante do Sr. Prefeito Municipal; Auto do Sesquicentenário da Independência, por um grupo de alunos da

⁴⁶ O presidente Médici iniciou o discurso exaltando Tiradentes por ser “nosso maior herói nacional e patrono cívico da nação brasileira”. Ele afirma que naquele momento, em todas as cidades do país, muitos brasileiros estão reunidos para ouvi-lo e participar dessa comemoração cívica. Médici ressalta a importância dos movimentos e lutas pela soberania da nação e afirma que todos os brasileiros devem continuar lutando com trabalho, inteligência, idealismo, renúncia e se for necessário, com o “sangue de homens como todos nós”, para manter e ampliar a soberania do país, pois os interesses do Brasil estão acima dos interesses pessoais. Por fim, o presidente agradece a Deus pela liberdade e soberania da nação e pede para que todos os cidadãos se unam com confiança e fé para construir o país desejado pelos precursores. (BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1972, p. 47-49).

oitava série. Hino do Sesquicentenário; Marco extraordinário; Palavras do Professor Valério Zanellato; Poesia à Independência por uma aluna da oitava série; canto: Nosso Brasil, pela terceira série A; Poesia: O trabalho, por um aluno da quarta série A; Poesia: canta Brasil, por uma aluna da quinta série A; Jogra: Brasil eu te amo, pelos alunos da C.B.I.; canto: Crianças somos do Brasil; Hino à Independência; Palavra à disposição, fazendo uso da mesma o Sr. Alfredo Bortoluzzi [...]

O ano de 1972 foi marcado pelas comemorações do Sesquicentenário da Independência. Segundo Sosnoski (2013), o *Hino do Sesquicentenário* foi um dos símbolos criados para as comemorações. A composição da letra e música é de Miguel Gustavo Werneck, também autor da famosa “Pra frente Brasil”, marcante na Copa do Mundo de Futebol de 1970. A música foi gravada por Miltoninho, à época um famoso cantor, e a música era veiculada exaustivamente na rádio e na televisão. Este Hino era cantado nas escolas e tocado nos desfiles da Semana da Pátria de 1972.

A criação de Hinos, músicas, propagandas e outros elementos fazia parte da estratégia adotada pelo Estado para fortalecer a moral e o civismo. Neste sentido, a Igreja Católica desempenhava um importante papel, pois, por meio dos preceitos cristãos, tentava-se moldar a conduta dos cidadãos. Além disso, a aliança entre Estado e Igreja Católica foi fundamental no sentido de obter o apoio popular e legitimar o golpe, haja vista que o comunismo era visto como uma ameaça à democracia brasileira, na visão dos militares e de um determinado segmento da sociedade civil.

4.3 A IGREJA CATÓLICA PRESENTE NAS PRÁTICAS CÍVICAS E ESCOLARES

O posicionamento da Igreja Católica durante a ditadura civil-militar não foi homogêneo, pois a instituição, que no início apoiou o golpe, mudou de posicionamento no decorrer do regime. Além disso, havia divergências de opiniões entre os membros da própria instituição. A realização da *Marcha da Família com Deus pela Liberdade* evidenciou o apoio da instituição ao golpe. Segundo Teixeira (2013), à época a Igreja estava engajada no combate ao comunismo, com o intuito

de manter a ordem as autoridades constituídas, justificando assim o apoio ao regime militar.

Porém, no decorrer da ditadura, a Igreja Católica adotou outra postura, pois não concordava com os métodos de repressão abraçados pelos militares. Segundo Teixeira (2013), as questões sociais e a luta pelos direitos humanos foram fatores que contribuíram para a mudança de posicionamento da instituição frente ao regime militar. O autor ainda afirma que o ano de 1968 é considerado o ano da virada da relação de apoio entre a Igreja Católica e o regime, e a partir desse ano a Igreja também passa a ser perseguida em virtude das críticas ao regime feitas pelos clérigos.

Cabe ressaltar que em 1968 foi decretado o Ato Institucional nº5⁴⁷. A partir do AI-5, a repressão, a tortura, a violência e a censura aos meios de comunicação se tornaram mais contundentes. Portanto, é importante perceber que foi neste contexto instável entre a Igreja e o regime militar que as religiosas da Congregação iniciaram seu trabalho na E.E.B. Prof^a Julieta Torres Gonçalves.

A análise destas atas evidenciou a forte presença do cristianismo nas práticas cívicas desta escola, considerando que à época esta instituição de ensino era dirigida por uma Congregação religiosa católica. Além disso, havia uma articulação entre Igreja Católica e educação, pois se tentava incutir preceitos morais com bases cristãs nos estudantes brasileiros.

Em quase todas as atividades cívicas havia uma parte religiosa. Nos momentos mais solenes, como início e encerramento do ano letivo, Semana da Pátria e tomada de posse dos membros do CCE, ou em dias de festa, como o Dia das Mães, Páscoa ou aniversário de algum religioso, todos eram reunidos na igreja para uma celebração litúrgica. As outras comemorações cívicas realizadas na própria escola também contavam com uma parte religiosa, que poderia ser a leitura de um trecho da Bíblia ou Campanha da Fraternidade e cantos católicos.

Todo início e encerramento de ano letivo era marcado por alguma celebração religiosa. O início do ano letivo de 1971 foi marcado por uma Hora Cívica em que todo corpo docente e discente foi reunido na

⁴⁷ O Ato Institucional nº 5, AI-5, foi decretado no dia 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva, e vigorou até dezembro de 1978. Este Ato Institucional “definiu o momento mais duro do regime, dando poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem inimigos do regime ou como tal considerados”. (FGV-CPDOC, 2015).

Igreja para a celebração de uma missa no período matutino. No período vespertino, os/as alunos/as foram recebidos na escola e também participaram de uma celebração litúrgica, composta por duas leituras da Bíblia, uma mensagem do papa e uma oração. (ATA HORAS CÍVICAS Nº 1/71).

O lema da Campanha da Fraternidade também era apresentado aos estudantes. Em 1973, todo corpo docente e discente foi reunido no salão paroquial para dar início às atividades do ano. Naquela ocasião a diretora da escola falou aos estudantes sobre a Campanha da Fraternidade, cujo lema era “O egoísmo escraviza, o amor liberta”. Ainda neste dia, todos foram até a Igreja, onde houve uma “celebração eucarística, para pedir as bênçãos e luzes do Divino Espírito Santo, para o ano letivo”. (ATA HORAS CÍVICAS Nº 1/73, p. 20).

O catolicismo também se fez presente nas homenagens a São Pedro e São Francisco de Assis. A homenagem a São Pedro aconteceu em junho de 1979, como foi relatado do Livro de Atas das Horas Cívicas (1971-1985, p. 40), com a seguinte programação:

[...] uma missa com a participação da Direção, corpo docente e discente. Ficaram a cargo dos alunos as cerimônias variáveis da missa bem como os cantos. O Padre Vigário na hora do sermão, baseado no Evangelho falou sobre São Pedro como homem de fé e força de vontade, atitudes dignas de nossa imitação. Falou também que foi constituído por Cristo como chefe da Igreja sendo o atual Papa seu legítimo sucessor.

A forte presença do cristianismo em todas as atividades demonstra a influência da Congregação nesta escola pública. É possível inferir também que, apesar das divergências entre Estado e Igreja em relação aos métodos repressivos e problemas sociais, as religiosas se apropriaram das diretrizes morais e cívicas implantadas durante o regime. Cabe ressaltar que no decorrer da ditadura civil-militar, a Igreja Católica se dividiu em relação ao apoio ao regime. Enquanto a ala conservadora apoiava o autoritarismo, outra ala, chamada progressista lutava pelo processo de anistia política e pelo fim da ditadura.

Além das virtudes morais exaltadas pela Igreja Católica, o culto aos vultos nacionais também contribuía para a formação do cidadão brasileiro, pois estes personagens representavam os grandes defensores e amantes da pátria, portanto considerados exemplos a serem seguidos.

4.4 O CIVISMO EXALTADO POR MEIO DOS SÍMBOLOS E VULTOS NACIONAIS

As práticas cívicas tinham por objetivo despertar e incutir entre os estudantes o sentimento de amor e respeito à pátria. Em virtude disso, era necessário que todos conhecessem e cultuassem os símbolos e vultos nacionais. Desta forma, em todas as práticas cívicas estes elementos eram exaltados, pois, segundo Maia (2014, p. 94):

As práticas cívicas, realizadas pelos cidadãos conscientes de seus deveres na manutenção da nação, estão apoiadas nas estruturas culturais. O civismo por ser um valor superior absoluto constrói um aparato simbólico igualmente absoluto como os hinos, os heróis, as datas singulares e os mitos de origem.

O ritual cívico sempre iniciava com o hasteamento da Bandeira e o Hino Nacional, posteriormente seguiam as apresentações alusivas à data comemorada. A bandeira e o hino nacional são símbolos nacionais, sobre isso Hobsbawm (1997, p. 19) afirma:

A Bandeira Nacional, o Hino Nacional e as Armas Nacionais são os três símbolos através dos quais um país independente proclama sua identidade e soberania. Por isso, eles fazem jus a um respeito e a uma lealdade imediata. Em si já revelam todo o passado, pensamento e toda cultura de uma nação.

Segundo Almeida (2009), os símbolos nacionais buscam expressar valores e ideias, veiculando ideologias e desempenhando um papel normativo e pedagógico, que durante o regime militar foram utilizados para contribuir positivamente para a imagem do novo regime e estimular imaginário popular em direção aos valores do Estado de Segurança Nacional. Neste sentido, além dos símbolos nacionais, os vultos nacionais também deveriam ser cultuados, pois eram considerados exemplos a serem seguidos.

Em virtude disso, era necessário conhecer a biografia de cada um deles e homenageá-los em datas específicas. Na E.E.B. Professora Julieta Torres Gonçalves, alguns personagens eram homenageados com mais frequência, a saber: Tiradentes, Padre Anchieta e Duque de Caxias.

Durante os anos de 1971 a 1985, período de registro do Livro de Atas Horas Cívicas, Tiradentes foi homenageado 12 vezes, Padre Anchieta 8 vezes e Duque de Caxias 6 vezes. Tiradentes foi o vulto nacional que mais recebeu homenagens nesta escola. Apenas durante os anos de 1974, 1976 e 1977 não houve registro de comemoração a esse vulto nacional.

Os vultos nacionais homenageados nesta escola também eram apresentados no *Guia de Civismo* como exemplos de virtude, caráter, patriotismo, dedicação e bravura. Em uma das práticas cívicas realizadas pela escola, os vultos nacionais Duque de Caxias, Tiradentes e Anchieta são homenageados durante um desfile pelas ruas da comunidade.

Figura 12: Representação dos Vultos Nacionais Duque de Caxias, Tiradentes e Anchieta durante o desfile da Semana da Pátria no ano de 1972.



Fonte: Acervo: E.E.B. Prof^a Julieta Torres Gonçalves. Cópia digitalizada CEMESSC.

A imagem mostra o envolvimento da comunidade com a escola, pois é possível perceber que muitos adultos participam do desfile, com cavalo, carros e máquinas agrícolas, enquanto inúmeras pessoas assistem. Além disso, é possível perceber o cuidado na organização e apresentação de cada personagem, pois estes representam um ideal, que

precisa ser alimentado no imaginário social. Esta comemoração cívica demonstra que a cultura escolar não se restringe apenas ao ambiente institucional, ela extrapola o ambiente escolar.

O culto aos vultos nacionais era tão importante que uma das atribuições para organização dos CCEs era a escolha de uma destas personalidades para ser o patrono da instituição. Segundo Costa (1973), de acordo com as Diretrizes para a organização dos Centros Cívicos, o patrono eleito deveria ser brasileiro nato ou naturalizado, já falecido, com qualidades de caráter que tenham beneficiado a comunidade. A escolha do patrono deveria ser feita pela primeira Diretoria do Centro Cívico, porém deveria ser aprovada pela direção da escola.

Na E.E.B. Prof^a Julieta Torres Gonçalves, no dia 16 de maio de 1979 além da criação do CCE foi eleito o patrono desta instituição extraclasse. Segundo consta nos registros do Livro de Atas do CCE (1975-1979, p. 2), a eleição do patrono ocorreu da seguinte forma:

[...] fez-se escolha do patrono do Centro Cívico Escolar. Foram apontados diversos nomes de personagens históricos que foram sujeitos a votação, tais como: José de Alencar, três votos; Machado de Assis, quatro votos; Tiradentes, trinta e seis votos; Duque de Caxias, sessenta e cinco votos; Gonçalves Dias, um voto. Prevalecendo a maioria de votos a seu favor, Duque de Caxias passou a ser o patrono do Centro Cívico Escolar [...].

A escolha de Duque de Caxias para ser o patrono do Centro Cívico estava vinculada à ideia de herói que lutou pela unidade nacional. Mesmo sendo este um soldado que lutou na Guerra do Paraguai, resultando na morte de muitos afrodescendentes, ele foi transformado em herói nacional da República, sendo esta a figura que permaneceu no imaginário popular. Além de ser o patrono do CCE, Duque de Caxias também era o patrono do exército brasileiro, assim era comum acontecer homenagens a ele nos meses de agosto. Segundo consta no Livro de Atas das Horas Cívicas (Ata de nº 3/80, p. 46), a comemoração ao Dia do Soldado aconteceu no dia 25 de agosto de 1980 e contou com a seguinte programação:

- 1º) Poesia: Você sabe quem foi Caxias? Pela aluna Zulma Nascimento da 4ª série “A”; 2) Jogral: Soldado de Deus, por um grupo de

alunos da 5ª série “B”; Poesia: Dia do Soldado, por José Spillere da 2ª série; 4º) Jogral: Homenagem ao Soldado Anônimo, por alunas da 6ª série “A”; 5) Poesia: Duque de Caxias, por Maria Solange Nunes, da 5ª série “A”; 6) Jogral: Somos Soldados, por um grupo de alunos da 7ª série “B”; 7) Poesia: Duque de Caxias, por Rosa Maria Pinheiro da 7ª série A”; 8) Jogral: Caxias, por um grupo de alunos da 3ª série; 9) Pout-porri composto pelo Hino da Escola, Marcha Soldado e O Dia do Soldado, por todos os alunos da 1ª série. Para encerrar foi cantado o Hino à Bandeira.

Por meio das apresentações feitas pelos/as alunos/as, percebe-se que a figura de Duque de Caxias é venerada como um soldado defensor do Brasil. Segundo Bittencourt (1990), Duque de Caxias sempre esteve presente na maioria das obras didáticas como representante da unidade nacional, representante dos soldados e grandioso herói da Guerra do Paraguai.

A utilização de um guia norteador para as ações cívicas foi mais uma estratégia do Estado para obter sucesso na construção do ideal de cidadão. Segundo Valdemarim e Souza (2000), os livros escolares revelam aspectos do currículo escolar ao exprimir normas, valores e conhecimentos específicos de determinado contexto social. Ademais, os livros escolares podem ser considerados objetos culturais, em virtude dos inúmeros sentidos presentes em seu conteúdo.

Outro personagem homenageado foi o Padre José de Anchieta. As homenagens a este vulto nacional aconteciam sempre nos meses de junho, haja vista que este foi o mês de sua morte. Nestas homenagens os/as alunos/as apresentavam músicas, jograis, poemas, entre outros números previamente ensaiados. Em junho de 1972 foi registrada uma Hora Cívica em homenagem a Anchieta. Segundo a Ata das Horas Cívicas (nº 4/72, p.15), os/as alunos/as apresentaram:

[...] Biografia de José de Anchieta pelas alunas Margarida e Sônia do 3º grau; Anchieta na floresta escura, por três alunos do quarto grau; Cosme, Indaiá e Neura; A dança dos Índios, a quem Anchieta dedicou a sua vida, pelas alunas: Joana, Maragrida, Zuleide e Aires; Sorte de São, pela aluna Josani, do terceiro grau; Prece a

Anchieta pela aluna Joana do terceiro grau; Canto indígena pelos alunos do segundo grau. [...]

No ano seguinte, foi registrada no livro de Ata (Ata das Horas Cívicas nº 4/73, p.22) nova homenagem ao Padre Anchieta, seguindo a programação:

[...] Palestra sobre o personagem: Anchieta; Poesias: Anchieta, Prece a Anchieta, Anchieta o Santo, o Apóstolo das Selvas e outras; Um grupo de alunos apresentou sua biografia em forma de jornal; Jograal pelos alunos da 7ª série A: O fundador de uma vila; Ainda, pelos alunos da 6ª série A foram relatados alguns dados e feitos de Anchieta no Brasil.

Esta descrição sobre a homenagem a Anchieta revela como este personagem deveria ser visto pelos estudantes. Pode-se inferir que ele era visto como um padre muito bondoso que havia dedicado toda sua vida em benefício dos indígenas. Além disso, mostra a participação e o envolvimento de toda escola para o cumprimento da obrigatoriedade do estudo e homenagem aos vultos nacionais. Mas este entendimento dos/as alunos/as em relação ao Padre Anchieta é resultado da orientação do corpo docente, pois cada turma tinha que apresentar um número previamente ensaiado/decorado que se repetiria nos anos seguintes.

Os símbolos e vultos nacionais são elementos que expressam valores e ideias, e durante a ditadura civil-militar foram utilizados para difundir entre os cidadãos uma imagem positiva do país e estimular ações populares para manutenção e legitimação do regime instituído.

A escolarização do civismo foi uma estratégia do Estado com o intuito de construir um cidadão obediente à pátria e “convencido” de que vivia em um país democrático. É possível inferir que as práticas educativas desta escola estavam em consonância com a prescrição do *Guia de Civismo*. A religião, o patriotismo e o discurso de país democrático que perpassam todo conteúdo do guia também se faziam presentes nas práticas desta escola.

As campanhas da fraternidade, as leituras bíblicas e as missas eram estratégias adotadas pela congregação para difundir a religião cristã e estimular a crença em Deus, a fé, a solidariedade e caridade entre os/as estudantes. Os poemas, jograis, danças, cantos e teatros, entre outras apresentações de caráter ufanista, eram táticas adotadas

pelos/as estudantes, sob a coordenação docente, que cumpriam o papel de desenvolvimento do patriotismo e legitimação do regime.

De acordo com o guia, a formação cívica compreendia o desenvolvimento do caráter, do patriotismo e da ação. Portanto, a formação do caráter seria estimulada pela moral cristã, sendo assim, a Igreja Católica desempenhava um papel fundamental. O patriotismo era estimulado por meio do culto aos símbolos e vultos nacionais, bem como pela comemoração das datas cívicas. Por fim, a articulação entre moral e civismo culminaria na ação do cidadão. Ação em benefício do desenvolvimento, defesa e progresso da nação.

5 CONCLUSÃO

Na tentativa de compreender como se deu a articulação entre civismo e Igreja Católica nas práticas educativas realizadas pela E.E.B. Profª Julieta Torres Gonçalves durante os anos de 1971 a 1985, foi necessário entender o contexto no qual estas práticas, que caracterizam a cultura escolar desta instituição de ensino, estavam inseridas. Pois, como afirma Dominique Julia (2001, p. 9), “a cultura escolar não pode ser estudada sem o exame preciso das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas”.

Neste sentido, no primeiro capítulo, intitulado *Da Alemanha para o Sul do Brasil: a trajetória da Congregação das Irmãs Escolares de Nossa Senhora e a atuação na E.E.B Profª Julieta Torres Gonçalves*, apresento a trajetória Congregação das Irmãs Escolares de Nossa Senhora (IENS), desde a sua fundação na Alemanha, até a vinda para o Brasil, em 1935. Esta congregação religiosa foi criada em meados do século XIX, com o intuito de propiciar o acesso à educação para meninas pobres. No entanto, com a expansão da congregação para outros territórios a educação não ficou restrita apenas às meninas.

A vinda da Congregação para o núcleo de imigrantes alemães de Forquilha/SC evidencia a importância dada ao trabalho educacional e religioso para o desenvolvimento do núcleo colonial. A congregação, que desde 1935 realizava um trabalho educacional na cidade, enviou algumas de suas religiosas para trabalhar na escola pública do local, bem como auxiliar nos trabalhos paroquiais, atendendo ao pedido dos moradores de São Bento Baixo. Esta congregação veio para substituir as religiosas da Congregação da Divina Providência, que já trabalhavam nesta escola. Em 1971, as religiosas da Congregação das Irmãs Escolares de Nossa Senhora iniciaram o trabalho na E.E.B. Profª Julieta Torres Gonçalves, onde permaneceram até 1985.

É importante compreender que durante esse período estava em curso a ditadura civil-militar no Brasil, época de muitas transformações políticas, econômicas e sociais. Em meio a estas mudanças, diversas reformulações aconteceram no sistema educacional, entre elas a inclusão da disciplina de EMC no currículo escolar, bem como a criação de instituições extraclasse voltadas ao civismo. Estas transformações são apresentadas no capítulo intitulado *A articulação entre civismo e Igreja Católica durante a Ditadura Civil-Militar: analisando o Guia de Civismo*, no qual analiso o *Guia de Civismo* (1969), destinado ao Ensino Médio.

A obrigatoriedade da Educação Moral e Cívica no currículo de todas as escolas brasileiras, bem como a publicação de um *Guia de Civismo* e a criação de instituições extraclasse, como os Centros Cívicos Escolares e as Horas Cívicas, foram estratégias adotadas pelo Estado com o intuito de moralizar os cidadãos e conscientizá-los quanto à importância das ações cívicas para o desenvolvimento e progresso da nação.

As instituições extraclasse, como os Centros Cívicos e as Horas Cívicas, foram criadas com o intuito de disciplinar, educar e formar cidadãos comprometidos com a pátria, dispostos a abrir mão dos interesses individuais em benefício dos interesses da nação. Todas as atividades realizadas eram pensadas e organizadas com a finalidade de transformar os alunos em cidadãos comprometidos com a nação, de modo que todos trabalhassem para o fortalecimento e crescimento do Brasil, de forma coletiva.

O objetivo do guia era implementar ações de cunho educacional cívico-democrático a fim de preparar os/as estudantes para o exercício da cidadania, mas para isso ocorrer foi necessário que as *Idéias Básicas* que norteavam o guia fossem postas em prática nas escolas brasileiras. As ações e práticas cívicas da E.E.B. Prof^a Julieta Torres Gonçalves são apresentadas no capítulo intitulado *Civismo e Igreja Católica na Cultura Escolar da E.E.B. Prof^a Julieta Torres Gonçalves*, no qual procuro perceber a relação entre as práticas cívicas descritas nos livros de Atas e a prescrição do *Guia de Civismo* (1969).

Apesar de não ser possível comprovar se o guia foi utilizado nesta escola, a análise das atas evidenciou que as práticas cívicas realizadas pela escola estavam em consonância com as *Idéias Básicas* apresentadas em tal documento. A ideia de país democrático e livre que perpassa toda discussão do guia estava presente também nas atividades e práticas cívicas realizadas pelos estudantes da escola. Era imprescindível, para a manutenção e legitimação do regime militar, disseminar entre os estudantes esta ideia.

Além da escola, a Igreja Católica também teve um papel fundamental nesse período. Parte da ala conservadora da igreja apoiou o golpe militar e contribuiu para a manutenção do regime. A religião também foi articulada à educação cívica, com o intuito de ensinar os preceitos morais aos estudantes, além de legitimar as ações do Estado, que precisava de aliados no combate ao comunismo. Neste sentido, o guia enfatiza a importância da religião para a formação moral do cidadão, principalmente dos jovens, que eram, para os militares, mais suscetíveis a “influências negativas”, ou seja, ao comunismo.

Durante a ditadura civil-militar a Igreja Católica desempenhou um papel de destaque, especialmente nos programas educacionais de Moral e Civismo. No entanto, as especificidades da cultura escolar desta instituição de ensino revelam a forte influência da Congregação na formação moral e cívica dos estudantes.

O apelo aos símbolos e vultos nacionais servia para estimular os estudantes a seguirem seus exemplos, e com isso obter a participação ativa dos cidadãos em defesa da moral e da ordem nacional. A escolarização do civismo foi uma estratégia do Estado para difundir a ideologia do regime militar, bem como justificar o golpe militar entre as crianças e jovens brasileiros. Por meio das disciplinas e atividades cívicas, o Estado procurava mostrar que não houve um golpe de Estado, mas sim uma “Revolução”, necessária naquele momento, pois a democracia do país estava sendo ameaçada pelo comunismo.

Portanto, as estratégias criadas pelos militares e implantadas no sistema educacional brasileiro tinham o intuito de estimular o patriotismo, o culto aos heróis nacionais e fortalecer o sentimento de unidade nacional em contraposição à ameaça comunista, além de contribuir para o crescimento e desenvolvimento econômico do país, dentro da expectativa dos militares. Para isso, os jovens deveriam ser incentivados a trabalhar para o crescimento do país, participar de atividades cívicas e pautar seu comportamento dentro dos preceitos morais da Igreja Católica.

Algumas estratégias se manifestaram no cotidiano da E.E.B. Julieta Torres Gonçalves. As práticas cotidianas implementadas por meio das ações das Horas Cívicas e do Centro Cívico Escolar Duque de Caxias, durante a gestão da Congregação denotaram o fortalecimento das *Idéias Básicas* que norteavam o *Guia de Civismo*, não havendo indícios de resistência aos propósitos do governo militar. É possível perceber que as religiosas se apropriaram/reforçaram as diretrizes nacionais e tentaram disseminar de forma mais capilar, a moral cristã.

As estratégias se materializaram por meio de uma programação densa e intensa que buscou articular o patriotismo/civismo ao cristianismo. Além de cidadãos e cidadãs mais disciplinados/as, obedientes e orgulhosos/as de sua pátria, era preciso também agregar mais fiéis. Igreja e Estado se unem, com diferentes propósitos e estratégias, mas tentando alcançar algo que fosse ao encontro dos desígnios das duas instituições e que, por conseguinte, deixaram marcas singulares na cultura escolar daquele estabelecimento de ensino.

Ao concluir este trabalho ficam as seguintes indagações: que táticas foram colocadas em prática por aqueles/as alunos e alunas que

vivenciaram as atividades realizadas no âmbito das Horas Cívicas e do Centro Cívico Escolar Duque de Caxias? Quais as recusas e resistências por parte dos/as estudantes na relação de força entre Estado/escola e alunos/as?

REFERÊNCIAS

- ABREU, Márcia. In: CHARTIER, Roger. MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles (trad.). **Formas e Sentido. Cultura Escrita: entre distinção e apropriação.** Campinas, SP: Mercado das Letras; Associação de Leitura do Brasil (ALB), 2003.
- ALMEIDA, Djair Lázaro de. **Educação Moral e Cívica na Ditadura Militar: um estudo de manuais didáticos.** [Dissertação]. São Carlos: UFSCar, 2009.
- ARNS, Irmã Maria Helena. **História das Irmãs Escolares de Nossa Senhora do Colégio Sagrada Família - Forquilha/SC-Brasil.** Ellus Editora e Gráfica, 2000.
- _____. **Hospital São José: Criciúma/SC - Irmãs Escolares de Nossa Senhora.** 2001.
- _____. **A Bem Aventurada Maria Teresa de Jesus: fundadora da Congregação das Irmãs Escolares de Nossa Senhora.** Ir. Maria Helena Arns. Forquilha: Formsul, 2012.
- ARNS, Otília. **Criciúma 1880-1980: a semente deu bons frutos.** Florianópolis, 1985.
- _____. **Forquilha 1912-2002: história e resgate da memória dos nossos antepassados.** Otília Arns, 2003.
- ARQUIDIOCESE DE FLORIANÓPOLIS.** Disponível em:<
http://arquivfn.org.br/detalhe_00500.php?cod_select=571&cod_002=2>
 Acesso em: 01 fev. 2014.
- ATA DAS HORAS CÍVICAS (1971-1985)
- ATA DO CENTRO CÍVICO ESCOLAR (1979-1986)
- BACK, Adolfo. **100 Anos de História de Forquilha.** Criciúma: Editorial, 1995.

BACK, Adolfo. Disponível em:

<<http://br.groups.yahoo.com/group/imigracaoalema/message/290>>.

Acesso em: 20 jul. 2014.

BALDESSAR, Mons. Quinto Davide. **Caminhada Histórica de São Bento Baixo**. Nova Veneza: Formsul, 2006. 283 p.

BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Disponível em: < <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/emilio-medici/discursos-1/1972/07.pdf/download>> Acesso em: 03 jan. 2015.

BIF, Carla Zanette. **História e Historiografia da Colônia de Nova Veneza (SC): uma abordagem de História Ambiental**. [TCC]. Criciúma: Universidade do Extremo Sul Catarinense, 2009.

BITTENCOURT, Circe Maria F. **Pátria, Civilização e Trabalho: o ensino nas escolas paulistas (1917-1939)**. São Paulo: Ed. Loyola, 1990.

BORGES, Zacarias Pereira. **Política e educação: análise de uma perspectiva partidária**. Campinas: Hortograph, 2002.

BORTOLOTTI, Zulmar Hélio. **História de Nova Veneza**. Nova Veneza: Prefeitura Municipal, 1992.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Presidência da República**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm > Acesso em: 16 de abril de 2014.

BRASIL. Decreto-Lei nº 869 de 12 de setembro de 1969. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. **Senado Federal**. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=195811>> Acesso em 13 de abril de 2014.

BRASIL. Decreto-Lei nº 68.065 de 14 de janeiro de 1971. Regulamenta o Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, que dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. **Senado Federal**. Disponível em:

<<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=120351>> Acesso em 14 de abril de 2014.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências.

Presidência da República. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm> Acesso em: 14 de abril de 2014.

BRASIL. Lei nº 4.897, de 9 de dezembro de 1965. Declara Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, patrono da nação brasileira. **Câmara dos Deputados.** Disponível

em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4897-9-dezembro-1965-368995-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 18 ago. 2014.

BRASIL. Lei nº 785/49, de 20 de agosto de 1949. Cria a Escola Superior de Guerra e dá outras providências. **Presidência da República.** Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L785.htm Acesso em: 21 de nov. 2014.

BRASIL. Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967. Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada a adolescentes e adultos. **Presidência da República.** Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5379.htm> Acesso em: 17 dez. 2014.

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas:** o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CERTEAU, Michel de. **Teoria e Método no Estudo das Práticas Cotidianas.** In: Cotidiano, Cultura Popular e Planejamento Urbano. [Anais do Encontro] Orgs. SZMRECSANYI, Maria Ivone. São Paulo: FAU/USP, 1985, p. 3-19.

_____. ALVES, Ephraim Ferreira (trad.). **A Invenção do Cotidiano:** artes de fazer. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural:** entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1988.

_____. MORAES, Reginaldo Carmello Corrêa de (trad.). **A Aventura do Livro: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun/Roger Chartier.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora UNESP, 1998.

_____. PRIORI, Mary Del. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII.** Brasília, Universidade de Brasília, 1999.

_____. MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles (trad.). **Formas e Sentido. Cultura Escrita: entre distinção e apropriação.** Campinas, SP: Mercado das Letras; Associação de Leitura do Brasil (ALB), 2003.

CHAUI, Marilena. **Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária.** São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

CHIAVENATO, Júlio José. **O Golpe de 64 e a Ditadura Militar.** 5 ed. São Paulo: Ed. Moderna, 1995.

COLÉGIO DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS ESCOLARES DE NOTRE DAME. Disponível em: <<http://www.ssnd.org/about-us/our-history/foundation>> Acesso em: 21 nov. 2013.

COLÉGIO SAGRADA FAMÍLIA. Disponível em: <<http://www.iens.org.br/csf/home.php?system=home&page=18>> Acesso em: 14 maio 2014.

CONCURSO GUIA DE CIVISMO. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2884592/pg-24-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-08-04-1968/pdfView>> Acesso em: 01 de abril de 2014.

CONGREGAÇÃO DIVINA PROVIDÊNCIA. Disponível em: <http://www.divinaprovidencia.org.br/novohistorico.htm> Acesso em: 09 maio 2011.

CORREIA, Wilson Francisco. **A Educação Moral e Cívica do Regime Militar Brasileiro, 1964-1985: a filosofia do controle e o controle da filosofia.** **Eccos: revista científica,** São Paulo, v. 9, n. 2, p.489-500, dez. 2007. Disponível em:

<http://www.uninove.br/PDFs/Publicacoes/eccos/eccos_v9n2/eccosv9n2_3k12.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2014.

COSTA, Nilton Severo; SECCO, Celestino Roque. **Centro Cívico: normas para implantação**. Editora Lunardelli, 1973.

CUNHA, Luiz Antônio. SINTONIA OSCILANTE: RELIGIÃO, MORAL E CIVISMO NO BRASIL – 1931/199. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 131, p.285-302, ago. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n131/a0437131.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2014

DOM LUCIANO JOSÉ CABRAL DUARTE. Disponível em: <<http://seminariodearacaju.blogspot.com.br/2012/06/dom-luciano-jose-cabral-duarte-o-homem.html>> Acesso em: 21 jan. 2015.

EU TE AMO MEU BRASIL. Disponível em:<<http://www.letras.com.br/#!/dom-e-ravel/eu-te-amo-meu-brasil>>. Acesso em: 03 jan. 2015.

FARGE, Arlette. MURAD, Fátima. (trad.). **O Sabor do Arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.

FERREIRA JR, Amarildo; BITTAR, Marisa. Educação e Ideologia Tecnocrática na Ditadura Militar. **Cad. Cedes**, Campinas, vol.28, n.76, p. 333-355, set/dez 2008.

FGV-CPDOC. **AI-5**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>> Acesso em: 23 jan. 2015.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. **A Educação Moral e Cívica e sua produção didática: 1969-1993**. 2006. 222 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3301>. Acesso em: 24 set. 2014.

_____. O livro didático de educação moral e cívica na ditadura de 1964: a construção de uma disciplina. In: **Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**. 2006, v.1, p. 3375-3385. Disponível em:<

<http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/302JulianaMirandaFilgueiras.pdf>>. Acesso em: 15 04 2013

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2005.

GUILHERME, Karina Clécia da Silva. **Ditadura Militar e Educação: Uma Análise do Centro Cívico Escolar (1971-1986)**. 2011. 165 f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade de São Paulo, programa de pós graduação em educação, São Paulo, 2011. Disponível em:

<http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=13250>. Acesso em: 11 set. 2013.

HISTÓRICO E.E.B. Julieta Torres Gonçalves, 1984.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (org.). **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOBSBAWN, Eric; TEIXEIRA, Maria Tereza Lopes; PENCHEL, Marcos (trad.). **A Era das Revoluções: Europa 1789-1848**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2007.

JARBAS PASSARINHO. Disponível em:<
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13488&Itemid=945> Acesso em: 01 ago. 2014.

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, n. 1, p.9-43, jun. 2001. Disponível em: <<file:///D:/Users/Usuario/Downloads/273-846-1-PB.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2014

KREUTZ. Lucio. Educação de Imigrantes no Brasil. In: **500 anos de educação no Brasil**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. Escolas Étnicas na História da Educação Brasileira: a contribuição dos imigrantes. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. (orgs.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005, 2 ed. V. 2, p. 150-165.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2003.

LEONEL BRIZOLA. Disponível em: <<http://www.pdt.org.br/pdt/lideres/leonel-brizola>> Acesso em: 07 ago. 2014.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MADRE TERESA DE JESUS. Disponível em: <http://www.lovingjustwise.com/mother_caroline.htm> Acesso em: 09 de dez. 2013.

MAIA, Tatyana de Amaral. Os usos do civismo em tempos autoritários: as comemorações e ações do Conselho Federal de Cultura (1966-1975). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 34, n. 67, p.89-109, jun. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v34n67/a05v34n67.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2015.

MAPA AMREC. Disponível em: <<http://www.amrec.com.br/municipios/index.php#>> Acesso em: 21 de out. 2014.

MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/ditadura-militar-1964-1985-breve-historia-do-regime-militar.htm>> Acesso em: 14 mai. 2014.

MICELI, Paulo. **O Mito do Herói Nacional**. São Paulo: Contexto, 1994.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Abertura de concurso para escolha de um “Guia de Civismo”, destinado a estudantes do ensino médio, a ser editado pela Divisão de Educação Extra-Escolar do Departamento Nacional de Educação e do Ministério da Educação e Cultura. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 08 de abril de 1968, p. 2856. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2884592/pg-24-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-08-04-1968/pdfView>> Acesso em: 15 de abril de 2014.

MOGARRO, Maria João. Os arquivos escolares nas instituições educativas portuguesas. Preservar a informação, construir a memória. **Pro-Posições**, v. 16, n. 1 (46) abr, 2005.

_____. **Os arquivos escolares: realidades e perspectivas na educação portuguesa**. Livro de Resumos do V Congresso Luso Brasileiro de História da Educação. Évora, Portugal, 2004.

NASCIMENTO, Dorval. Nacionalização do ensino catarinense na Primeira República (1911-1920). **Revista Brasileira de História da Educação**. Disponível em: <<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/64>>. Acesso em: 15 fev. 2014, n. 21, p.123-143, dez.2009.

NOMOTO, Irmã Mary Magdalen. (trad.). GIUSTINA, Irmã Maria Conceição Della. **O Sonho de Carolina**. IENS, 1987.

ONGHERO, André Luiz. **Educação Moral e Cívica: Disciplina e prática escolar nas memórias de professores do oeste catarinense (1969-1993)**. 2007. 218 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: <file:///D:/Users/Usuario/Downloads/AndréLuizOnghero.pdf>. Acesso em: 09 maio 2013.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. (trad.). CORRÊA, Angela M.S. São Paulo: Contexto, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PIAZZA, Walter Fernando. (org.). **Dicionário Político Catarinense**. Florianópolis: Edição da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985.

PINTO, Diana Couto. Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário: uma experiência bem sucedida? In: VI Congresso Brasileiro de História da Educação, 2011. **Anais eletrônicos**. Vitória: UFES, 2011. Disponível em: <

http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/044_diana_couto.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2015.

PORTAL VENEZA. **Escola de São Bento Baixo**. Disponível em: <<http://www.portalvенеza.com.br/historicas/>> Acesso em: 21 de nov. de 2013.

PREFEITURA DE FORQUILHINHA. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.forquilha.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/5757#.VPRnHJU5Cbw>>. Acesso em: 02 mar. 2015.

PREFEITURA DE NOVA VENEZA. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.novaveneza.sc.gov.br/nova-veneza/>> Acesso em: 02 mar. 2015.

QUEIMADA. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/educacao-fisica/jogo-queimada.htm>> Acesso em: 14 abr. de 2014.

RABELO, Giani. **Entre o Hábito e o Carvão: Pedagogias Missionárias no Sul de Santa Catarina na Segunda Metade do século XX**. [Tese]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. Mulheres Educadas na Colônia. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO; Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 79-94.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. 26 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SANFELICE, José Luís. O Movimento Civil-Militar de 1964 e os Intelectuais. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 28, n. 76, p.357-378, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n76/a05v2876.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

SANTANA, Flávia de Angelis. **Atuação política do movimento estudantil no Brasil: 1964 a 1984**. 2007. 249 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em:

<file:///D:/Users/Usuario/Downloads/DISSERTACAO_FLAVIA_ANGELIS_SANTANA.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2013.

SANTOS, Ivanaldo. A crítica de Karl Marx à religião na obra A Questão Judaica. In.:_____. **Trilhas Filosóficas**. Ano 1, n. 1, p. 43-53, jun. 2008. Disponível em: <[http://www.uern.br/outros/trilhasfilosoficas/conteudo/A%20cr%C3%A](http://www.uern.br/outros/trilhasfilosoficas/conteudo/A%20cr%C3%A9ditica%20de%20Karl%20Marx.pdf)

SAVIANI, Dermeval. O Legado Educacional do Regime Militar. **Cad. Cedes**. Campinas, v. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n76/a02v2876.pdf>>. Acesso em 10 out.2014

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <http://serieweb.sed.sc.gov.br/cadueendportal.aspx?iUxHgJDQh6hJsod1rQqu5e0RYTBBCSXqLKZBKtOY8lq4>>. Acesso em: 16 jan. 2015.

_____. **Biografias de Patronos e Patronesses das Escolas da Rede Pública Catarinense**. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. Diretoria de ensino Fundamental. v. III, 2001.

SILVA, Walburga Arns. **Saga de Uma Família Teuto-Brasileira: Lehrer Arns Registro e vida de um professor de colônia**. São Leopoldo: Unisinos, 1998.

SILVA, Vera Lucia Gaspar da; TEIVE, Mary Gladys Ghizoni. Grupos Escolares: a criação mais feliz da República? Mapeamento da produção em Santa Catarina. Florianópolis: **Revista Linhas**, v.10, n. 1, p. 31-53, jun, 2009.

SOSNOSKI, Thaisy. **Historiografia e Memória: Biblioteca do Sesquicentenário da Independência do Brasil (1972)**. 2013. 148 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013. Disponível em: <https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/Thaisy_Sosnoski1.pdf>. Acesso em: 15 set. 2014

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de Civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998.

TEIXEIRA, Marcos Paulo. Igreja Católica e a Ditadura Civil-Militar Brasileira: “subversão” de clérigos aos olhos da Lei de Segurança Nacional no Maranhão. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364741521_ARQ_UIVO_textomarcospauloteixeira.pdf> Acesso em: 24 jan. 2015.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n. 47, p. 13-28, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n47/a02v2447.pdf>.> Acesso em: 28 abr. 2013.

TOPANOTTI, Lilian Arns; URBANO, Kátia. **Biografia de Irmã Maria Gabriela Arns**. Disponível em: <http://www.cnbb.org.br/site/images/stories/irma_gabriela_arns_biografia.doc>. Acesso em: 09 set. 2013.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VALDEMARIN, Vera Teresa; SOUZA, Rosa Fátima de. Apresentação. **Cadernos Cedex**. Ano XX, n. 52, nov. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v20n52/a01v2052.pdf>> Acesso em: 24 jan. 2015.

VALLE, Diniz Almeida do. **Guia de Civismo**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1969.

VIDAL, Diana Gonçalves; ABDALA, Rachel Duarte. A fotografia como fonte para a História da Educação: questões teórico-metodológicas e de pesquisa. **Educação**. Santa Maria, v. 30, n. 02, p. 177-194, 2005. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/geral/educacao_foco/historia-educa.pdf> Acesso em: 22 fev. 2015.

VIEIRA, Cleber Santos. **Da História Nova do Brasil à Coleção de Educação Cívica: Histórias da Divisão de Educação Extra- Escolar**

do MEC (1963-1966). Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH. São Paulo, julho, 2011. Disponível em: <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312799111_ARQUIVO_ANPUH2011Completo\[1\].pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312799111_ARQUIVO_ANPUH2011Completo[1].pdf)> Acesso em: 10 nov. 2014.

_____. Civismo, República e Manuais Escolares. **Revista Brasileira de História**, v.32, n. 63, pp. 325-340, 2012. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v32n63/15.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2014.